

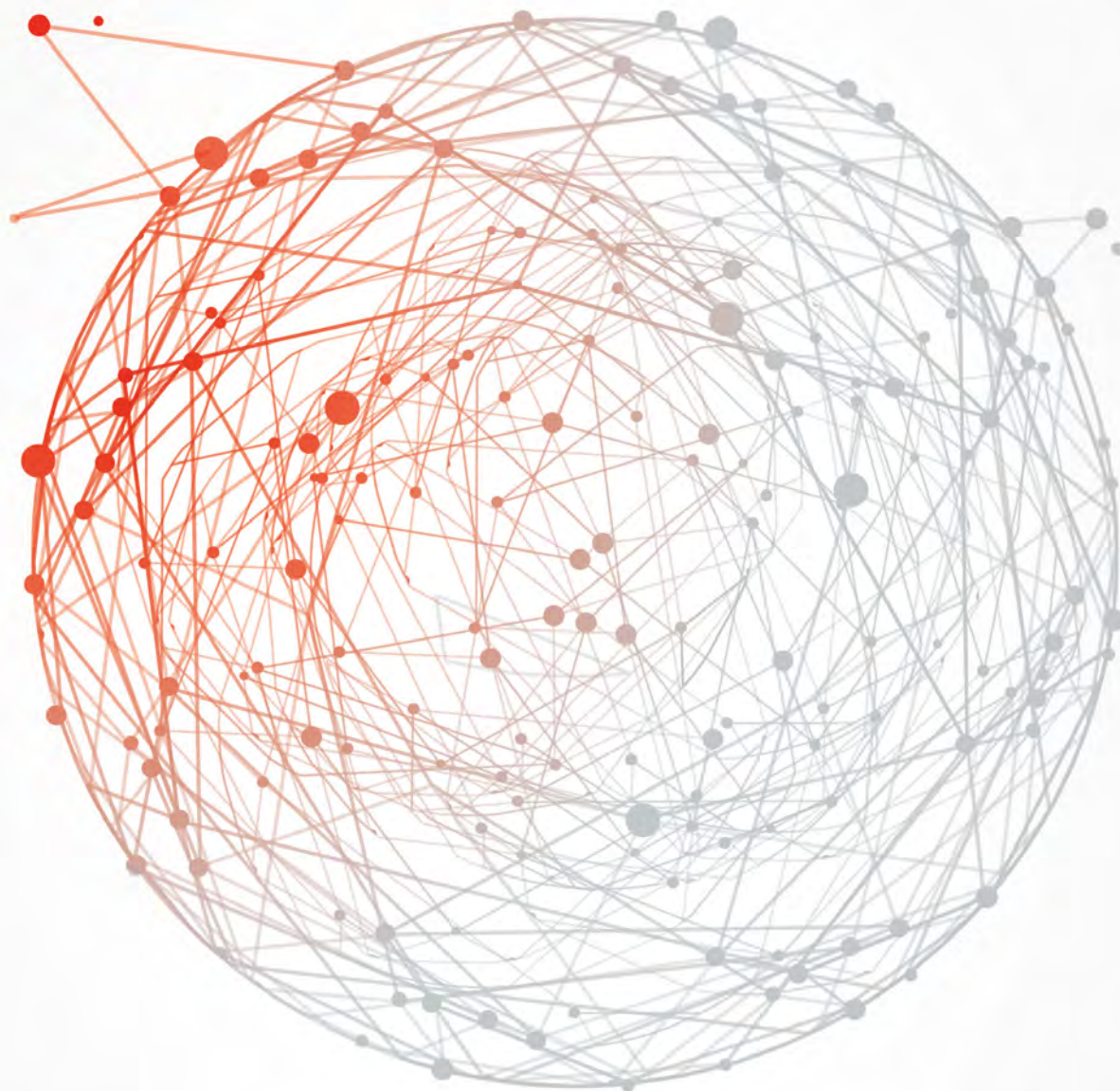
03ª Edição

revista

InterAção

Ano II - número 2

2º semestre de 2008



Revista Científica da Faculdade das Américas

ISSN 1981-2183 (VERSÃO ONLINE)

FAM
FACULDADE DAS AMÉRICAS

CONSELHO EDITORIAL

Professores: Dr. Alan Vendrame
Dr. Francisco Augustin Machado Echalar
Ms. Liliam Ferreira Manocchi
Dra. Luciana Gimenes Parada dos Santos
Ms. Maria Bernadete Toneto

Marketing: Thiago Silva Braga

REVISÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Professora: Dra. Luciana Gimenes Parada dos Santos
Doutora em Letras

EDITOR

Professora: Ms. Maria Bernadete Toneto

CAPA E PRODUÇÃO GRÁFICA

Marketing: Larissa Pereira Barreto
Wilson Baracho

IMPRESSÃO

XXXXXXXXXXXX

Revista InterAção

Faculdade das Américas

Rua Augusta, 1.508 – Consolação

São Paulo/SP – 01304-001

Fone: (11) 3469-7600 – (Ramal 7640)

site: vemprafam.com.br

Disponibilidade virtual:

Todos os artigos publicados estão disponíveis no site:

www.vemprafam.com.br/aluno/biblioteca

A revista InterAção é distribuída gratuitamente.

FICHA CATALOGRÁFICA

EXPEDIENTE

A InterAção é uma publicação anual da Faculdade das Américas que tem objetivo fomentar e divulgar a produção do conteúdo acadêmico-científico dos discentes e docentes da FAM.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores que cedem os direitos autorais para a Faculdade das Américas, o qual permite a publicação de trechos ou de sua totalidade, com prévia permissão, desde que a fonte seja citada.

SUMÁRIO

9 APRESENTAÇÃO

11 ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO: O AMBIENTE DE TRABALHO DE UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR E SUAS SIMILITUDES COM EMPRESAS PRIVADAS¹

Fabiano Gomes da Silva²	11
Cláudio José Stefanini³	11
RESUMO	13
ABSTRACT	14
INTRODUÇÃO	15
1 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2 MÉTODOS E TÉCNICAS	21
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
CONCLUSÃO	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	24

25 DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

Pasqual Totaro¹	25
INTRODUÇÃO	27
1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA LEGISLAÇÃO DO ICMS	28
2 A GUERRA FISCAL PERPRETADA PELOS ESTADOS	29
3 A CENTRALIZAÇÃO OU FEDERALIZAÇÃO DO ICMS	32
4 A UNIFICAÇÃO DAS NORMAS INSTITUIDORAS DO ICMS	33
CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

39 JUSTIÇA DO FUTURO – MÉTODOS ALTERNATIVOS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Patrícia Pires de Araújo¹	39
INTRODUÇÃO	41
1 DOS MEIOS ALTERNATIVOS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS	42
2 MEDIAÇÃO	45
3 DA TRANSAÇÃO	50
4 DIFERENÇAS ENTRE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM	53
CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

57	MERCADO DE BENEFÍCIOS: CARTÃO UNIK¹	
	Márcia de Araújo²	57
	Silvia Cristina Dotta³	57
	O CENÁRIO DO MERCADO DE BENEFÍCIOS	59
	O CARTÃO UNIK	62
	<i>Players</i> no mercado de benefícios.....	64
	ANÁLISE DO MERCADO DE BENEFÍCIOS: O POSICIONAMENTO DA UNIK ...	66
	ESTRATÉGIAS MERCADOLÓGICAS PARA O MERCADO DE BENEFÍCIOS.....	67
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
	REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	67
69	O CRESCIMENTO DO E-COMMERCE NO BRASIL: ESTUDO DE CASO DO: “SUBMARINO”¹	
	Evelin Uema²	69
	Claudio Parra de Lazzari³	69
	RESUMO	71
	INTRODUÇÃO	72
	1 REVISÃO DA LITERATURA.....	73
	2 MATERIAIS E MÉTODOS	76
	3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	76
	CONCLUSÃO.....	80
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
	REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	81
83	POLÍTICAS DE ENSINO E SUAS ESPECIFICIDADES: UM OLHAR SOBRE O ENSINO FUNDAMENTAL EM PERÍODO INTEGRAL DA EMEF “ELYDIA CARNEIRO DA ROCHA”, DISTRITO DE CRUZ DAS POSSES, MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO - SP.	
	Gustavo Fernandes Ambrosio¹	83
	RESUMO	85
	INTRODUÇÃO	86
	1 O ESPAÇO SOCIAL	87
	2 ANÁLISE DOCUMENTAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO POLÍTICO- PEDAGÓGICO DA ESCOLA.....	87
	3 OS DEPOIMENTOS (DIREÇÃO, PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ALUNOS)	89
	4 UM BREVE INTERMEZZO: O PROJETO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA).....	91
	5 A ESCOLA E O DEBATE TEÓRICO	92
	CONCLUSÃO.....	93
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
	REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	94

95	A RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS EM FACE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR¹	
	Alessandra Silva do Nascimento ²	95
	Viviane Jorge Moreira ²	95
	José Mario de Oliveira Britto ²	95
	Ana Paola Nunes Ferreira Lucato ³	95
	INTRODUÇÃO	97
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

103	RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO E DO ENVOLVIMENTO DOS COLABORADORES¹	
	Thania Regina Ribeiro Lobo ²	103
	Alexandre Augusto Martins ³	103
	RESUMO	105
	INTRODUÇÃO	106
	1 REFERENCIAL TEÓRICO	107
	2 MATERIAIS E MÉTODOS.....	111
	3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	112
	CONCLUSÃO.....	113
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
	REFERÊNCIAS DIGITAIS.....	114

115	COMO INCLUIR O AUTISTA NA ESCOLA	
	Jessica Lopes de Souza Santos.....	115
	In memoriam	115
	Nestor José Guerra.....	115
	INTRODUÇÃO	117
	1. AUTISMO: PRIMEIROS ESTUDOS.....	117
	2. A CLASSIFICAÇÃO DO AUTISMO.....	119
	3. A INCLUSÃO DO AUTISTA NA ESCOLA.....	124
	4. MÉTODO INTERDISCIPLINAR.....	126
	6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
	REFERÊNCIAS.....	129

APRESENTAÇÃO

Este número da Revista Científica da Faculdade das Américas apresenta seis artigos da área de educação. Os dois primeiros – os textos de Miranda e de Britto – discutem a educação de uma perspectiva epistemológica. Os demais têm como pano de fundo o tema da inclusão.

Miranda propõe uma leitura de dois momentos históricos distintos, mas que guardam entre si uma relação: a crise do paradigma científico moderno, em foco principalmente a partir do final do século XX, e a emergência da etnomatemática como campo de pesquisa formal. O autor defende que é importante questionar o papel da educação matemática nesse contexto de crise epistemológica que preconiza a complexidade e a transdisciplinaridade na educação, bem como a aceitação de culturas periféricas como parte integrante do conhecimento matemático.

O artigo “O Ensino de história: o saber a ser ensinado e o saber ensinado” se propõe a discutir a transposição didática no ensino de história, a partir de estudo de caso que buscou analisar como essa disciplina foi ministrada em um assentamento do Movimento Sem Terra.

Os artigos orientados na perspectiva da inclusão tratam dos seguintes temas: a educação da criança autista, das crianças e jovens residentes em abrigos, das crianças hospitalizadas, e a educação artística numa proposta multiculturalista.

O trabalho de Santos e Guerra aborda os caminhos da inclusão do autista na escola. Para tanto, apresenta uma descrição e uma classificação do transtorno do espectro autista e aponta possibilidades e potencialidades do trabalho com a criança portadora dessa síndrome. A pesquisa é orientada pela concepção de que é fundamental que a criança, autista ou não, esteja sempre no centro do processo de aprendizagem.

A inclusão também é o tema do artigo de Farias, que trata da educação de crianças residentes em abrigos. A autora aponta as mudanças positivas na legislação após a substituição do antigo Código de Menores pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mudanças essas que fortaleceram o estatuto das crianças e jovens como sujeitos sociais portadores de uma série de direitos, obrigando a transformações nas práticas de atendimento asilar. Destaca, porém, que ainda é preciso investimento em políticas de formação dos profissionais das equipes de abrigos para que haja, de fato, uma

renovação da educação que se oferece às crianças residentes em abrigos.

O trabalho de Pereira aborda a Arteterapia para crianças hospitalizadas como um recurso que permite ao paciente se expressar por meio de diferentes linguagens. Isso promove uma melhor integração da criança ao seu novo contexto e uma humanização do ambiente hospitalar. Esses benefícios destacam o valor da Arteterapia como um processo terapêutico que eleva a qualidade de vida da criança hospitalizada, contribuindo para o seu processo de recuperação.

A pesquisa de Gottsfritz aponta a necessidade de democratização do ensino de artes nas escolas. A escola vem trabalhando com uma seleção de conteúdos artísticos e códigos culturais identificados com os valores das camadas mais ricas da sociedade. Esse recorte resulta na exclusão daqueles alunos que, de um lado, não dominam a linguagem cultural que é imposta nessa perspectiva tradicional e, de outro, não veem os seus próprios códigos e valores contemplados pela escola. Numa perspectiva de currículo escolar crítico e pós-crítico é preciso contestar essa hegemonia cultural e promover o multiculturalismo em sala de aula.

Este volume traz ainda um artigo sobre educação corporativa e gestão do conhecimento. O autor assume que, em uma empresa, existe uma relação intrínseca entre estratégia, competitividade e conhecimento. Sendo assim, busca analisar as possíveis relações entre esses elementos, a fim de propor maneiras de promoção de uma sintonia produtiva entre eles.

Por fim, a Revista inclui um trabalho da área de meio ambiente. Com foco na sustentabilidade empresarial, os autores fazem um estudo da iluminação dentro das empresas, utilizando como exemplo a Companhia do Metropolitano de São Paulo. A proposta da pesquisa é verificar o alinhamento estratégico entre as propostas firmadas pelas empresas em relação a sua imagem social e as ações operacionais que de fato implementam, além de demonstrar a viabilidade financeira de uma oportunidade de inovação sustentável.

Editor Responsável
Ms. Maria Bernadete Toneto

1

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO: O AMBIENTE DE TRABALHO DE UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR E SUAS SIMILITUDES COM EMPRESAS PRIVADAS¹

Fabiano Gomes da Silva²

Cláudio José Stefanini³



RESUMO

A administração de organizações sem fins lucrativos é em muitos casos, vista como organizações formadas por pessoas com objetivos de colaborar com o desenvolvimento social em troca de pouca ou nenhuma remuneração, porém não é bem este o cenário real. Além do desenvolvimento social, elas geram empregos, movimentam a economia do país e oferecem boa remuneração aos seus profissionais. O presente trabalho pretendeu demonstrar que os resultados obtidos por meio desses profissionais poderiam ser ainda melhores com a mudança ou adoção de alguns métodos. A pesquisa foi explicativa e descritiva, usando como ferramenta um questionário estruturado, e o universo compreende os colaboradores do escritório de serviços da Mitra Arquidiocesana de São Paulo. De acordo com o que foi levantado pela pesquisa, metade (50%) dos colaboradores sente-se valorizado. Algumas mudanças já estão acontecendo em termos tecnológicos por consequência da globalização, como informatizações tanto na arquidiocese como nas paróquias.

Palavras-chave: ¹Terceiro Setor. ²Profissionalização.
³Desenvolvimento.

1 Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração de Empresas da Faculdade das Américas como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Administração no primeiro semestre de 2006.

2 Aluno do curso de graduação em Administração da Faculdade das Américas, São Paulo / SP.

3 Professor da Faculdade das Américas (São Paulo / SP) e orientador do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.



ABSTRACT

The management of nonprofit organizations is, in many cases, seen as formed by people who wish to collaborate with the social development in return for a little or no remuneration at all, however, this is not the real scene. Besides the social development, these organizations provide employment, contribute to the country's economy and offer good salary to its professionals. The present study intended to demonstrate that the results obtained through these professionals could be even better, by changing methods or adopting new ones. The research was explanatory and descriptive, using as tool a close-ended questionnaire, having as its focus group the employees who work for the service offices of "Mitra Arquidiocesana de São Paulo". According to the data collect by the research, half (50%) of the employees feel that they are valued. Some changes are already happening in terms of technology as a consequence of globalization, like computerization at the archdiocese and also at the churches.

Key-Words: ¹Third Sector. ²Professional Training. ³Development. ⁴Motivation.

INTRODUÇÃO

Atualmente, as sociedades têm se deparado com um considerável crescimento na desigualdade social, isso também ocorre em função da globalização, ao mesmo tempo em que ela cria riquezas, também vem acentuado a pobreza daqueles que estão excluídos do seu processo.

Por outro lado, o Estado que seria supostamente o remediador desses problemas sociais, encontra-se fragilizado e ineficaz frente a essas questões, e isso fez com que surgissem propostas alternativas, como as organizações do terceiro setor que procuram atender ao interesse público e o bem comum.

Em todo o mundo, o terceiro setor está em crescimento. Os governos enxergam as

Organizações do terceiro setor como parceiros valiosos e necessários.

Elas estão se tornando cada vez mais profissionais em todas as suas atividades, até mesmo em seus esforços de sustentabilidade. Muitas Organizações do terceiro setor procuram indivíduos, empresas e agências governamentais com maior frequência a fim de arrecadar donativos.

O terceiro setor é constituído por organizações privadas sem fins lucrativos e não governamentais que geram bens, serviços públicos e privados, colaborando com o

desenvolvimento político, econômico, social e cultural no meio em que atuam. Seu objetivo

é gerar serviços de caráter público.

Com os problemas do Estado, o setor privado, começou a ajudar nas questões sociais, através das inúmeras instituições que compõem o chamado terceiro setor.

O desenvolvimento constante do terceiro setor conta com a ajuda do setor privado e público, além da colaboração da sociedade como um todo, através dos trabalhos voluntários, filantropia e a ajuda oferecida por pequenos grupos, como os estudantes e defensores de questões sociais.

Vale ressaltar que o terceiro setor conta com uma ajuda constante do setor privado através de práticas de doações o que sempre foi comum entre as empresas de maior porte. Todavia, com a aceleração das mudanças e com o agravamento dos problemas sociais, surgiu a responsabilidade social e esta parceria ganhou novos contornos e dimensões.

A responsabilidade social, além de ser um tema relativamente amplo, é também extremamente novo e, portanto, de várias opiniões divergentes. Somente nos últimos dez anos este novo conceito começou a ser incorporado ao dia-a-dia nas empresas do Brasil. Desta maneira, este tema ainda espera por uma definição mais precisa de ampla aceitabilidade pelos profissionais e empresários desta área.

Quando se fala em responsabilidade social, atualmente, refere-se a estratégias pensadas para orientar as ações das empresas em



consonância com as necessidades sociais, de modo que a empresa garanta além do lucro e a satisfação de seus clientes, o bem-estar da sociedade. A empresa está inserida nela e seus negócios dependerão de seu desenvolvimento e, portanto, esse envolvimento deverá ser duradouro.

Portanto, responsabilidade social é um estágio mais avançado no exercício da cidadania corporativa, que busca estimular o desenvolvimento do cidadão e fomentar a cidadania individual e coletiva. Suas ações são extensivas a todos os que participam da vida em sociedade – indivíduos, governo, empresas, grupos sociais, igreja, partidos políticos entre outros.

É grande o número de fundações que dão volume a este setor, algumas são grandes e podem ser consideradas as maiores responsáveis por seu sucesso e crescimento, como a Mitra Arquidiocesana de São Paulo.

O presente trabalho teve o objetivo de esclarecer alguns pontos na administração de uma organização do terceiro setor, para que com isso esclareça os estudantes em administração em suas futuras pesquisas.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 TERCEIRO SETOR E FILANTROPIA

Entender o terceiro setor é um grande desafio, pois existe uma diferença básica a ser identificada com relação à Filantropia.

Para Canton (2002), a palavra filantropia vem do grego e significa amor à humanidade, implicando numa ação altruísta e desprendida.

No entanto, vale ressaltar que o conceito de terceiro setor não se refere a uma massa de instituições homogêneas, porque cabem dentro dele tanto aquelas que doam recursos, como aquelas que recebem.

Diante dessa discussão, torna-se difícil afirmar que exista um interesse comum entre as instituições do terceiro setor, apesar de reconhecermos pontos de encontro e trajetórias históricas comuns.

A riqueza, a diversidade e o potencial do terceiro setor, sobretudo nos países do sul do planeta, são muito maiores do que sua visibilidade pública.

1.2 A ADMINISTRAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

As organizações do terceiro setor, mais especificamente as do mundo burocrático são movidas por sua missão, filosofia e objetivos, especialmente pelo desejo de melhorar o mundo.

Desenvolvem seu trabalho por intermédio de um corpo de voluntários, administradores e conselheiros.

É preciso estar sempre atento para os objetivos estabelecidos pela organização, porque como não há o lucro como resultado final existe a possibilidade da missão ser ofuscada diante dos vários projetos desenvolvidos. E,

para que isso não aconteça, torna-se essencial um bom planejamento estratégico.

Como diz Drucker (2001) “para organizações sem fins lucrativos, ser guiado pelo mercado é tão importante quanto ser guiado por um ideal”. Outro ponto relevante, já mencionado, é a diplomacia, ou seja, a boa relação com outras empresas e fundações, já que esse setor necessita de investimentos privados para continuar existindo.

Sua missão, muitas vezes permeia todos os aspectos dessas organizações. Seus colaboradores, remunerados ou voluntários acreditam nessa missão e por isso faz horas extras, os membros do conselho, em parte doam seu tempo voluntariamente e os financiadores dão dinheiro para demonstrar sua solidariedade.

Apesar dos incentivos e apoio recebidos dos setores privado e público, a gestão praticada atualmente em instituições do terceiro setor sofre com a falta de conhecimentos conceituais administrativos, gerando problemas de planejamento e de avaliação.

Isso acontece porque seus gestores geralmente estão focados no objetivo final do seu trabalho que é o desenvolvimento social, enquanto a gestão de recursos e projetos deveria ser gerida de forma técnica e conceitual, pois são atividades-meio e fundamentais para o alcance dos objetivos. O resultado que se verifica é a descontinuidade que ocorre em alguns investimentos e projetos.

Algumas proposições norteiam a administração:

- Os conselhos precisam assumir a responsabilidade de governar as organizações
- O processo de administração estratégica é a maneira poderosa de focar os diversos elementos dessas organizações no que diz respeito a seus objetivos
- Fazer com que o processo de administração funcione com eficiência é mais importante do que encontrar a estrutura correta
- As estruturas de administração, conselho e comissões precisam se tornar cada vez mais flexíveis, realizando sempre pequenos ajustes e não revisões do tipo “uma vez na vida”.
- Os executivos principais precisam tanto administrar suas organizações, como proporcionar-lhes lideranças.
- Os administradores precisam assumir responsabilidades, trabalhar como parte de uma equipe e aprender a sutil arte de planejar e delegar, responsabilizando os indivíduos.

O que dificulta delinear exatamente o perfil gerencial dessas organizações é que as fronteiras não estão bem definidas.

Algumas são típicas do setor, outras são secundárias. Muitas compartilham os valores do setor, mas também têm características em comum com os setores público e privado.



Um modo mais prático de pensar no setor é como um núcleo de organizações típicas e secundárias que se sobrepõe aos setores privado e público.

No setor privado existe um relacionamento relativamente direto entre fornecedores e clientes. Os primeiros oferecem mercadorias e serviços aos segundos, que pagam por eles o preço de mercado.

No setor público, o governo central e as autoridades locais proporcionam serviços e, em retorno, os eleitores escolhem o governo que acreditam oferecer o programa mais apropriado de tributação e de serviços públicos.

No terceiro setor há um modelo diferente de transações. Os doadores dão dinheiro que as organizações usam para financiar projetos, fornecer serviços ou realizar pesquisas.

Os serviços também podem ser financiados, em parte, pelo usuário e, em parte por subsídios, contratos e doações, como acontece nas associações de habitação, organizações de deficientes, de arte e entidades educacionais.

Todavia, em todos os casos a diferença fundamental entre o terceiro setor e os outros dois é que existe apenas uma frágil ligação entre os usuários e os financiadores do serviço. Praticamente todos os que contribuem com tempo e esforço nessas organizações possuem motivações altruístas e filantrópicas bem fundamentadas.

Sem esses valores, não haveria razão para a existência do terceiro setor, entretanto, muitos também podem contribuir por vários outros motivos.

Desejam fazer parte dos conselhos administrativos, particularmente em organizações maiores e de mais prestígio, por causa do reconhecimento, estima e status decorrentes da participação na diretoria.

Alguns doadores dão dinheiro para conseguir reconhecimento nacional, para obter benefícios nas relações públicas, para salvar suas consciências e, mesmo, para obter maior influência sobre os assuntos da organização.

Os voluntários dão seu tempo por necessidade de amizade e atividade social. Outras pessoas procuram emprego nas organizações do terceiro setor porque não acha agradável trabalhar com a ideologia do setor privado ou com as limitações do setor público. Outro aspecto a considerar é o da captação de recurso nas organizações do terceiro setor. No setor privado os recursos financeiros vêm dos clientes que pagam pelos bens e serviços. No setor público, os recursos são obtidos da população, pelos tributos e do pagamento de alguns dos serviços que ele presta.

Já no terceiro setor, os recursos que financiam suas atividades são os oriundos, de várias maneiras, de doadores e, muito raramente, dos beneficiários.

Para Canton (2002), isso quer dizer que, enquanto os setores públicos e privado

conseguem gerar por si próprios suas receitas (principalmente com a cobrança de serviços), o terceiro setor é quase totalmente dependente do ambiente externo (no caso, doadores – pessoas físicas ou jurídicas) para conseguir os recursos necessários para sustentar suas atividades.

Diante desse quadro, as diferenças mostradas anteriormente têm um profundo impacto na maneira pela qual o desempenho de uma organização pode ser avaliado e regulado pelos seus clientes.

1.3 O PERFIL IDEAL DE UM PROFISSIONAL DO TERCEIRO SETOR

Segundo Renata Filippi (2006), as competências mais fundamentais que essa pessoa deve possuir são:

- Afinidade com a causa;
- Valores pessoais compatíveis com o da organização;
- Transmitir confiança e credibilidade;
- Paciência, flexibilidade e “jogo de cintura”;
- Facilidade de relacionamento interpessoal;
- Iniciativa;
- Ética e sensibilidade às questões humanas.

A formação acadêmica e experiência prévia também são importantes. Porém, ela afirma que mais importante é “o conhecimento de práticas adotadas pela iniciativa privada, para que se contribua para a profissionalização do terceiro setor”.

1.4 O PAPEL DO RH DE UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

Recursos humanos pouco qualificados levam aos efeitos apontados por Drucker (2001), que são de forma geral grandes problemas para as entidades do terceiro setor, sendo estes: a falta de preocupação com o desempenho, a falta de planejamento aliado à falta de avaliação de desempenho, retro alimentam ações ineficientes ou muito aquém do esperado e do possível.

O papel do RH deve ser o de assegurar que os profissionais da organização tenham consciência de suas funções e saibam que estão fazendo a diferença.

Para Bergamini (1997) Não se consegue motivar quem quer que seja; as pessoas são condicionáveis, mas a motivação nasce no interior de cada um. A única coisa que se pode fazer para manter pessoas motivadas é conhecer suas necessidades e oferecer fatores de satisfação de tais necessidades. O desconhecimento desse aspecto irá fazer com que paradoxalmente se consiga desmotivar as pessoas. Portanto, a grande preocupação não reside em adotar estratégias que motivem as

peças, mas principalmente criar um ambiente de trabalho no qual o trabalhador mantenha o tônus motivacional que tinha em seu primeiro dia de trabalho.

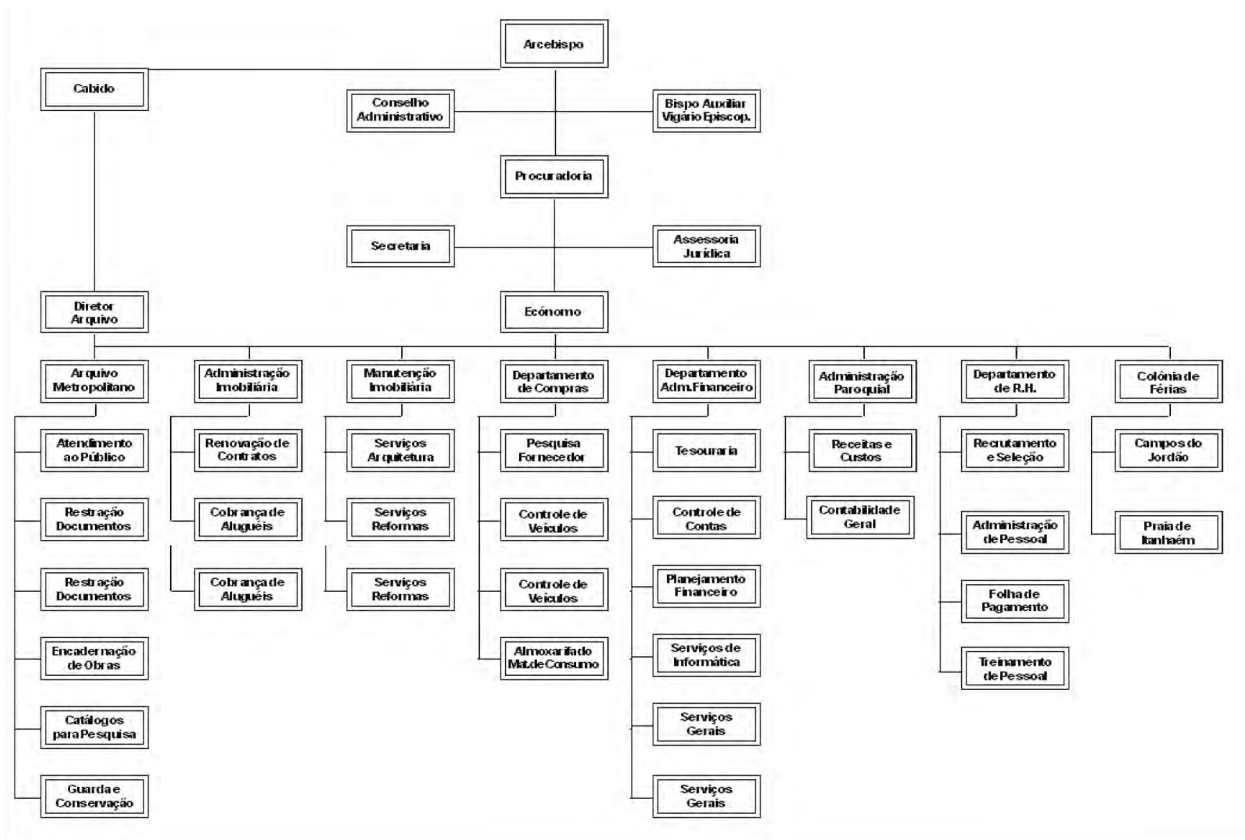
1.5 A MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO.

A Mitra Arquidiocesana de São Paulo é uma instituição do terceiro setor formada por um conjunto de organismos e pessoas que colaboram com o bispo diocesano no governo da arquidiocese.

Sobretudo na direção da ação pastoral, na administração da diocese e no exercício do poder judicial. Estas três finalidades cooperam conjuntamente no desenvolvimento da Mitra. Neste trabalho, o termo Mitra Arquidiocesana será também denominado de Diocese.

Para coordenar a ação destes diversos organismos e o trabalho dos membros da diocese, o bispo diocesano pode designar um conselho episcopal, este conselho é composto por vigários gerais e episcopais.

1.6 ORGANOGRAMA DA MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO.



2 MÉTODOS E TÉCNICAS

2.1 TIPO DE PESQUISA

2.1.1 QUANTO AOS FINS

A pesquisa foi explicativa e descritiva. Explicativa, pois o assunto pesquisado é de pouco conhecimento e por isso o presente trabalho buscou detalhar o funcionamento de uma organização do terceiro setor. Descritiva devido ao fato do trabalho apresentar etapas de um processo dentro do qual a Mitra Arquidiocesana de São Paulo está inserida, seu clima e o estudo do perfil de seus colaboradores.

2.1.2 QUANTO AOS MEIOS

A pesquisa foi de campo e bibliográfica. De campo, pois foi aplicado um questionário, entre os colaboradores do escritório de administração da Mitra Arquidiocesana de São Paulo. Bibliográfica pela utilização de livros, revistas e sites da internet como fonte de informação.

2.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo da pesquisa de campo foi o corpo de colaboradores do escritório de administração da Mitra Arquidiocesana de São Paulo perfazendo um total de 15 colaboradores.

A amostra foi definida pelo critério de acessibilidade (VERGARA, 2005), sendo composta de por 10 colaboradores, representando assim 66,67% do universo de 15 colaboradores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maioria dos colaboradores está exercendo funções relacionadas à sua formação acadêmica, 40% plenamente e outros 40% parcialmente.

Porém, a minoria, onde a relação entre função e formação é pequena ou nenhuma, encontra-se os níveis mais altos da hierarquia como líderes e gerentes do corpo administrativo exceto contadores que não podem exercer tal função sem a formação adequada.

Representado a maioria, 60% dos entrevistados sentem-se motivados a adquirirem novos conhecimentos, pois parte deles ainda são estudantes como assistentes e estagiários que obtêm tal motivação pela própria situação das funções que exercem.

Metade dos entrevistados afirma que as promoções ocorrem de acordo com o tempo de trabalho que cada colaborador tem dentro da organização, e muitos tem essa visão pela forma como eles mesmos obtiveram suas promoções, 20% acreditam que isso ocorrem na maioria dos casos, outra parte (20%) não acredita que as promoções ocorram desta forma, neste caso a minoria está representada por aqueles que estão há pouco tempo na organização.

Menos da metade dos colaboradores desta organização conhece completamente toda a sua estrutura, ou seja, apenas 40%, outros 30% conhecem a maior parte e o restante conhece pouco ou apenas sua área de atuação.



A maior parte dos entrevistados, ou seja, 60% acreditam que aqueles que compreendem melhor este ramo de atividade através da religião trazem mais resultados.

Quando questionados sobre o conhecimento das metas, objetivos, etc., uma pequena parte (20%) afirma que as metas e resultados estão disponíveis para todos os colaboradores da organização, outra parcela de 40% acredita que isto está parcialmente disponível, por se tratar de uma entidade religiosa, parte desses colaboradores entende o resultado final como a meta, ou seja, ajudar a sociedade de alguma forma, mas há uma minoria de 40% que não tem as metas e resultados de forma definida ou simplesmente desconhece.

Uma pequena parte dos colaboradores representada por 20% deles não acredita que a comunicação desta organização seja aberta e transparente e 30% acreditam que ela é pouco aberta e transparente, na outra metade dos entrevistados, 20% afirma que a comunicação é totalmente transparente e aberta e 30% concordam parcialmente, em alguns casos os colaboradores comunicam-se apenas com seus líderes diretos dificultando assim a comunicação com outros departamentos, por isso o resultado desta questão ficou dividido pela metade.

Metade (50%) dos colaboradores sente-se valorizado, pois recebem recompensas pela qualidade dos seus trabalhos oferecidos

a esta organização, na maioria dos casos essas recompensas são feitas de forma verbal e motivacional, ou seja, não há comissões, prêmios ou outros tipos de retornos financeiros, em alguns casos isolados pode haver aumento de salário, porém não é aplicado a todos os colaboradores.

Todos os colaboradores afirmaram que suas habilidades são aproveitadas na organização, porém a maior parte deles pensa que poderiam ser mais bem aproveitados, 50% acham que suas habilidades são aproveitadas parcialmente, e 20% pensam que em poucas vezes são aproveitados, os outros 30% acreditam que suas habilidades estão sendo plenamente aproveitadas, em alguns casos a idéia de que os processos devem continuar da forma que são, impede que novas idéias e outros métodos sejam aplicados.

A maioria sente-se responsável pelos resultados obtidos pela organização através do seu trabalho, preocupam-se com a qualidade do seu trabalho tendo em vista que um resultado negativo poderá afetá-los direta ou indiretamente esse representam 60% dos entrevistados que em sua maioria são líderes e gerentes, outros 20% sentem-se parcialmente responsáveis e os 20% restante não se sentem responsáveis pelos resultados.

CONCLUSÃO

Administração de organizações do terceiro setor na maior parte das vezes causa idéia de uma organização onde todos os seus colaboradores estão o tempo todo buscando alcançar o mesmo objetivo, independente de suas funções.

A idéia que se tem inicialmente é de um ambiente onde o auxiliar administrativo está focado não só no resultado final dos seus relatórios, mas também no bem que isso resultará para determinada parte da sociedade.

A maior parte das pessoas que contribui para o trabalho da arquidiocese está focada em desenvolver trabalhos ligados aquilo em que acreditam e querem de alguma forma ajudar, como os voluntários religiosos e aqueles que estão ligados a causas sociais e eventos religiosos. Outra parte está concentrada em escritórios ou salas dentro e fora da arquidiocese cuidando de processos administrativos e burocráticos.

Embora pertença ao terceiro setor, essa estrutura pode ser facilmente comparada a grandes empresas do setor privado, como no escritório de administração onde todos os colaboradores são profissionais contratados e remunerados para exercerem suas funções, parte desses colaboradores não compreendem todo o organismo da arquidiocese e não sabem mesurar qual a contribuição que esta organização tem na sociedade.


O objetivo dos colaboradores que formam este quadro é ter remuneração para suprirem suas necessidades em troca dos serviços que oferecem, em uma organização desse tamanho não há como usar métodos motivacionais iguais aos usados em uma comunidade de voluntariados.

Assim surge a necessidade da organização saber quais métodos deverão ser utilizados para motivar esses profissionais, como ocorre em organizações do setor privado, porém os termos clima organizacional, ambiente do trabalho e motivação não são mencionados dentro da arquidiocese e a conseqüência disso é uma desaceleração no processo de desenvolvimento profissional, sobretudo dos que estão há muito tempo exercendo a mesma função, pois não vêem necessidade de implantação de mudanças ou melhorias.

Por se tratar de uma estrutura complexa e de grande extensão, ela não pode contar apenas com o trabalho voluntário, pois precisa de profissionais especializados para o desenvolvimento de trabalhos específicos.

Conforme pesquisado, os dirigentes da arquidiocese têm consciência dessa necessidade e, ao menos para os colaboradores do departamento administrativo, o profissionalismo tem mais relevância que a religião, entretanto sua conduta deve estar de acordo com a ética da organização.

Embora a arquidiocese tenha suas especificidades, quando vista em determinados



pontos isolados, ela mais se parece com uma empresa privada que uma organização do terceiro setor.

Algumas mudanças já estão acontecendo em termos tecnológicos por consequência da globalização como a informatização, tanto na arquidiocese como nas paróquias, outro exemplo é a comunicação via internet e disponibilidade de recursos para aquisição de equipamentos de informática mais sofisticados.

Outro exemplo é a bolsa auxílios oferecidos a todos os colaboradores matriculados em universidades, houve um aumento nas contratações de estagiários e no fornecimento de melhores equipamentos de trabalho.

Ainda não há projetos que tenham o objetivo de saber quais as necessidades dos colaboradores, quais medidas devem ser tomadas para a melhoria do ambiente do trabalho e tão pouco campanhas motivacionais, mas quando essas necessidades forem descobertas e tiverem a atenção devida surgirá então uma organização do terceiro setor com um grande diferencial, colaboradores do terceiro setor bem remunerados e motivados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMINI, C. W. **Motivação**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

CANTON, A. M. **Eventos ferramentas e sustentação para as organizações do terceiro setor**. São Paulo: Roca, 2002.

DRUCKER, P. F. **Terceiro Setor: Exercícios de auto-avaliação para empresas**. São Paulo: Futura, 2001.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

FILLIPPI, R. **O que tanto atrai no terceiro setor?** Revista profissional e negócios. RH Central – disponível no site www.rhcentral.com.br. Acessado em 30 de junho de 2006.

2

DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

Pasqual Totaro¹



INTRODUÇÃO

A reforma tributária é, atualmente, tema recorrente no cenário político brasileiro, envolvendo a Administração Pública, Parlamento e Juristas. Dentre os assuntos abordados, um merece especial atenção: a concorrência tributária deflagrada entre os Estados brasileiros, a conhecida guerra fiscal, visando atrair novos empreendimentos aos seus territórios.

Inicialmente utilizada por pequenos Estados com o fim de atrair empresas com vistas a gerar empregos, e utilizando o ICMS como principal ferramenta, essa prática rapidamente se propagou, sendo aplicado de forma genérica por praticamente todas as Unidades da Federação. Se em um primeiro momento promoveu uma desconcentração de indústrias dos grandes centros, logo se tornou um expediente que inibe investimentos no país. Segundo a economista Marilena Simões Valentim², “muitas vezes as conseqüência econômica da

‘guerra fiscal’ são danosas ao desempenho econômico. A troca de critérios de eficiência econômica por artificialismo tributário, na localização de uma indústria, acaba por reduzir o custo privado da produção e aumentar seu

custo social. A conseqüência é a queda na qualidade e/ou quantidade de serviços públicos. De fato, esses incentivos fiscais não geram, agregadamente, aumento de investimentos, mas apenas determinam sua relocação dentro do território brasileiro. Dessa forma, não há aumento da produção e do emprego. A ‘guerra fiscal’ pode comprometer a capacidade do estado de dinamizar sua economia”.

Ainda sobre o tema, o Consultor Dênerson Dias Rosa³, acrescenta que “não se deve

também perder de vista o fato de que a guerra fiscal, em seu formato atual, não produz crescimento econômico para o país, visto que seus resultados são, para os Estados que a adotam, simplesmente a atração de empresas de outros Estados, em detrimento destes, ou

mesmo a manutenção das que já se encontram em seu território instaladas”.

A perda de arrecadação, aliada as conseqüências econômicas geradas pela desmesurada concessão de benefícios, provocou, no Parlamento, incentivadas pelas Unidades Federadas, discussões acerca de medidas legislativas a serem implementadas visando coibir a prática de concessões desmesuradas dos benefícios, principalmente no que diz respeito ao ICMS.

1 Procurador do Estado de São Paulo e Professor da Faculdade das Américas (São Paulo / SP).

2 VALENTIM, Marilena Simões. Impactos Econômicos da guerra fiscal no Brasil. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 156, 9 dez. 2003. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4582>> Acesso em: 18 set. 2007.

3 ROSA, Dênerson Dias. Guerra Fiscal Internacional. Kplus Direito. Disponível em <<http://kplus.com.br/direito>> Acesso em 18 set. 2007.



A questão, inserida nas discussões relativas a reforma tributária, vem gerando polêmica, sendo que, das diversas propostas relativas ao tema, duas ganham especial relevância: a) a “centralização” ou “federalização” do ICMS, ou seja, a criação de um novo tributo, de competência da União, que unificaria a cobrança de diversos impostos e contribuições, dentre eles o imposto sobre consumo (o ICMS atualmente de competência dos Estados e do Distrito Federal) além do próprio IPI (federal); b) A unificação das normas instituidoras do ICMS, que passariam a ser atribuição da União, cabendo aos Estados a sua cobrança e fiscalização. Existem, ainda, os defensores da manutenção da distribuição atual de competências tributárias entre União, Estados e Municípios.

1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA LEGISLAÇÃO DO ICMS.

O ICMS, imposto de natureza indireta, incide sobre o consumo, assim como o antigo Imposto sobre a Venda, do qual ele se originou. Baseado no sistema tributário francês, mais precisamente a “Taxa sobre o Valor Agregado”, o Brasil introduziu através da Lei no 297 de

1956, o Imposto sobre Consumo, que a princípio tinha como hipótese de incidência, aquelas que hoje pertencem ao “Imposto sobre Produtos Industrializados” e o “Imposto sobre Circulação de Mercadorias”. O Princípio da não-cumulatividade foi introduzido na

legislação pátria através da Lei no 4.502 de 30 de novembro de 1964.

Profunda reforma tributária foi realizada por meio da Emenda Constitucional nº. 18 de 1965. A Carta Constitucional passou a discriminar as rendas tributárias, o poder fiscal e a limitação deste poder. Dentre essas mudanças, ocorreu a substituição do IVC, pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM, de competência estadual, na seguinte forma:

Art. 24 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal decretar impostos sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos, na forma do art. 22, § 6º, realizadas por produtores, industriais e comerciantes. (...)

§ 5º - O imposto sobre circulação de mercadorias é não-cumulativo, abatendo-se, em cada operação, nos termos do disposto em lei, o montante cobrado nas anteriores, pelo mesmo ou outro Estado, e não incidirá sobre produtos industrializados e outros que a lei determinar, destinados ao exterior. (...)

A Constituição Federal de 1988, por sua vez, criou o ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ampliando as hipóteses de incidência do



antigo ICM. Passou aquele a incidir sobre os serviços de transporte interestadual e intermunicipal, comunicação, energia elétrica além de combustíveis e lubrificantes:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº. 3, de 1993)

(...)

II—operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior,

(...)

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: I—será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.

Atendendo ao preceito constitucional contido no artigo 146 inciso III da Carta Magna, foi editada a Lei Complementar no 87/96, com o fim de estabelecer as normas gerais do ICMS.

2 A GUERRA FISCAL PERPRETADA PELOS ESTADOS

Muito embora o ICMS seja um imposto de competência dos Estados e do Distrito Federal,

tem ele caráter nacional, já que envolve questões políticas, econômicas e financeiras de todas as Unidades Federadas e do próprio país. Atento a esse fato, o constituinte de 1988 criou diversas regras visando harmonizar a instituição e a exigência do tributo entre as partes envolvidas. Dentre elas, destacam-se:

- a) É facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros (art. 155, § 2º, inciso V, letra “a”).
- b) Pode ainda o Senado Federal, fixar alíquotas máximas nas operações internas para resolver conflito específico que envolva interesse dos Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros (art. 155, § 2º, inciso V, letra “b”).
- c) Resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação (art. 155, § 2º, inciso IV).
- d) Nos termos do art. 155, § 2º inciso XII letra “g”, compete à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão

concedidos e revogados.

Com relação a esse tema, oportuna a transcrição de Julgado proferido pelo E. Supremo Tribunal Federal:

“ADI-MC 1247/PA – MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator: Min. CELSO DE MELLO
Julgamento: 17/08/1995

Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO
Publicação DJ 08-09-1995

ICMS E REPULSA CONSTITUCIONAL A GUERRA TRIBUTARIA ENTRE OS ESTADOS-MEMBROS: O legislador constituinte republicano, com o propósito de impedir a “guerra tributaria” entre os Estados-membros, enunciou postulados e prescreveu diretrizes gerais de caráter subordinante destinados a compor o estatuto constitucional do ICMS. Os princípios fundamentais consagrados pela Constituição da Republica, em tema de ICMS, (a) realçam o perfil nacional de que se reveste esse tributo, (b) legitimam a instituição, pelo poder central, de regramento normativo unitário destinado a disciplinar, de modo uniforme, essa espécie tributaria, notadamente em face de seu caráter não- cumulativo, (c) justificam a edição de lei complementar nacional vocacionada a regular o modo e a forma

como os Estados-membros e o Distrito Federal, sempre após deliberação conjunta, poderão, por ato próprio, conceder e/ou revogar isenções, incentivos e benefícios fiscais.

Adotou-se, assim, método que já vinha sendo utilizado pela Constituição anterior, previsto pela Lei Complementar 24/75 – que foi recepcionada pela Constituição de 1988– onde as isenções do ICM/ICMS somente poderiam ser concedidas ou revogadas através de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, na forma prevista naquele diploma legal.

Em resumo, aprovado o benefício fiscal por todos os Estados e pelo Distrito Federal, os Secretários de Fazenda celebram um convênio, que posteriormente deverá ser ratificado pelas respectivas Unidades Federadas.

A Constituição prevê, ainda, em seu artigo 150 § 6º, a forma como os Estados devem ratificar os Convênios celebrados pelo Executivo. O referido artigo encontra-se assim redigido:

§ 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o



correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº. 3, de 1993).

Conclui-se que os Convênios celebrados por qualquer Estado ou pelo Distrito Federal, para terem vigência, necessitam de ratificação, que somente poderá ser feita mediante lei específica, federal, estadual ou municipal.

A forma mais comum de interpretação da guerra fiscal, reside justamente em desrespeitar a regra contida no artigo 155, § 2º inciso XII letra “g” da Constituição Federal, com a concessão, pelos Estados e Distrito Federal, de isenções e benefícios de forma unilateral, ou seja, sem a indispensável concordância das outras Unidades Federadas. Assim, empresas sentem-se atraídas pela redução da carga tributária, transferindo seus estabelecimentos para esses entes federados que reduzem seus impostos, em detrimento de outro que respeita a legislação vigente.

Na verdade, a guerra fiscal seria facilmente coibida caso as normas constitucionais fossem, simplesmente, respeitadas. Quando desrespeitadas, busca-se socorro junto ao Poder Judiciário, especificamente o Supremo Tribunal Federal, Corte cuja competência constitucional é, dentre outras, processar e julgar originariamente as causas e os conflitos

entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta (art. 102, inciso I, letra “f”).

Entretanto, tal medida extrema torna-se inócua, frente não só a demora no julgamento dessas lides, como também pelo comportamento dos Estados envolvidos nas demandas. Em palestra promovida pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo por ocasião da realização do I Seminário de Direito Administrativo, o Dr. Elival da Silva Ramos⁴, manifestou-se sobre o assunto, salientando:

“Todos sabem que a guerra fiscal, apesar de proibida constitucionalmente, vem sendo largamente praticada no Brasil. Os Estados tentam coibi-la por meio de ADIN’s, invariavelmente julgadas procedentes pelo Supremo Tribunal Federal, declarando inconstitucional a legislação infratora. É certo que existe um modo de tornar esse controle inócuo, na medida em que quando se declara uma lei inconstitucional, uma outra de idêntico teor é editada. Às vezes a revogação precede a declaração de inconstitucionalidade, com o que a ADIN perde o objeto e a guerra fiscal continua.”

4 RAMOS, Elival da Silva. Palestra proferida por ocasião do I Seminário de Direito Administrativo promovido pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo em 03 de outubro de 2003. Disponível em

<http://tcm.sp.gov.br/legislação/doutrina/29a03_10_03/3elival_silva5.htm> Acesso em 27 fev. 2008



Temos, portanto, uma situação de doloso desrespeito à legislação constitucional, que ignora a declaração de inconstitucionalidade proferida pela Corte Suprema.

Diante do impasse, propostas para alteração da tributação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias surgem, vindas de todas as áreas da sociedade envolvidas em sua arrecadação. Administração Pública, empresários e juristas discutem alternativas para a tributação do imposto sobre consumo, de forma a neutralizar a guerra fiscal, tornando, em consequência, mais simples a complexa forma atual de arrecadação do ICMS. Duas, em especial, ganham destaque: a) a “federalização” do ICMS, ou seja, a criação de um novo tributo, de competência da União, que unificaria a cobrança de diversos impostos e contribuições, dentre eles o imposto sobre consumo; b) A unificação das normas instituidoras do ICMS, vale dizer, o tributo continuaria sendo de competência dos Estados e do Distrito Federal, mas suas normas seriam produzidas pela União.

3 A CENTRALIZAÇÃO OU FEDERALIZAÇÃO DO ICMS

Baseado na gênese dos impostos sobre valor agregado no Brasil, vários juristas afirmam que a única forma de viabilizar a cobrança de tributos que tem por base de cálculo o consumo, seria sua federalização ou centralização. Nesse

sentido, o tributo deixaria de ser de competência dos Estados e Distrito Federal, passando para a competência da União. O Emérito Professor Ives Gandra da Silva Martins⁵, é um dos principais juristas defensores dessa proposta, como salientou em artigo publicado no sítio *Academus*:

“Ora, a única reforma tributária possível para o ICMS é adotar a técnica utilizada em mais de 100 países no mundo, ou seja, de centralizar ou federalizar o IVA (ICMS no Brasil). Caso contrário, não haverá solução possível e as disputas nos Tribunais apenas esgarçarão o pacto federativo. E não há necessidade de se tirar a autonomia dos Estados para a cobrança de fiscalização. Apenas a Constituição proibiria, por lei complementar produzida pela União, a concessão de qualquer incentivo no concernente ao ICMS”.

O ICMS é a base da receita derivada dos Estados e Distrito Federal. Representa, para a maioria das Unidades Federadas, cerca de 90% do que elas obtém com a arrecadação de tributos. A crítica que se faz a essa proposta é, justamente, a “quebra do pacto federativo”, já que ficariam estes totalmente dependentes da distribuição de rendas a ser estabelecida pela própria União. Quanto a esse aspecto, ressalta

⁵ MARTINS, Ives Gandra da Silva. Reformas e Guerra Fiscal. Disponível em <<http://academus.pro.br>> Acesso em 18 set. 2007



o Prof. Dalmo de Abreu Dallari ao discorrer sobre as características do Estado Federal em sua consagrada obra *Elementos da Teoria Geral do Estado*⁶:

“A cada esfera de competência se atribui renda própria. Este é um ponto de grande importância e que só recentemente começou a ser cuidadosamente tratado. Como a experiência demonstrou, e é óbvio isso, dar-se competência é o mesmo que atribuir encargos. É indispensável, portanto, que se assegure a quem tem os encargos uma fonte de rendas suficientes, pois do contrário a autonomia política se torna apenas nominal, pois não se pode agir, e agir com independência, quem não dispõe de recursos próprios”

Assim, retirar receita, sem diminuir encargos, resultaria em uma brusca **queda de recursos próprios**, o que, nas palavras do Professor Dallari, tornaria a autonomia política dos Estados apenas nominal, o que os impediria de agir com independência.

Segundo o Prof. Ives Gandra⁷, o país terá mais prejuízos caso mantida a atual forma de arrecadação do imposto. Para ele:

“Fala-se tanto em pacto federativo. Que pacto federativo é este em que os

Estados se digladiam no ICMS, como nações inimigas e não como entidades irmãs voltadas ao progresso nacional? Temo pela própria Federação brasileira, apesar da cláusula pétrea na Constituição. Se os Estados continuarem elevando o nível de suas desavenças quanto ao ICMS, tornarão o país uma ‘nação’ formada por 27 unidades inimigas”.

Para a Professora Dra. Misabel Abreu Machado Derzi⁸, a concentração de tributos como o IPI, ICMS, ISSQN, PIS e Cofins, em um Imposto sobre Valor Agregado de competência da União, seria a solução mais fácil e a mais eficiente para a solução do problema. Mas, segundo entende, essa proposta encontraria a resistência de Estados e Municípios, decorrente do receio de desvio ou desvinculação da receita por parte da União. Diante desse impasse, conclui que a solução mais adequada seria a harmonização dos IVA’s do Brasil, com a padronização da legislação estadual pela edição de lei complementar nacional, a ser editada pela União.

4 A UNIFICAÇÃO DAS NORMAS INSTITUIDORAS DO ICMS

Ao contrário da proposta de federalização, o ICMS não sairia da órbita de competência dos Estados e do Distrito Federal. Ocorreria

6 DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos da Teoria Geral do Estado*. 25ª ed., pg. 260 São Paulo: Saraiva, 2005

7 MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Op. Cit*



a padronização da legislação estadual pela edição de uma lei complementar nacional, limitando-se a lei estadual à instituição do tributo, em norma de repetição.

Segundo ainda a Professora Misabel Derzi⁹, a universalização deverá abranger

também as normas relativas ao processo administrativo e os procedimentos de interpretação das leis estaduais instituidoras dos tributos, que seria feito através de um regulamento a ser editado pelo CONFAZ. As alíquotas seriam uniformes para todo o território nacional e vedada a concessão de benefícios e incentivos fiscais.

Em face de sua maior facilidade de aceitação, essa proposta vem ganhando força, a ponto de constar da reforma tributária anunciada pelo Ministério da Fazenda em 28 de fevereiro de 2008.

Pela proposta, o ICMS será de **competência** dos Estados e do Distrito Federal, mas **instituído** por lei complementar. As alíquotas serão uniformes e estabelecidas pelo Senado Federal, e nenhum benefício poderá ser concedido unilateralmente, sob pena de aplicação de multas, retenção dos recursos oriundos das transferências constitucionais e seqüestro de receitas.

Além da definição dos aspectos gerais para a cobrança do tributo, a lei complementar irá disciplinar o processo administrativo fiscal.

A lei estadual terá competência bastante limitada, podendo fixar alíquotas diferenciadas para um pequeno número de operações com bens ou serviços.

As ressalvas feitas em relação a federalização do ICMS também são pertinentes na hipótese de unificação das legislações. Assim como a autonomia financeira, a autonomia legislativa dos entes federados também é fundamental para a manutenção do pacto federativo. Devemos recorrer novamente ao Ilustre Prof. Dallari¹⁰ que ressalta:

“Não existe hierarquia na organização federal, porque a cada esfera de poder corresponde uma competência determinada. (...) A regra, portanto, no Estado Federal é a distribuição de competências, sem hierarquia. Assim sendo, quando se tratar de assuntos de competência de uma unidade federada, esta é que pode legislar sobre o assunto, e não a União”.

Esse sistema também não garante a autonomia financeira dos Estados, na medida

8 DERZI, Misabel Abreu Machado; SANTIAGO, Igor Mauler. A harmonização dos IVAs do Brasil para o desenvolvimento produtivo. In: SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes; VASQUES, Sérgio; GUIMARÃES, Vasco Branco (Org.). IVA para o Brasil: contributos para a reforma da tributação do consumo. Belo Horizonte: Fórum, 2007 p. 527-551.

9 DERZI, Misabel Abreu Machado; SANTIAGO, Igor Mauler. *Op. Cit*

10 DALLARI, Dalmo de Abreu, *Op. Cit. p. 26*



em que os principais aspectos que envolvem a tributação, como alíquotas, base de cálculo, fato gerador, seriam de competência da União, sendo as normas estaduais apenas repetidoras desse sistema.

Especificamente quanto as transações, isenções, parcelamentos e benefícios fiscais, a proposta de reforma tributária reservou para um órgão colegiado, composto por representantes dos Estados, Distrito Federal e um representante da União (este sem direito a voto), a autorização para concessão e regulamentação dessas medidas. O sistema, da forma como proposto, tem por escopo evitar o confronto com a norma prevista no artigo 151 inciso III da Constituição Federal, que veda à União, a instituição desses favores fiscais em tributos de competência dos entes federados.

De qualquer forma, convém lembrar o repúdio que o artigo 19 § 2º da Constituição de 1967, com a Emenda no 1/69, causava àqueles que o analisavam. O dispositivo estava assim redigido:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - instituir ou aumentar tributo sem que a lei o estabeleça, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

II - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais; e

III - instituir imposto sobre:

a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros;

b) os templos de qualquer culto;


c) o patrimônio, a renda ou os serviços dos partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos da lei; e

d) o livro, o jornal e os periódicos, assim como o papel destinado à sua impressão.

§1º O disposto na alínea a do item III é extensivo às autarquias, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes; mas não se estende aos serviços públicos concedidos, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto que incidir sobre imóvel objeto de promessa de compra e venda.

§2º A União, mediante lei complementar e atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional, poderá conceder isenções de impostos estaduais e municipais

É importante, assim, caso seja a unificação das normas relativas ao ICMS a solução encontrada pelo legislador para acabar com a guerra fiscal, que a União exerça a sua função “reguladora” e “moderadora” de forma imparcial,



editando norma complementar que respeitem o princípio federativo e a capacidade econômica e financeira de cada ente da federação.

CONCLUSÃO

O ICMS mostrou-se um imposto que não se adapta ao sistema federativo, principalmente se a sua instituição é de competência das Unidades Federadas. Questões que envolvem a tributação interestadual, destinação de recursos e capacidade interna, dificultam sua exigência, tornando sua apuração, arrecadação, fiscalização e cobrança extremamente complexos. Exemplo disso decorre da dificuldade na aplicação do princípio da não-cumulatividade.

A guerra fiscal envolvendo o ICMS, que no início serviu como forma de atrair empresas aos Estados que não possuíam parque industrial, se generalizou e hoje é praticado por todas as Unidades Federadas.

É certo que a Constituição Federal de 1988 possui mecanismos jurídicos aptos a coibir essa prática que, ano a ano, vem prejudicando a economia do país. Entretanto, a morosidade do Judiciário em apreciar as demandas que envolvem esse assunto, bem como práticas indesejáveis perpetradas pelos próprios entes federados, os tornam inócuos.

Dentre as soluções propostas visando acabar com a guerra fiscal, duas vem ganhando destaque: a) a unificação da legislação do ICMS e b) a federalização ou centralização dos

impostos que tem por hipótese de incidência o consumo.

Ambas tolhem o poder arrecadatório dos Estados, limitando a discricionariedade dos mesmos na administração dos recursos. Esse fato pode representar uma quebra do pacto federativo, como acreditam alguns juristas.

Recente proposta de reforma tributária encaminhada pela União, elegeu o primeiro sistema como aquele mais indicado a por fim à guerra fiscal.

Se aprovada, a legislação do ICMS será unificada através de uma lei complementar única, o que restringirá o âmbito de atuação dos Estados e Distrito Federal. Cabe a União administrar de forma coerente essa atribuição, evitando desequilíbrio financeiro entre os Estados.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. 25ª ed., 260p. São Paulo: Saraiva, 2005.

DERZI, Misabel Abreu Machado; SANTIAGO, Igor Mauler. **A Harmonização dos IVA's do Brasil para o Desenvolvimento Produtivo**. In: SARAIVAFILHO, Oswaldo Othon de Pontes; Vasques, Sergio; GUIMARÃES, Vasco Branco (Org.). IVA para o Brasil: Contributos Para a Reforma da Tributação do Consumo. Belo Horizonte: Fórum, 2007 p.527-551.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Reformas e Guerra Fiscal. Disponível em <<http://academus.pro.br>> Acesso em 18 set. 2007.

RAMOS, Elival Da Silva. **Palestra proferida por ocasião do I Seminário de Direito Administrativo promovido pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo em 03 de outubro de 2003**. Disponível em <http://tcm.sp.gov.br/legislação/doutrina/29a03_10_03/elival_silva5.htm> Acesso em 27 fev. 2008

ROSA, Dênerson Dias. **Guerra Fiscal Internacional**. Kplus Direito. Disponível em <<http://kplus.com.br/direito>> Acesso em 18 set. 2007.

VALENTIM, Marilena Simões. **Impactos Econômicos da Guerra Fiscal no Brasil**. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 156, 9 dez. 2003. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4582>> Acesso em: 18 set. 2007.

3

JUSTIÇA DO FUTURO – MÉTODOS ALTERNATIVOS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Patrícia Pires de Araújo¹



INTRODUÇÃO

Muito se tem falado, na atualidade, sobre os chamados métodos alternativos para solução de controvérsias, ou, como preferem os norte americanos, ADR – Alternative Dispute Resolution. Surgidos no meio dos negócios – políticos e comerciais – os processos alternativos de solução de controvérsias se mostraram como modo eficaz de finalizar demandas de variada complexidade através dos tempos.

A situação de grande entrave com que se tem deparado o Judiciário, que não encontra uma solução adequada e satisfatória para resolver os conflitos a ele submetidos, trouxe de volta antigas formas de acelerar um procedimento que visa buscar uma justiça célere e de melhor qualidade, feita por especialistas no assunto objeto da controvérsia. Estamos nos referindo a Mediação e Arbitragem, novas técnicas de solução de conflitos de interesses. Novas no sentido da inovação que houve a partir da entrada em vigor da Lei 9307, denominada de Lei da Arbitragem, publicada em 23.09.96.

Em atendimento a uma aspiração social por métodos que pudessem servir para a resolução de conflitos fora dos meandros do Judiciário, vê-se, portanto o avanço dos mecanismos extrajudiciais de solução de controvérsias no

Brasil.


O legislador procurou fortalecer a vertente extrajudicial de solução de controvérsias, o que se concretizou com a edição da lei 9.307/96, que revitalizou a arbitragem. Na vertente judicial, reforçou os poderes conciliatórios do juiz, estimulando a atividade mediadora no curso do processo, como se viu com a edição da Lei 8.952/94 que alterou, entre outros, o artigo 331 do Código de Processo Civil, ratificada pela Lei n. 10.444/02, novamente alterando o referido artigo.

É certo ainda que a conciliação judicial sofra uma série considerável de pressões adversas de modo a tornar limitados os seus resultados práticos.

Entre as limitações encontramos as pautas dos juizes lotadas, nem todos os juizes são treinados ou possuem vocação para a conciliação, as partes mostram-se, muitas vezes, intimidadas e receosas na presença de um juiz, os magistrados também se sentem desconfortáveis quando para a atividade conciliatória podem ser interpretado pelas partes como parciais, dentre inúmeras outras.

Com a implantação dos Juizados Especiais de Pequenas Causas, tais dificuldades já haviam sido notadas, entretanto procurou-se mitigá-las valorizando o papel dos conciliadores. Diante do retorno positivo, a posição dos conciliadores

1 Mestre em Direito Político e Econômico – Universidade Presbiteriana Mackenzie – SP. Graduação em Direito - Universidade Presbiteriana Mackenzie – SP. OAB/SP 122050. Membro da Comissão de Direito do Trabalho – OAB / SP. Professora da Faculdade das Américas (São Paulo / SP).



restou consolidada, o que se vê através da Lei 9099/95, que hoje disciplina os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Em 2000, foi editada a Lei 9958/2000 que disciplinou a mediação nas causas trabalhistas, protagonizada por órgãos criados paritariamente pelos empregados e empregadores (comissões de conciliação prévia), buscando não apenas resolver a situação crítica vivida pela Justiça do Trabalho, mas a formulação de uma política que possa levar à celebração de acordos mais justos em matéria laboral, com a participação dos envolvidos no litígio.

Nossos Tribunais também estão iniciando a proposta de mediação nos conflitos já existentes com o objetivo de agilização de resolução, isto, quando se trata de interesses disponíveis, patrimoniais; haja vista determinados conflitos necessitem de formas alternativas que possibilitem solução imediata.

Buscando mais um elemento de “democratização da Justiça”, ao lado da Arbitragem, já está em trâmite pelo Congresso Nacional projeto de Lei instituindo a Mediação.

1 DOS MEIOS ALTERNATIVOS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Nas fases primitivas das civilizações dos povos, inexistia um Estado suficientemente forte para superar os ímpetos individualistas dos homens e impor o direito acima da vontade dos particulares.

O conflito havido entre as partes, era

resolvido, primitivamente, mediante o uso da auto tutela (a autodefesa); mas, nesse sistema (auto tutela: não havia justiça, mas sim a imposição do mais forte ou do mais esperto); buscaram-se então uma forma de solução amigável e imparcial através de árbitros, pessoas de sua confiança mútua em quem as partes se louvavam para que resolvessem os conflitos.

Essa interferência, em geral, era confiada aos sacerdotes, cujas ligações com as divindades garantiam soluções acertadas, de acordo com a vontade dos deuses; ou, aos anciãos, que conheciam os costumes do grupo social integrado pelos interessados. E, a decisão do árbitro pauta-se pelos padrões acolhidos pela convicção coletiva, inclusive pelos costumes.

Assim, enquanto na auto tutela, aquele que impõe ao adversário uma solução não cogita de apresentar ou pedir a declaração de existência ou inexistência do direito (satisfaz-se simplesmente pela força), vemos que, com a arbitragem, inicia-se um processo que visa a declaração do direito em litígio através de um terceiro, de um árbitro que irá apresentar a solução da desavença havida entre as partes.

A história nos mostra que, já, no direito romano arcaico (das origens do direito romano até o século II a.C., sendo dessa época a Lei das XII Tábuas, os cidadãos em conflito compareciam perante o pretor, comprometendo-se a aceitar o que viesse a ser decidido. Em seguida escolhiam um árbitro de sua confiança,



o qual recebia do pretor o encargo de decidir a causa.

Temos, portanto que as origens da arbitragem, enquanto meio de composição de litígios, são bem anteriores à jurisdição pública. Pode-se mesmo dizer que a arbitragem foi norma primitiva de justiça e que os primeiros juízes nada mais foram do que árbitros.

A experiência tem mostrado que a implementação de formas alternativas de resolução dos conflitos produz em curto prazo efeitos favoráveis sobre a carga de trabalho dos juizes; e, a longo prazo—se efetivamente se logra uma mudança de mentalidade na sociedade, especialmente nos operadores do direito—é possível esperar um maior acesso à Justiça conjuntamente com uma baixa no índice de litigiosidade, ou seja, redução do ingresso de causas no sistema jurisdicional.

J. S. Fagundes Cunha², nos coloca o pensamento de Boaventura³, que entende que tudo é impulsionado por uma pressão globalizante muito intensa que, embora no melhor dos casos se procure articular com as aspirações populares e exigências políticas nacionais, o faz apenas para atingir seus objetivos globais.'

E esses objetivos globais são muito simplesmente a criação de um sistema jurídico

e judicial adequado à nova economia mundial de raiz neoliberal, um quadro legal e judicial que favoreça o comércio, o investimento e o sistema financeiro. Não se trata, pois, de fortalecer a democracia, mas sim de fortalecer o mercado. O que está em causa é a reconstrução da capacidade reguladora do Estado pós-ajustamento estrutural. Uma capacidade reguladora que se afirma pela capacidade do Estado para arbitrar, por meio dos tribunais, os conflitos entre os agentes econômicos.

A resistência justa dos magistrados contra uma reforma tecnocrática do sistema judicial exclusivamente orientada para as necessidades da economia mercantil não pode servir de álibi para justificar a resistência a uma profunda reforma do sistema judicial orientada para a efetiva democratização da sociedade e do Estado. O sistema judicial precisa ser radicalmente reformado para responder às aspirações democráticas dos cidadãos cada vez mais sujeitos ao abuso de poder por parte de agentes econômicos muito poderosos. Se essa reforma política e democrática não tiver lugar, o vazio que a sua ausência produzirá será certamente preenchido por uma reforma tecnocrática virada para servir preferencialmente os interesses da economia global.⁴

O discurso a respeito da necessidade de

2 CUNHA, José Sebastião Fagundes, "Da Mediação e da Arbitragem endoprocessual". In: Revista dos Juizados Especiais, São Paulo v.4., n.14, p.11-41, out/dez/99

3 SANTOS, Boaventura de Souza. "Os tribunais e a globalização", in Cadernos do Terceiro Mundo, Editora Terceiro Milênio, Curitiba, 1997



novos paradigmas para solução de conflitos está ao lado ao discurso que envolve a crise do processo civil brasileiro, salientando a morosidade na distribuição da Justiça, em face da inadequada organização judiciária—pondo em relevo o excesso de instâncias recursais.; a insuportável demora dos processos; a deficiência dos serviços de assistência judiciária; a insuficiente atuação da oralidade; etc., são vetores que encaminham para uma prestação jurisdicional tardia e que, ao final, muitas vezes, resulta ineficiente. Trata-se de problema que, na realidade, não é peculiar ao Brasil, mas que se encontra em muitos países e também na Itália, Chile, Uruguai, Argentina e Paraguai.

Temos que, os princípios, em essência, que tentam informar o rápido deslinde da resolução dos litígios são o princípio da oralidade e seus corolários: a imediatidade do Juiz na relação com as partes e outros sujeitos do processo (em particular, as testemunhas) e, ainda, como condição *sine qua non* para a aplicação desta imediatidade, a concentração da causa em poucas audiências.

Capelletti⁵, tratando dos meios alternativos de conflitos, submete o problema a uma

visão tridimensional onde o jurista é instando a um exame quanto:

- a) À necessidade ou ao problema social que reclama por uma resposta no plano jurídico;
- b) À avaliação de tal resposta que, embora deva assumir, ordinariamente, natureza normativa, impele o jurista a realizar um exame sobre a aptidão das instituições e dos procedimentos responsáveis pela atuação daquela resposta normativa;
- c) Ao impacto que a resposta jurídica ocasionará sobre a necessidade ou sobre o problema social—ocasião em que estar-se-á examinando a eficácia de tal resposta.

Segundo Cappelletti, é desta forma que o direito em geral (e o direito processual em particular), deve ser examinado, levando-se em conta a perspectiva dos usuários e não apenas a perspectiva dos produtores do direito.

A partir de tais idéias há ampla discussão doutrinária a respeito da Justiça Coexistencial. Cappelletti⁶ afirma que “Bastante relevante se apresenta a substituição da Justiça contenciosa (de natureza estritamente jurisdicional), por aquela que tenho a chamado de Justiça coexistencial, baseada em formas de conciliação.”

Cappelletti insiste em chamar de

4 Santos, Boaventura de Souza. *op.cit*

5 CAPPELLETTI, Mauro, In *Aspetti Sociali e politici della procedure civile (riforma e tendenze evolutive nele Europa occidentale e orientale in Giustizia e Societa*, p. 23-47 e 48-105.

6 CAPPELLETTI, *op.cit*.



coexistencial, a qual, diz tratar-se de uma Justiça que leva em conta a totalidade da situação na qual o episódio contencioso está inserido e que se destina a curar e não a exasperar a situação de tensão; prossegue afirmando que é claro, porém, como já dizia e escrevia alguns anos atrás, que o sucesso da Justiça coexistencial dependerá, e muito, da autoridade do conciliador: uma autoridade, porém, que não corresponderá àquela autoridade oficial do juiz (a potestas jus dicenti), mas que deverá se apresentar como uma autoridade social, moral, cultural, enfim, política, em sentido amplo (a autoridade do amigo, do vizinho, de quem, afinal, está legitimado a representar um dado grupo ou uma determinada comunidade). Estes tipos diferenciados de mediadores ou conciliadores (*ombudspersons*) serão encontrados nos bairros, nas fábricas, nas escolas, nos hospitais, etc. Não é à toa que se fala, portanto, de justiça social ou de juizados especiais em contraposição àquela Justiça oficial, jurídica.

Para grande parte da doutrina os meios alternativos já são considerados a justiça do futuro.

2 MEDIAÇÃO

Embora a mediação seja um instituto atual para a solução de conflitos, a história nos mostra seus antecedentes, formas primárias de mediação, como por exemplo, na antiguidade através de aconselhamentos,

Tribunais rabínicos judeus e rabinos Europeus, no Oriente, China e Japão centrado na família e vizinhança a obtenção de harmonia nas relações, e muitos outros.

Primeiramente devemos buscar o conceito deste instituto.

“A mediação é um método extrajudicial de resolução de conflitos onde um terceiro, necessariamente neutro e imparcial, mobiliza as partes em litígio para uma solução consensual, mediante a formalização de acordo. O mediador é a pessoa que ajuda as partes a identificar, discutir e resolver as questões do conflito, buscando transformar o adversário em partícipe de um processo de solução cooperativa.”⁷

A Mediação é uma forma de tentativa de resolução de conflitos através de um terceiro, estranho ao conflito, que atuará como uma espécie de “facilitador”, sem, entretanto interferir na decisão final das partes que o escolheram. Sua função é a de tentar estabelecer um ponto de equilíbrio na controvérsia, aproximando as partes e captando os interesses que ambas têm em comum, com a finalidade de objetivar uma solução que seja a mais justa possível para as mesmas. É uma tentativa de um acordo possível entre as partes, sob a supervisão e auxílio de um mediador. Uma das grandes vantagens da Mediação é que ela pode evitar um longo e desgastante processo judicial, pois



a mesma se dá antes que as partes se definam por uma briga nos tribunais, resolvendo suas diferenças de forma extrajudicial, levando ao Judiciário apenas aquelas questões que não podem ser resolvidas de outra forma. Exemplos práticos:

Conflitos de vizinhança, separação, divórcio, conflitos trabalhistas, etc. ...⁸

Para Araújo e Silveira⁹, a mediação é um mecanismo para solução de conflitos através da gestão do mesmo pelas próprias partes, para que estas construam uma decisão rápida, ponderada, eficaz e satisfatória para os envolvidos.

Bonafé-Schmitt¹⁰ define Mediação como um “processo frequentemente formal pelo

qual um terceiro neutro tenta, através da organização de trocas entre as partes, permitir a estas confrontar seus pontos de vista e procurar, com sua ajuda, uma solução para o conflito que os opõe”.

A mediação é implantada por meio de técnicas específicas, dividindo características com a psicologia e negociações legais. O mediador ajuda as partes a restabelecerem o processo de comunicação e a avaliarem

objetivos e opções, conduzindo a um termo de entendimento buscando a obtenção da satisfação mútua das partes envolvidas no litígio.

Desta forma, não é um procedimento impositivo, não tendo o mediador, ao contrário de outros métodos (arbitragem ou tribunais, por exemplo), nenhum poder de decisão sobre as partes. Estas decidirão todos os aspectos do problema, com a ajuda do mediador, mantendo assim autonomia e controle das decisões pertinentes ao litígio.

A mediação pode ser aplicada em inúmeros campos da vida social, tais como: familiar, comercial, sucessões, empresarial, trabalhista, educacional, comunitário, hospitalar, meio ambiente, Mercosul, etc. Pode, ainda, ser realizada em contextos específicos como prisões, casas para menores, sistema judiciário, drogadição, violência, algumas situações criminais, etc. As pesquisas mundiais de resultado da utilização da mediação apontam para um número cada vez maior de campos e atuações.

Os defensores da mediação argumentam que as grandes vantagens do instituto são

7 EGGER, Ildemar – Texto aula para admissão no cargo de professor assistente do Curso de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

8 PRATES, Odonir Barboza. Mediação e arbitragem: soluções de primeiro mundo agora no Brasil, In: Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil. Porto Alegre, v.2., n.7, p.27-31, set/out 2000.

9 ARAÚJO, Adriano L., SILVEIRA, Anarita A. O Instituto da Mediação. In: Revista Doutrina. Rio de Janeiro: Instituto de Direito, vol.III, p.442, 1997.

10 BONAFÉ-SCHMITT, Jean Pierre. La Mediation: Une Justice Douce. Paris: Syros, 1992, p.16-17).



a rapidez, agilidade, economia, flexibilidade e particularidade de cada caso, além de possibilitar às partes manterem autonomia e controle do procedimento. Argumentam ainda que a mediação viabiliza acordos onde todos “ganham” e o sentimento de justiça é preservado, além de possibilitar às partes de disporem de pendências do passado e promoverem reposicionamento para construção de futuro mais harmônico, evitando desgastes, novas ações judiciais e aumento do conflito.

A condução do processo de mediação requer treinamento específico para qualificar profissionais para o exercício desta prática, uma vez que ela pode ser executada por profissional oriundo de qualquer profissão. É totalmente desaconselhável sua realização por profissionais sem o devido treinamento.

Tal qual ocorre na Arbitragem, o processo de mediação envolve várias fases, devendo ser destacado que o acordo de mediação, por escrito, é essencial para a sua instauração, visto que, por sua natureza de processo voluntário, as partes devem acordar em sua realização, sob pena de ser considerado nulo.

No ato do acordo para instauração do procedimento de mediação, as partes, como no caso do juízo arbitral, deverão apontar o mediador e o modo como este poderá se comportar no encaminhamento do caso. Assim como no caso da arbitragem, o nome do mediador pode não estar contido no texto da cláusula compromissória, podendo sua

indicação ser feita através de uma associação especializada qualquer (por exemplo, Tribunal Arbitral, Procuradoria Regional do Trabalho, etc.). Ressalte-se que o fato de não haver compromisso anterior à lide não impede a instauração da mediação. As partes poderão fazê-lo, mesmo que haja disposição comum de eleição de foro.

Antes de se engajarem em uma mediação, as partes devem, para a melhoria da qualidade do trabalho a ser empreendido, tomar cautelas básicas em relação a vários aspectos da lide, principalmente no que tange à delimitação e tipificação do litígio, ao reconhecimento dos parâmetros da situação instaurada (expectativas, tempo disponível, etc.), fontes do direito aplicáveis, bem como os usos e costumes aplicáveis ao caso em questão, além de determinar as necessidades e vantagens na instauração da mediação. Outras precauções de grande valia para o procedimento seriam aquelas ligadas ao conhecimento de casos similares, anteriormente decididos com o auxílio da mediação, a antecipação das necessidades da parte adversa, bem como seus pedidos, pontos fortes e fracos, e, principalmente, sua versão dos fatos.

Note-se que o bom participante de um processo de mediação é aquele que procura oferecer suas propostas de modo razoável e legítimo, mantendo suas posições, com a determinação de compor interesses e necessidades com os da parte adversa. A



mediação de sucesso é aquela cujo mediador conduz os trabalhos concentrado nos interesses das partes, não em suas posições.

Na dinâmica do processo de mediação, as partes devem comparecer aos encontros de trabalho providas de todas as provas, documentos e normas que sustentem suas teses e interesses. As partes, se quiserem, poderão estar representadas por advogados. Iniciados os trabalhos, cabe ao mediador, como condutor de todo o processo, lembrar as partes de seus deveres em relação às regras acordadas para aquele procedimento, tais como direito à palavra, ordem de precedência, decoro, discussões, confidencialidade e privacidade do procedimento.

2.1 A MEDIAÇÃO COMO FORMA ALTERNATIVA DE RESOLUÇÃO DOS LITÍGIOS NO BRASIL

A Lei 9307/96, denominada de Lei da Arbitragem, omitiu-se com relação ao Instituto da Mediação, porém ele pode ser perfeitamente utilizado a exemplo dos países que há décadas já empregam este método alternativo, bem como o da Arbitragem.

Está em trâmite no Congresso Nacional projeto de Lei instituindo e disciplinando a mediação como mecanismo alternativo de solução de conflitos.

Tal projeto de Lei define as modalidades de mediação, consignando a mediação prévia (facultativa), incidental (obrigatória). Também

visa a regular a atuação dos mediadores.

Independente de legislação, as Câmaras e Tribunais de Arbitragem já vêm utilizando da mediação em vários campos, tais como mediação escolar, mediação familiar, trabalhista, ambiental, etc ...

Em relação à mediação familiar já se tem inúmeros casos, buscando a solução dos conflitos de família a fim de não desgastar ainda mais as partes envolvidas.

No Poder Judiciário a mediação está sendo instituída como veremos a seguir.

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, dinamizando o acesso à Justiça através dos Juizados Especiais, enfatiza a necessidade e investe na formação de conciliadores e árbitros, através da Escola Superior da Magistratura do Estado do Paraná, em convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, possibilitando que os laudos venham a corresponder não somente a um provimento formal e final, mas que se obtenha Justiça; não apenas o exercício do ato de buscar conciliar, mas que resulte na composição do litígio de forma a realizar os interesses e anseios das partes.

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás determinou a criação das Cortes de Mediação Cível (CMC) de Segundo grau de Jurisdição, com o objetivo de ver pelo menos um quinto dos recursos distribuídos naquele Tribunal de Justiça solucionados pela via da mediação e da transação.



O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo editou o provimento 783/2002, o qual dispôs sobre a criação e funcionamento do Plano Piloto de Conciliação em Segundo Grau de Jurisdição, à título experimental objetivando não apenas a solução do litígio, mas também a pacificação das partes. O Provimento 783/2002 dispõe ainda que as sessões de conciliação serão realizadas em local a ser designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo. Também restou previsto pelo referido provimento que o conciliador, as partes e seus advogados ficam submetidos à cláusula de confiabilidade, que deverá ser subscrita no início dos trabalhos. Isto por que, não havendo a conciliação, o ocorrido, falado, exibido ou debatido nas sessões de conciliação não serão considerados como prova por eventual julgamento da lide.

Em sendo obtida a conciliação será lavrado termo de transação, assinados pelas partes, advogados e pelo conciliador submetidos à homologação do Presidente do Tribunal.

Não havendo a conciliação o processo deverá retornar à posição anterior em relação à expectativa de distribuição.

O provimento também dispôs que qualquer das partes poderá requerer a instituição de sessão de conciliação, tão logo seja definido pelo Tribunal os critérios para os processos que irão para a conciliação.

Recentemente, muito embora o Plano Piloto de conciliação em Segundo Grau não foi

posto em prática, em 21 de março de 2003, o Conselho Superior da Magistratura publicou o Provimento 796/03.

Referido provimento dispõe sobre a criação e o funcionamento do Setor Experimental de Conciliação no Fórum João Mendes.

Para a edição de tal provimento foi considerado dentre outros, que a extinção do processo pela via consensual pacifica as partes, produz resultado de acentuada utilidade social e contribui para a redução do número de feitos encaminhados aos Tribunais.

Prevê o referido provimento ainda que os autos dos processos poderão ser encaminhados ao Setor Experimental de Conciliação a qualquer tempo, desde que se trate de ações de cobrança, dos procedimentos ordinários, sumários ou monitórios, reparações de danos motivadas por acidentes de trânsito, indenização por danos morais, execução por quantia certa contra devedor solvente ou despejo por falta de pagamento.

Da mesma forma prevista para o procedimento em Segunda Instância, está prevista a cláusula de confiabilidade.

Nos conflitos trabalhistas a mediação e arbitragem já estão bem respaldadas.

A Constituição Federal de 1988, ao adotar o princípio da negociação coletiva, concedeu às partes o direito de entendimento direto para a solução de conflitos. O artigo 114 elegeu a negociação coletiva e a arbitragem como meio de solução de conflitos.



A medida provisória 1698/98, repetidamente reeditada, que trata da participação nos lucros e resultado nas empresas prevê a hipótese de mediação ou arbitragem para a solução de controvérsias.

Ainda a Mediação já está disciplinada na área trabalhista através da Instrução Normativa 4/93 do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria 817/95 do Ministério do Trabalho e Emprego, Portaria 818/95, TEM e decreto 1572/95 que regulamenta a mediação coletiva.

3 DA TRANSAÇÃO

A instituição de audiência prévia de tentativa de conciliação tem sua origem no modelo de Stuttgart, cidade alemã onde a prática seria adotada.

Ocorre que a prévia conciliação é antiga em nossa tradição jurídica e apresenta elaboração muito singular pelo velho legislador brasileiro.

O Regulamento 737, de 25 de novembro de 1850, recebido pela República pelo Decreto n. 763, de 19 de setembro de 1890, aplicável ao processo, julgamento e execução das causas cíveis em geral, salvo as reguladas para processos especiais, era taxativo a respeito da conciliação prévia, ao dispor em seus arts. 23 e seguintes sobre o tema: “Nenhuma causa comercial será proposta em juízo contencioso, sem que previamente se tenha tentado o

meio da conciliação, ou por ato judicial, ou por comparecimento voluntário das partes...”

No decorrer do período monárquico e nos primórdios da República, o Direito brasileiro conheceu, pois, a busca da prévia conciliação entre as partes, visando a preservação da paz e o afastamento da eternização das lides judiciais.

Com a federalização do Direito processual, a partir da Constituição de 1934, a presença dos processualistas italianos tornou-se freqüente em nossos meios acadêmicos, e estes foram afastando instituições que mereciam preservação, a partir de um inevitável *aggiornamento*.

A conciliação no direito brasileiro, sem discrepância nas principais línguas latinas: “conciliation”, em francês, “conciliazione”, em italiano, e “*conciliación*”, em espanhol, são utilizados pela lei, pela doutrina pela jurisprudência.

“Conciliação”, palavra derivada do latim “conciliatione”, significa ato ou efeito de conciliar; ajuste, acordo ou harmonização de pessoas desavindas; congraçamento, união, composição ou combinação.

A conciliação, segundo Guillermo Cabanellas de Torres¹¹, é a convenção das partes

em um ato judicial, antes do conflito de interesses ser suscitado em juízo (diretamente); ela procura a transigência das partes, com

11 TORRES, Guillermo Cabanellas de. Texto aula para admissão para o cargo de professor do Curso de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina.



a finalidade de evitar o pleito que uma delas queira começar. Segundo o mesmo autor, a mediação é a participação secundária em um negócio alheio, a fim de prestar um serviço às partes ou interessados.

Já dispunham as Ordenações do Reino, no Livro III, Título XX, § 1º, que “no começo da demanda dirá o juiz a ambas as partes, que antes que façam despesas, e sigam entre elas ódios e dissensões, se devem concordar, e não gastar suas fazendas por seguirem suas

vontades, porque o vencimento da causa sempre é duvidoso. E isto, que dizemos, de reduzirem as partes a concórdia, não é de necessidade, mas somente de honestidade nos casos, em que o bem puderem fazer.”

A primeira Constituição do Brasil previa, ao tratar do “Poder Judicial”, no Título VI, que “sem se fazer constar que se tem intentado o meio de reconciliação, não se começará processo algum.”

A supressão da tentativa de conciliação obrigatória só veio a ocorrer em 1890, pelo decreto nº 359, porque segundo a filosofia então imperante, não se harmonizava com a liberdade individual (sic), era inútil, causava despesas e procrastinações. Não se vedava, entretanto, a auto-composição espontânea, por renúncia, reconhecimento ou transação.

O Código de Processo Civil, com a redação da. Lei n. 8.952, de 13.12.94, disciplinou

audiência preliminar de conciliação e saneamento, alterado novamente em 2002, através da Lei 10.444/2002.

Os processualistas da América do Sul vêm insistentemente alvitando a inserção de uma audiência preliminar no procedimento de seus países, com o tríplice escopo de incentivar a conciliação, sanear o processo e delimitar a instrução a ser feita.

Nos Juizados Especiais, pode ser presidida a sessão, prévia e obrigatória de conciliação, tanto por conciliador, juiz leigo ou juiz de direito supervisor, necessitando sempre a homologação do juiz de direito.

Pedro Manoel Abreu¹² em sua preciosa obra Juizados Especiais Cíveis e Criminais

traça uma perspectiva histórica no trato do exercício da jurisdição, desde o direito colonial até nossos dias, englobando síntese a respeito de vários países.

A renovação do processo civil brasileiro ocorreu inicialmente com a criação dos Juizados Especiais de Pequenas Causas e, de forma mais recente com a criação dos Juizados Especiais de Causas de Menor Complexidade; depois, com a recente reforma da legislação processual civil, contudo, sempre mantendo o estreito controle jurisdicional a respeito da prestação a ser exercida.

Segundo Dinamarco¹³, a transação é o ato

12 ABREU, Pedro Manoel. BRANDÃO, Mauro. Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Curitiba: Obra Jurídica Editora, 2000.

13 DINAMARCO, Candido Rangel. A Reforma da Reforma, 5ª ed., São Paulo: Malheiros, 2003



bilateral com que autor e réu definem a solução do conflito que os envolve, repartindo renúncias. Quando celebrada no curso do processo, ela tem um pouco de reconhecimento do pedido, mas na medida em que o réu se submete em parte à pretensão do autor; e um pouco de renúncia a direito, na medida em que o autor se resigna a obter um resultado menos vantajoso que o pleiteado.

Frise-se que a transação para produzir seus efeitos não precisa, necessariamente estar adstrita ao objeto do processo.

O inciso III do artigo 585, com a redação que lhe dera a Reforma no ano de 1994, atribuía eficácia executiva à transação homologada, “ainda que esta não verse sobre questão posta em juízo.”

Nos coloca Dinamarco que uma lei inexplicável e provavelmente casuística alterou a redação do inciso III, suprimindo esta cláusula salutar – Lei 9307/96. A parte o modo como essa desconfortável inovação possa incidir sobre a eficácia executiva das transações homologadas, o certo é que ela não influi sobre a eficácia extintiva das transações mais amplas que o litígio.

É indiscutível a função social da transação como elemento solucionador dos litígios. A percepção da transação como meio de solução mais justa e mais rápida das ações,

e a utilização da mediação para obtenção da solução negociada tem se revelado, na prática, um otimizador na solução dos conflitos.

Como bem coloca Mello e Souza¹⁴, “embora deva-se dedicar-se ao máximo na

obtenção da composição amigável, não se pode alterar as referidas premissas e aceitar qualquer tipo de ajuste apenas para que o processo chegue ao seu termo. É preciso lembrar que a obtenção do acordo em Juízo em muito se parece com a atividade do alpinista que chega ao topo da montanha por ele objetivada: trata-se apenas de metade da tarefa cumprida: há que descer da montanha! Há que se cumprir os termos do acordo entabulado em Juízo.”

É comum também, cláusula pela qual as partes desistem de recursos contra a sentença homologatória da transação.

É ainda necessário, cláusula constando que o cumprimento do acordo implica quitação entre as partes, para nada mais reclamar uma da outra a respeito do objeto do litígio.

É conveniente na transação precisar quem serão os responsáveis pelas custas processuais e honorários advocatícios das partes.

A atual redação do artigo 331 do Código de Processo Civil, dada pela Lei 10.444 de 7 de maio de 2002, dispôs que:

“Art.331 – Se não ocorrer qualquer das hipóteses previstas nas seções

14 Souza Neto, João Batista de Mello e. Mediação em Juízo - Abordagem prática para obtenção de um acordo justo. São Paulo, Atlas: 2000



precedentes, e versar a causa sobre direitos que admitiam transação, o juiz designará audiência preliminar, a realizar-se no prazo de 30 (trinta) dias, para a qual serão as partes intimadas a comparecer, podendo fazer-se representar por procurador ou preposto, com poderes para transigir.”

A alteração na redação do artigo se deu, para fugir dos males da indefinição do conceito de direitos disponíveis. Dessa forma, só se pode transigir em relação a direitos patrimoniais e de caráter privado.

O artigo 841 do Código Civil é claro ao dispor que “Só quanto a direitos patrimoniais de caráter privado se permite a transação”.

Não podem ser objeto de transação os direitos da personalidade, bens imateriais sem expressão econômica.

Nestes casos, existe dúvidas quanto ao modo de sanear os processos. Uma das alternativas é a não realização da audiência preliminar, fazendo o saneamento ou conciliação por escrito, apesar de incoerente com os princípios do instituto.

4 DIFERENÇAS ENTRE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Na arbitragem é necessária a presença de uma terceira pessoa, o árbitro, escolhido pelas partes envolvidas no litígio. O árbitro deverá ser um técnico ou especialista no assunto em discussão para dar um parecer e decidir qual

dos lados tem razão. Ao árbitro é atribuído o poder de um juiz e a sua decisão é soberana.

Já na mediação, a terceira pessoa convidada para mediar o conflito é previamente treinada e utiliza técnicas de negociação, combinadas com aspectos legais e psicológicos, para a reconstrução dos relacionamentos. A sua função não é decidir, mas mobilizar as partes para chegar a uma solução do problema apresentado. Desta forma, as partes decidem em comum acordo e dificilmente recorrem a outra instância ou deixam de cumprir a decisão obtida consensualmente. Na presença do mediador, elas são levadas a reconstituir o problema e encaminhar a resolução.

Por outro lado, cumpre consignar que a arbitragem é um processo mais formal de técnicas para resolução de conflitos. Exige a presença de uma terceira parte, extremamente conhecedora da lei e especialista no tema em conflito. A arbitragem resolve as diferenças sem que as relações sejam melhoradas. Isto porque o árbitro profere uma decisão, não havendo qualquer responsabilidade em relação às partes envolvidas na disputa, em como negociar e construir – ou reconstruir – os relacionamentos.

A mediação é muito mais precisa, mais poderosa, mais rápida e mais barata que arbitragem. Quando se está mediante disputas, as partes podem construir um acordo que funciona para elas dentro de um contexto legal, além de melhorar o relacionamento entre elas. Por excelência, a mediação é a técnica



não adversarial de resolução de conflitos. Por meio da investigação, o mediador auxilia os participantes a encontrarem os reais conflitos, seus verdadeiros interesses e a trabalharem cooperativamente na busca das melhores e mais criativas soluções. A solução obtida culminará num acordo voluntário dos participantes.

A mediação consegue, na maioria das vezes, restaurar a harmonia e a paz entre as partes, pois o mediador trabalha especialmente sobre as inter-relações. A experiência tem demonstrado que novas soluções criativas surgiram com a intervenção de mediadores, convertendo os adversários em colaboradores, permitindo-lhes crescer a partir do conflito. A equação não será “um perde e outro ganha”, e sim que as duas partes ganhem. A mediação é o meio natural de resolver disputas, pois as soluções surgem espontaneamente, reconhecendo assim que não existe melhor sentença que a vontade das partes.

A arbitragem é muito menos formal e conseqüentemente mais célere e econômica que os procedimentos judiciais. Por sua vez, a mediação é muito menos formal que a arbitragem. Um dos fatores determinantes desta informalidade é o fato do mediador não possuir poder decisório sobre o conflito instaurado, sendo a sua função auxiliar as partes na obtenção de um acordo, ouvindo-as em conjunto ou separadamente, de modo a poder compreender suas dúvidas, desejos e necessidades fáticas, bem como as suas

posições. Em contraponto, o árbitro ouve as partes conjuntamente, toma depoimento de testemunhas, recebe as provas e profere sua decisão final. Nos encontros conjuntos, com ambas as partes, o mediador trabalha no sentido de proporcionar um ambiente harmonioso para que estas cheguem ao meio termo necessário para colocar fim à controvérsia. É através do conhecimento fático advindo destes encontros que o mediador, enriquecendo-se com a cultura do caso, poderá atuar no sentido de ampliar a discussão em áreas onde o entendimento não se fazia de forma adequada, ou para proporcionar a uma parte o melhor entendimento das necessidades e posições da outra, de forma clara e não viciada pelas paixões que a disputa contém.

Os benefícios de uma mediação de sucesso estão relacionados diretamente às necessidades e desejos das partes na lide. Assim, para se estabelecer as vantagens básicas devemos tomar uma linha mediana em relação aos diversos assuntos e graus de complexidade geralmente levados à solução através da mediação. Os benefícios mais comuns são o fato do mediador, como parte neutra no litígio, possuir uma visão mais clara das questões levantadas pelas partes, assistindo as partes na exploração de medidas objetivas na solução, já que nelas reside este poder decisório e não no mediador. Outro benefício que merece destaque é o fato de que a mediação pode ser instaurada nas fases iniciais do conflito, sendo um meio eficaz de impedir o agravamento das situações



entre as partes, dificultando-se o entendimento direto. A mediação, por sua natureza, pode ser instaurada em diferentes fases de um litígio, desde seu início até mesmo após a prolação de uma sentença insatisfatória para ambas as partes.

CONCLUSÃO

Na Mediação, somente as partes é que têm o poder de chegar a uma decisão final, transação, sendo que o Mediador não poderá impor decisão alguma às mesmas. Portanto, o início, meio e fim de um procedimento de Mediação depende única e exclusivamente da vontade de ambas as partes.

Temos claro, com as novas propostas dos Tribunais, mencionadas em capítulo anterior, bem como com o projeto de lei que institui a mediação que a lei processual está mudando.

O contexto histórico leva a crer que as alterações far-se-ão em prol da reclamada agilização.

A crescente valorização e emprego dos meios não judiciais de pacificação e condução à ordem jurídica justa, ditos meios alternativos, reforça a idéia da equivalência entre eles e a atividade estatal chamada de jurisdição.

Dinamarco bem coloca que do ponto de vista jurídico as diferenças são notáveis e eliminaríamos a idéia de que se equivalham,

porque somente a jurisdição tem entre seus objetivos o de dar efetividade ao ordenamento jurídico substancial, o que obviamente está fora de cogitação nos meios alternativos.

É certo também que o mecanismo de decisão judicial, por suas próprias necessidades de cognição das circunstâncias fáticas, formação do convencimento e revisão da primeira sentença, sempre sujeitará os envolvidos no litígio a alguma demora.

“O espírito de conciliação deve nortear os envolvidos nas disputas judiciais, uma vez que, por melhores que sejam as leis e a prestação da atividade jurisdicional, ninguém decide os conflitos mais adequadamente aos respectivos interesses do que os próprios litigantes.”¹⁵

Por fim temos que ter em mente que:

“O processo é um risco mas, se desejamos que ele seja célere, esse é um risco que vale a pena correr: não se pode fazer do processo uma interminável choradeira repetitiva, uma lamentosa seqüência de censuras que, não por acaso, no jargão corrente são chamadas ‘lamúrias’, ou manifestações chorosas de derrotados.”¹⁶.

15 SOUZA NETO, *op.cit*

16 DINAMARCO, *apud* à LA China, *Lárbitrato, prefácio, p. XV.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Pedro Manoel. BRANDÃO, Mauro. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais**. Curitiba: Obra Jurídica Editora, 2000.

ARAÚJO, Adriano L., SILVEIRA, Anarita A. **O Instituto da Mediação**. In: Revista Doutrina. Rio de Janeiro: Instituto de Direito, vol.III, p.442, 1997.

BONAFÉ-SCHMITT, Jean Pierre. **La Mediation: Une Justice Douce**. Paris: Syros, 1992, p.16-17).

CAPPELLETTI, Mauro, in **Aspetti Sociali e politici della procedure civile** (reforma e tendenze evolutive nele Europa occidentale e orientale in Giustizia e Societa) p.23-47 e 48-105.

COLAIACOVO, Juan Luis, COLAIACOVO, Cynthia Alexandra. **Negociação, Mediação e Arbitragem: Teoria e prática**. Rio de Janeiro, Forense: 1999.

CUNHA, José Sebatião Fagundes. **Da Mediação e da Arbitragem Endoprocessual**. In Revista dos Juizados Especiais, São Paulo, V. 4, n.14, p.11-41, out/dez/99.

DINAMARCO, Candido Rangel. **A Reforma da Reforma**, 5ª ed. São Paulo, Malheiros, 2003.

DINAMARCO, Candido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

EGGER, Ildemar. **Texto aula para admissão no cargo de professor assistente do Curso de Ciências Jurídicas da Universidade**

Federal de Santa Catarina.

LOREIRO, Luiz Guilherme de. **A Mediação Como Forma Alternativa de Conflito**. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.87, n.751, p.94-101, maio/98.

MORAIS, Jose Luis Boldan de. **Mediação e Arbitragem – Alternativas à Jurisdição**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1999.

PRATES, Odonir Barboza. **Mediação e Arbitragem: Soluções de primeiro mundo agora no Brasil**. In. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil. Porto Alegre, v.2., n.7, p.27-31, set/out 2000.

REIS, Joao Luis Lopes. **O Regulamento de Mediação e Conciliação do Centro de Arbitragem Comercial**. Comércio Português, Lisboa, Portugal, n.33, out/dez,1994.

REVISTA DO ADVOGADO, AASP. **Mediação e Direito de Família - Uma parceria necessária - n.62, março 2001.**

SANTOS, Boaventura de Souza S, **Os Tribunais e a Globalização**. In: Cadernos do Terceiro Mundo, Editora Terceiro Milênio, Curitiba, 1997.

SOUZA NETO, João Batista de Mello e. **Mediação em Juízo - Abordagem prática para obtenção de um acordo justo**. São Paulo, Atlas: 2000.

TORRES, Guillermo Cabanellas de. **Texto aula para admissão para o cargo de professor do Curso de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina.**

4

MERCADO DE BENEFÍCIOS: CARTÃO UNIK¹

Márcia de Araújo²

Silvia Cristina Dotta³



O CENÁRIO DO MERCADO DE BENEFÍCIOS

O mercado de cartões de benefícios está em expansão no Brasil. O país é um dos mais desenvolvidos do mundo neste setor. Existem cerca de 9 milhões de pessoas atendidas por empresas fornecedoras de serviços, por meio de cartões alimentação e refeição. Atualmente esse mercado movimentava cerca de R\$ 14 bilhões por ano e está cada vez mais disputado, o mercado é dominado por quatro grandes empresas, VR, Visa Vale, Sodexo Pass e Ticket, do grupo Arcor. Juntas elas detêm 90% do mercado de cartões de benefícios do país, só a Ticket tem 40% dessa fatia.

O Cartão UNIK atende hoje mais de duas mil empresas em todo país, possui cerca de doze mil estabelecimentos conveniados e possui cerca de 560 mil cartões emitidos. Em 2005 a empresa movimentou cerca de R\$ 114 milhões e registrou um aumento de 30% em relação aos R\$ 87,6 milhões registrados em 2004.

O maior diferencial da UNIK em relação às empresas que lideram o mercado de benefícios, é que além de oferecer diversos benefícios agrupados em um único cartão ela também vincula o seu cartão de benefícios a uma parceria realizada com o banco Real,

esse acordo consiste em credenciar pequenas redes de estabelecimentos comerciais ainda mal atendidos pelos bancos e empresas de cartões de crédito para terem mais uma opção de receber os seus pagamentos.

Em seu projeto piloto a UNIK credenciou 45 lojas, o objetivo é atingir cerca de mil lojas até o final de 2007, além desses pequenos varejos a UNIK e o banco Real trabalham com correspondentes como a C&A, a rede de farmácia Pague Menos, a Marabraz e o Porto Cred, com esse novo formato de cartão múltiplo de benefícios.

Nos Estados Unidos, já existem modalidades mais avançadas do chamado cartão de

crédito pré-pago, em vez de receber o salário em conta bancária, os funcionários recebem um cartão com créditos e utilizam o mesmo em suas compras e pagamentos, atualmente o cartão

UNIK caminha para essa linha de serviços.

Analisando a projeção de crescimento da população brasileira, podemos projetar um crescimento ainda maior na economia. O Brasil tem uma taxa de crescimento alta, esse fator pode ser otimista se o mercado de trabalho conseguir absorver toda a mão-de-obra disponível. No Brasil a taxa de crescimento da

1 Artigo desenvolvido no Programa de Iniciação Científica da Faculdade das Américas no 1º semestre de 2008.

2 Aluna do curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda da Faculdade das Américas, São Paulo / SP.

3 Professora da Faculdade das Américas (São Paulo / SP) e orientadora do Trabalho de Iniciação Científica.



população gira em torno de 1,4 % ao ano, essa porcentagem representa cerca de 2.315.200 de habitantes a cada ano, esse índice de crescimento populacional é importante por que significa mais mão-de-obra no mercado, mais pessoas consumindo e mais solicitação de crédito e benefícios, dentro desse contexto existe inevitavelmente uma grande parcela da população nas classes C, D e E que são o público alvo do cartão UNIK.

O crescimento dessas classes representa mais investimentos e iniciativas das empresas para promover a qualidade de vida de seus funcionários por meio da oferta de benefícios melhores e eficientes, esse fator aliado ao potencial do mercado ainda em crescimento, caracterizado pela quantidade de jovens que estão e que ainda vão ingressar no mercado de trabalho, permite que as empresas façam uma projeção de crescimento para os próximos anos, sem esquecer da economia no país e de cada região. Outro fator que deve ser considerado que a taxa de desemprego no Brasil é alta, e isso pode fazer do alto índice de crescimento populacional um problema, mas o fato é que mesmo com isso as empresas de benefícios ainda terão a lucrar, a falta de qualificação permitirá que as empresas contratem mão de obra com salários baixos e conseqüentemente amenizem o impacto dos baixos salários oferecendo benefícios melhores e em maior quantidade.

O principal incentivo dado pelo governo para as empresas contratantes de serviços de benefícios é o PAT—Programa de Alimentação do Trabalhador.

O PAT foi criado pela Lei N. 6321, de 14 de abril de 1976, que faculta às pessoas jurídicas e pessoas físicas equiparadas em Lei a dedução das despesas com a alimentação dos próprios trabalhadores em até 4% do Imposto de Renda devido, limite que é cumulativo com dois outros programas de incentivo fiscal. Este Programa está estruturado na parceria entre governo, empresa e trabalhador, tendo como unidade gestora a Coordenação do Programa de Alimentação do Trabalhador / Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho / Secretaria de Inspeção do Trabalho / Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Desde sua criação o PAT conta com pouco mais 9 milhões de trabalhadores cadastrados, o setor formal possui cerca de 30 milhões de trabalhadores , ou seja, 21 milhões que ainda não contam com os cartões de benefícios.

Por outro lado, a falta de incentivo do governo em renegociar os impostos das pequenas e micro-empresas é o vilão para que o número de trabalhadores com adesão ao PAT aumente, vale lembrar que o funcionário paga apenas uma porcentagem dos benefícios adquiridos e a outra grande parte é de responsabilidade da empresa, além dos benefícios com tabela de descontos fixadas pelo ministério do trabalho, os chamados benefícios pré-pagos também



são pagos inicialmente pelas empresas, sem o incentivo do governo é quase impraticável a aplicação desses benefícios para algumas empresas, pois elas não possuem estrutura financeira para manter esse programa funcionando.

A Associação das Empresas de Refeição, Alimentação e Convênio para o Trabalhador, no último ano sentiu com maior intensidade os reflexos da realidade econômica. No primeiro semestre do ano de 2006, principalmente nos últimos três meses houve uma melhora de performance decorrente da recuperação econômica do crescimento do nível de emprego. Isso representa um importante crescimento o que leva o setor a acreditar que o crescimento para o ano 2007 seria de 7% a 8% o que representa cerca de R\$ 14 bilhões.

Apostando na estabilidade econômica, as empresas do setor de benefícios estão investindo no aprimoramento de sistemas com a implementação de sistemas tecnológicos que permitem um melhor funcionamento de todos os envolvidos no processo de compra e venda.

Os três principais motivos são:

- Interesse das grandes empresas em investir na qualidade de vida de seus funcionários assegurando assim maior produtividade.
- O crescente número de vagas criadas pelas micro e pequenas empresas, que apesar de apresentar uma queda de 1,6% no início de 2006, foi a grande

responsável pelo alto índice de vendas de cartões de benefícios, 12 mil novas vagas foram criadas, representando um incremento de 0,2%, em março sobre fevereiro 2007.

- Os acordos coletivos fechados no ano de 2006, quando cerca de 90% das categorias profissionais obtiveram aumentos reais acima da inflação.

Com esse quadro as empresas optam em contratar pessoas sem qualificação oferecendo baixos salários e/ou adotando a política da multifuncionalidade. Aumentando ainda mais a desigualdade na distribuição de renda entre os mais ricos e os mais pobres.

Apesar da distribuição de renda entre os mais pobres e os mais ricos ser grandiosa, devemos considerar que a parcela da população que detém a maior fatia também é a minoria, e tudo isso contribui para o acesso dos consumidores de baixa renda ao mercado buscando formas alternativas para realizar suas compras e efetuar seus pagamentos.

A multiplicidade na utilização dos cartões de benefícios foi um fator determinante para o crescimento desse segmento no mercado. Cada vez mais as empresas estão otimizando os seus processos, reduzindo mão-de-obra e procurando formas de gerenciamento eficazes, isso reflete diretamente na redução de mão-de-obra direta e conseqüentemente na motivação dos funcionários que com baixos salários começam a perder produtividade.



A solução encontrada pelas empresas para gerenciar essa falta de produtividade foi buscar no mercado uma forma estratégica para desenvolver a evolução e a integração do funcionário aumentando o seu comprometimento.

E nesse cenário entram os benefícios, que são os opcionais que os funcionários recebem das empresas além do seu salário mensal.

Inicialmente essa foi uma estratégia que deu certo, mas os funcionários queriam mais e em um movimento de redirecionamento transformou o conceito de gestão de pessoas, o RH deixa de apenas contratar mão-de-obra, cadastrar candidatos, administrar salários, benefícios, dar treinamento aos funcionários e passa a ser um consultor de recursos humanos, essa mudança foi a segunda fase da inclusão de benefícios nas empresa.

Apartir daí os funcionários foram absorvendo as novas possibilidades de compras e englobando-as em sua renda familiar.

Vale ressaltar que essa mudança se deu inicialmente em função dos baixos salários, que acontece por falta de mão-de-obra qualificada, o que desencadeia um ciclo de decadência, que vem mudando vagarosamente nos últimos anos, mesmo assim segundo relatório divulgado pelo DIEESE, o Brasil ainda ocupa uma posição desfavorável no que diz respeito à distribuição de renda.

As empresas de benefícios têm investido cada vez mais na implantação de novos conceitos

de códigos de segurança, o processamento de dados e a troca de informações têm se tornando cada vez mais fechadas e codificadas para evitar fraudes e/ou vazamento de informações de seus clientes. Algumas empresas optam por implantar sistemas de segurança no próprio cartão do usuário, outras investem na modernização de seus sistemas internos.

O CARTÃO UNIK

A UNIK é uma empresa do Grupo Rio Bravo investimentos, que nasceu por meio da compra de uma unidade de negócios da francesa Sodexho Pass a Sodexho Pass Saúde.

A partir dessa compra o Grupo Rio Bravo potencializou os benefícios oferecidos pelo cartão Sodexho Pass Saúde que antes oferecia apenas descontos em compras de farmácias conveniadas, com a entrada da Rio Bravo, o cartão teve seu nome alterado para UNIK que transformou o cartão em um cartão de benefícios para pagamentos com desconto em folha e expandiu os seus serviços para outros estabelecimentos.

A partir de 2004 a UNIK passou a desenvolver soluções para as empresas que queriam oferecer mais qualidade de vida aos seus funcionários. Desde então a UNIK também oferece convênios com postos de gasolina, distribuidores de gás, vestuários, material de construção, contratação de planos de saúde, odontológicos e seguros em geral. Em 2006, a rede de estabelecimentos credenciados



pôde oferecer aos seus clientes o serviço de correspondente bancário para pagamento de contas de serviços públicos como água, luz, telefone e boletos em geral.

Atualmente, a UNIK está presente em mais de duas mil empresas, distribuídas por todo o país, conta com cerca de 12 mil estabelecimentos conveniados no território nacional e atende 2 milhões de beneficiários em média.

Com seu principal escritório localizado na cidade de São Paulo, a UNIK também mantém filiais nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Santa Catarina, possui 23 representantes distribuídos nos 6 principais estados do Brasil, Rio de Janeiro–RJ, Belo Horizonte – MG, Curitiba – PR, Porto Alegre – RS, Recife – PE, Florianópolis – SC, serviço de 0800 que é utilizado por outras capitais para agendar visitas com representantes, tirar dúvidas entre outras coisas, e conta com um site estruturado para atender clientes e fornecedores.

O Cartão UNIK além de ser uma ferramenta que facilita o pagamento de contas, permite que a empresa administre diversos benefícios em um só cartão, simplificando os procedimentos para o RH e garantindo mais conveniência ao funcionário, o Cartão UNIK não traz custo algum para a empresa que contrata o serviço, toda gestão e sistema de controle é cedido pela UNIK para as empresas-clientes, os associados, ou seja, os funcionários das empresas clientes inicialmente não têm custo algum com a emissão

do primeiro cartão. Já os parceiros da UNIK, ou seja, as empresas-fornecedoras arcam com custos de administração e operacional.

Atualmente o Cartão UNIK é direcionado para empresas que tenham funcionários das classes C, D e E, por esse motivo o limite médio de compras é de R\$ 150,00 mês ou 20% do valor do salário bruto do funcionário.

A UNIK conta com um sistema de informações que integra todas as informações das empresas conveniadas, dos funcionários cadastrados e estabelecimentos credenciados pela empresa, essas informações são atualizadas periodicamente pelo departamento comercial que alimentam as “Araras” (Base de dados onde todas as informações são armazenadas).

Após a finalização do cadastro da empresa-cliente e de todos os seus beneficiários, a UNIK providencia a emissão dos cartões respeitando os limites e redes credenciadas autorizados pela empresa-cliente e envia os cartões magnéticos e as informações para correta utilização do cartão para o RH da empresa-cliente, que é responsável por distribuí-los internamente aos seus funcionários (UNIK – Cliente e UNIK - Fornecedor), um exemplo da eficácia desse sistema é sistema ARARA utilizado pela UNIK. Com esse sistema a UNIK consegue centralizar as informações de clientes e fornecedores vinculando cada cliente aos fornecedores autorizados a prestar serviços aos seus funcionários, com a implantação do



projeto piloto junto ao Banco Real a tendência é de que essa tecnologia torne-se insuperável no mercado.

A UNIK vende um serviço vinculado a um cartão de plástico, apesar do grande impacto causado pelos objetos plásticos que demoram mais de 500 anos para decompor-se no meio ambiente a UNIK não desenvolve nenhum serviço de reciclagem ou educação ambiental com seus funcionários.

A responsabilidade de fazer alguma ação para minimizar o impacto ambiental fica por conta da empresa que é responsável pela emissão dos cartões, a empresa INTELCAV que incorpora alguns procedimentos à sua rotina com apoio total de seus colaboradores como:

- Racionalização do consumo de Energia Elétrica.
- Utilização de condicionadores de ar que não utilizam CFC (clorofluorcarbono).
- Utilização de mananciais de água por meio de perfuração de poços artesianos próprios.
- Não utilização de águas tratadas por concessionárias nos processos industriais.
- Reciclagem de todos os produtos não-perecíveis, entre outros.

Vale lembrar que essas são atitudes adotadas pela empresa contratada pela UNIK para emitir os cartões de benefícios, uma vez

que a UNIK é responsável pela gestão do benefício.

PLAYERS NO MERCADO DE BENEFÍCIOS

Os principais concorrentes do Cartão UNIK em gestão de benefícios são a empresa EMBRAMAN, responsável pela marca de cartões de benefícios GOOD CARD e a Ticket. Apesar de as marcas não terem um cartão de benefícios unificado como a UNIK, eles oferecem diversos cartões com benefícios similares aos dos oferecidos pela UNIK.

A Embratec Good Card foi fundada em 1999 com a missão de oferecer serviços inovadores e eficazes às empresas, unindo tecnologia de ponta e conhecimento de mercado. Seu maior diferencial foi o desenvolvimento de uma plataforma tecnológica com operação totalmente on-line e em tempo real.

Em 2001 a Embratec Good Card lançou o cartão Good Med, voltado a empresas que subsidiam medicamentos e acompanham tratamento médico de seus colaboradores.

Em 2002, com uma rede de postos credenciados em todo o país, a Embratec ingressou no mercado de gestão de frotas com o lançamento do Good Card Fuel Control, sistema com foco na redução de despesas com manutenção e abastecimento.

Em outubro de 2005, a Embratec Good Card adquiriu a Maxicred, empresa de Franca, no interior de São Paulo, com faturamento de



R\$ 60 milhões em 2004, mais de 600 clientes e 65 mil cartões emitidos.

A Embratéc Good Card tem hoje uma carteira de 3,4 mil empresas-clientes, 13 unidades espalhadas pelo país e faturamento mensal de R\$ 50,96 milhões.

A Ticket deu início em suas operações no Brasil em 1976, seu objetivo estava ligado a melhorar a qualidade de vida dos profissionais e suas relações com a empresa.

Para isso a Ticket desenvolveu uma linha de produtos que atendiam as diferentes necessidades do mercado e principalmente atuar em parceria com seus clientes, essa filosofia foi traduzida nos produtos Ticket Restaurante, Ticket Alimentação, Ticket Car, Ticket Transporte, Ticket Farma e Ticket Seg.

Durante o ano de 2005 a Ticket também focou a expansão do seu negócio apoiando e trazendo inovações às empresas de pequeno porte. Foi para elas que a companhia lançou o Ticket Express, em novembro de 2004, um conjunto de benefícios e serviços diferenciados

para a compra dos produtos Ticket Restaurante, Ticket Restaurante Eletrônico e Ticket Alimentação.

Neste um ano de operação, o Express conquistou mais de oito mil clientes, o que representa 80% dos novos contratos fechados pela Ticket. São cerca de 800 novas empresas-cliente ao mês, resultado 30% superior às expectativas. Entre as vantagens oferecidas aos clientes Express estão taxas administrativas

reduzidas, descontos especiais pela fidelidade dos clientes, e liberação dos pedidos sem análise de crédito. Isso é possível porque as solicitações são 100% on-line e o pagamento dos pedidos feito antecipadamente.

Ainda em 2005, a Ticket entrou no segmento de gestão de folhas de pagamento com a aquisição da Build Up. Com abrangência nacional, a Ticket atende a 50 mil empresas-cliente e 4,5 milhões de usuários por meio de uma rede de 280 mil estabelecimentos credenciados nos 4,8 mil municípios brasileiros.

Dessa forma, a empresa atingiu a liderança no segmento de refeição e alimentação-convênio, a marca Ticket hoje é sinônimo da categoria, referência na prestação de serviços empresariais e programas de alcance social, como o PAT.

A UNIK possui dois grandes fornecedores, um deles é a Intelcav, fornecedora dos cartões de plásticos.

A Intelcav está localizada no Pólo Industrial de Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul e é homologada pelas bandeiras Visa, Mastercard, Credicard e American Express, é uma empresa que atende padrões de qualidades brasileiro e internacional atuando em diversos segmentos de cartões.

É também uma empresa preocupada com o meio ambiente e atua de diversas formas para reduzir o impacto causado pela sua produção.

A empresa Telenet é responsável por desenvolver os softwares de gerenciamento de



todo o sistema da UNIK.

O cartão UNIK é direcionada para empresas que possuam em seu quadro de funcionários pessoas das C, D e E e empresas que buscam uma melhor forma de administrar sua renda familiar.

Apesar de ter seu foco principal nessas classes, ele também atinge outro nicho de mercado em função das grandes empresas associadas.

Hoje empresas como a SADIA, VIVARA, GERDAU, DHL, O BOTICARIO, WAL MART entre outras, fazem parte da carteira de clientes da UNIK.

Vale lembrar que o público usuário do cartão UNIK é formado por pessoas das classes C, D e E, mas o contato é feito através da empresa, a UNIK não faz venda direta de seus serviços para pessoas físicas.

Além desse público, a empresa considera outros públicos de extrema importância:

Instituições Financeiras – Por ser uma instituição de crédito ela possui estabilidade financeira sólida e possui como base principal o grupo Rio Bravo de Investimentos, empresa renomada com mantém uma relação estável bancos e financeiras.

Público Interno – A empresa incentiva o investimento em educação de seus funcionários financiando até 50% do curso superior e investe na motivação deles comemorando com os funcionários cada meta alcançada.

Público Externo (clientes/consumidores)

- A UNIK mantém um serviço de 0800 para atender seus clientes bem como um site todo estruturado para isso.

Além dessa estrutura a UNIK conta com seus representantes de vendas, que tem contato direto com a empresa e realizam visitas periódicas.

Mídia – A empresa possui uma assessoria de imprensa que é responsável por gerenciar as informações divulgadas na mídia.

ANÁLISE DO MERCADO DE BENEFÍCIOS: O POSICIONAMENTO DA UNIK

A UNIK já possui no mercado de benefícios abertura para atuar de forma mais abrangente, estendo o seu cartão a classes com poder aquisitivo maior e assumir a sua posição de cartão pré-pago, o fato do cartão UNIK oferecer para a empresa que o contrata a centralização do controle de benefícios ele também é seguro para os usuários que tem controlar as suas despesas via internet ou telefone o torna ainda mais competitivo no mercado atual.

Mas com a busca de melhorias constantes das empresas que atuam no mercado de benefícios a UNIK precisa antecipar a sua ação para manter a liderança dos cartões de benefícios pré-pagos, além de desenvolver trabalhos sócio-ambientais e garantir mais esse diferencial comparado a suas concorrentes, desenvolver plano de marketing e comunicação



para garantir a fixação de sua marca.

ESTRATÉGIAS MERCADOLÓGICAS PARA O MERCADO DE BENEFÍCIOS

Para conseguir um melhor posicionamento no mercado a UNIK precisa, definir o conceito do cartão de benefícios pré-pagos.

Estruturando uma equipe de comunicação para elaborar o briefng da empresa e o seu mix de produto, manter essa equipe e/ou uma menor para gerenciar as informações internas e externas sobre a empresa.

Apresentar o novo conceito de seu produto aos seus clientes, fornecedores e funcionários.

Desenvolver estratégias de comunicação para fixar o novo conceito da empresa, promovendo o patrocínio eventos ligados à área de RH.

Definir o seu mercado, buscar uma definição do ramo de atuação e encaixar-se nesse contexto. Implantar um sistema de gestão ambiental, utilizando inicialmente os princípios básicos de responsabilidade sócio-ambiental através de ações como a coleta seletiva, a melhor utilização dos recursos naturais utilizados pela empresa, criar uma política de Meio Ambiente que vá de encontro ao novo posicionamento do serviço no mercado e que principalmente complete aquilo já diz em sua missão e visão.

Desenvolver e/ou participar de alguma ação social voltada à comunidade onde os escritórios estão localizados, ou escolher uma comunidade

com a qual ela possa colaborar incluindo a participação de seus funcionários.

Essas são algumas ações que a UNIK precisa adotar de imediato para conseguir uma maior e melhor inserção no mercado. Rever os seus conceitos e a sua forma de atuação no mercado vão ser fatores determinantes para o seu sucesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Jornal Valor Econômico

Revista Você S/A – Ed. Abril

Revista Vencer - Ed.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

www.ibge.com.br

www.unik.com.br

www.dieese.com.br

www.gestaoerh.com.br

www.visavale.com.br

www.embraman.com.br

www.accor.com.br

www.executivo.com.br

www.planejamento.gov.br

www.smart.com.br

www.vr.com.br

www.riobravo.com.br

www.fazenda.gov.br

5

O CRESCIMENTO DO E-COMMERCE NO BRASIL: ESTUDO DE CASO DO: “SUBMARINO”¹

Evelin Uema²

Claudio Parra de Lazzari³



RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo apresentar o crescimento que a modalidade e-commerce vem atingindo no Brasil, através de um estudo associado a um dos principais sites relacionados a este gênero, no caso, o Submarino (submarino.com.br). A coleta dos dados para a pesquisa foi efetuada a partir de entrevistas com diversos setores que compõem a cadeia de suprimentos da empresa. A análise dos resultados permitiu verificar a grande relevância que o gerenciamento da cadeia de suprimentos apresenta no sentido de dar suporte a um crescimento sustentável neste tipo de negócio.

Palavras-chave: ¹E-commerce. ²Cadeia de Suprimentos. ³Submarino.

1 Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração de Empresas da Faculdade das Américas como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Administração no primeiro semestre de 2006.

2 Aluna do curso de Administração de Empresas da Faculdade das Américas, São Paulo / SP.

3 Coordenador do Curso de Administração de Empresas, Professor da Faculdade das Américas (São Paulo / SP) e orientador do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.



INTRODUÇÃO

O mundo está interligado, basicamente, por meios de comunicação nos quais rapidez é um pré-requisito. Essa interligação, possibilitada pela tecnologia, está redefinindo o modo pelo qual agimos no trabalho, em casa e no mercado de forma geral.

A competição entre empresas tradicionais e não-tradicionais, a oportunidade de reduzir custos e a oportunidade de alcançar novos clientes com maior rapidez e facilidade são apenas alguns dos fatores por trás do comércio eletrônico (*e-commerce*).

A maioria das empresas, hoje, já pratica alguma forma de comércio eletrônico, seja para agilizar o processo de compras, seja para dar suporte aos clientes 24 horas por dia, seja para oferecer serviços de assistência técnica on-line, por exemplo.

Algumas empresas buscam no e-commerce o modelo central para seus negócios, trazendo soluções de gerenciamento da cadeia de suprimentos (*supply chain management*) que associam estoques, cobrança e expedição entre clientes e fornecedores, garantindo, assim, maior eficiência na coordenação de oferta e procura.

As tendências de empresas de comércio eletrônico indicam que existe um grande erro no pensamento de que apenas a concentração de esforços em desenvolvimento de sites, confiabilidade e marketing são fundamentais.

Não que estas questões sejam irrelevantes, mas os desafios e obstáculos enfrentados pelas empresas pioneiras no e-commerce e algumas em plena fase de expansão de seus negócios e firmam que há muitos fatores a serem considerados além destes esforços primários. Entre eles, destacam-se necessidades de novas soluções logísticas.

Problemas associados a fatores logísticos podem acarretar a perda de clientes por deficiência do serviço, perdas de recursos pela avaliação equivocada dos custos ou perdas de controle devido às operações ultrapassadas.

Devido à globalização, qualquer empresa que decide se posicionar na Web deverá estar ciente de que enfrentará 24 horas por dia, 7 dias da semana, disponibilização de sua proposta para com seu público-alvo e que, para isso, todos os setores de sua empresa deverão estar preparados para um pronto atendimento.

Os catálogos passam a ser digitalizados, o faturamento por papel é substituído por pagamentos eletrônicos, existindo uma preocupação pela segurança no tráfego destas informações financeiras. Julga-se, ainda, que o cliente também seja diferente, por estar diretamente ligado à tecnologia, exigindo um atendimento na velocidade do "clique", com mais eficiência, informação, bons produtos e preços, além da individualidade e outros requisitos já conhecidos pelo varejo comum. Para atender a tantas exigências destes novos tipos de clientes criados pelo surgimento da



Internet, há uma necessidade de um modelo logístico perfeito, como base de sustentação.

Relatos de experiências negativas vividas por consumidores quando compram pela internet são freqüentes, dentre os quais pode-se citar atrasos na entrega quanto ao prazo prometido, produtos entregues com avarias, erros de cobrança e cancelamento de pedidos por falta de produtos. Tais situações podem gerar impressões negativas em proporções assustadoras, já que a velocidade de informação e divulgação desse tipo de insatisfação do consumidor é muito mais fácil do que no comércio tradicional.

Com base neste contexto e em dados estatísticos extraídos de uma das empresas líderes em comércio eletrônico no Brasil, será mostrado, neste trabalho, como o crescimento sustentado é possível a partir de ações relacionadas à cadeia de suprimentos, à logística e a aspectos associados à tecnologia da informação da empresa.

1 REVISÃO DA LITERATURA

1 TIPOS DE E-COMMERCE

Três tipos de comércio eletrônico: Inter-Organizacional (*Business to Business*); Intra-Organizacional e Organização-Consumidor (*Business to Consumer*). O foco principal deste trabalho é o *Business to Consumer*, também conhecido como B2C. Esta forma de comercialização permite ao cliente obter


maiores informações em relação aos produtos oferecidos, compra e pagamento, além do rastreamento passo a passo do caminho percorrido pelo item adquirido, desde a compra até a entrega, de forma a fornecer ao consumidor métodos de compra convenientes, além de redução dos custos das corporações com filiais de varejo (1).

O comércio tipo B2C é caracterizado pela sua alta volatilidade, pois a disponibilidade de sites que oferecem produtos ou serviços varia bastante. A oferta de produtos e serviços também varia, o mesmo ocorrendo com os níveis de demanda, que mostram diferenciações em relação ao comércio tradicional. Como conseqüência, os preços também oscilam fortemente, variando em função da concorrência e das ofertas especiais (2).

1.2 ESTOQUE E LOGÍSTICA – GERENCIAMENTO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS

Para ganhar eficiência nas vendas, é importante separar fisicamente o estoque dos produtos vendidos pela Web. Mesmo assim, o tratamento gerencial deve ser igual ao de um estoque normal, com informações precisas de giro, custo e tempo de reposição.

O gerenciamento da cadeia de suprimentos (*supply chain management* – SCM) é o gerenciamento da cadeia produtiva desde o fornecimento da matéria-prima até a rede de distribuição dos produtos.



Muitas empresas, principalmente as de *e-commerce*, estão investindo no gerenciamento da cadeia de suprimentos para reduzir custos e complementar seus produtos e serviços básicos e de adição de valor (3).

O comércio virtual vem atuando como uma grande porta de comunicação entre as empresas, proporcionando um mercado que visa integrar toda a cadeia logística, desde a indústria, passando pelos atacadistas e distribuidores, chegando até o consumidor final (4).

Qualquer cliente ou empresa é parte potencial de um mercado global, onde as informações trafegam sem barreiras geográficas nem temporais, e é aí que surgem os desafios de *e-commerce*, afinal a tecnologia ainda precisa conviver com habilidades antigas como armazenar e gerir estoques, manusear produtos e pedidos, separar produtos por embalagens individuais, entregá-los no prazo prometido e na casa do cliente.

Diferentemente dos sistemas logísticos tradicionais, normalmente voltados para relações entre empresas, com pedidos de grande volume e entregas de forma centralizada em lojas ou centros de distribuição, o *e-commerce* se caracteriza por um grande número de pequenos pedidos, entregues de forma fragmentada, gerando elevados custos (5).

O despacho de itens soltos nos depósitos está aumentando consideravelmente,

quebrando a rotina de expedição em lotes como era no passado. O fluxo de produtos se processava em caixas ou paletes. No comércio B2C, o manuseio de unidades individuais (SKUs como são chamados no varejo) é a regra, não a exceção.

Essa nova sistemática de operação requer o mesmo tipo de equipamento básico de manuseio utilizado anteriormente, como prateleiras, esteiras, carrinhos, etc., mas este número protegidos por caixas, paletes ou outro tipo de embalagem mais resistente, as operações a eles associados acabam exigindo cuidados adicionais. Como exemplo, podemos citar as compras de produtos de supermercados via Internet, que fazem um mix de produtos perecíveis (carnes, produtos congelados, vegetais, frutas) e não-perecíveis (produtos de limpeza, enlatados, etc.). Isso implica o tratamento separado de um mesmo pedido nas operações do centro de distribuição, o que exige cuidados adicionais e um maior nível de coordenação.

Um outro problema desafiador para o comércio eletrônico é que os níveis de demanda têm sido extremamente difíceis de serem previstos. Isso pode levar a uma logística deficiente, com atrasos nas entregas, excesso de pedidos suspensos temporariamente por falta do produto em estoque (backlog), reclamações dos clientes, e imagem mercadológica comprometida. Para evitar esses problemas, é necessário que se faça um planejamento



cuidadoso, procurando manter os estoques controlados com variedade e quantidades mínimas para atender à demanda (5).

Diversas falhas costumam ocorrer nos bastidores logísticos das empresas que atuam no B2C. Uma situação bastante comum, principalmente no Brasil, é a defasagem de informação nos registros de entrada e saída do estoque. Numa grande empresa varejista nacional, ao se fazer uma simulação detalhada para analisar estratégias de reposição de estoque, foram observados vários instantes em que o nível de inventário se tornava negativo. Ao analisar, na prática, o motivo da ocorrência, observou-se que as informações referentes aos recebimentos dos produtos eram digitadas e registradas no computador dois ou três dias depois do recebimento dos mesmos.

Havia, assim, uma defasagem temporal entre entrada física no estoque e registro dos dados (5).

Para tentar contornar este tipo de problema ou outros, é de extrema importância ter um bom sistema informacional, para que tudo funcione perfeitamente. Se caso o tratamento dos dados dos pedidos for realizado por um sistema que não tenha uma interligação eficiente com o sistema do depósito, é quase certo que ocorrerão problemas sérios, fazendo com que se torne quase impossível o tratamento manual, caso a caso. Além disto, os fornecedores, num extremo, transportadoras e centros regionais de distribuição, no outro, precisam estar

interligados de forma estreita com a empresa B2C via EDI ou Internet. Caso contrário vai acabar faltando produtos nas prateleiras ou ocorrerão falhas nas entregas (2).

O momento da entrega é quando a maioria das lojas virtuais terceiriza seus serviços. Nos EUA, por exemplo, a existência de empresas com grande tradição na entrega expressa porta a porta, como UPS, FedEx e USPS, faz com que a atividade de entrega física seja bastante eficaz sob o ponto de vista de prazos e consistência da entrega, embora ainda cara devido à dispersão geográfica dos locais de entrega (5).

Nos Estados Unidos, a FedEx colocou em prática, no serviço de entregas rápidas, o conceito de hub-and-spoke, especificamente no transporte de carga aérea. A idéia é simples. Agentes da FedEx apanham as encomendas nos diversos pontos do território norte-americano, trazendo-as para as unidades locais. A carga é concentrada em centros regionais e, dali, transportada por via aérea até o *hub*, localizada em Memphis. Essa cidade foi escolhida como *hub* porque está localizada no centro do território americano e seu tráfego aéreo é raramente prejudicado por mau tempo. Ao chegar ao *hub*, os pacotes são descarregados, separados por destino e reembarcados nos aviões, que levam as encomendas para seus destinos, de madrugada. Na manhã seguinte, os pacotes são levados a seus destinatários por meio de uma frota de veículos de entrega (2).

Mesmo no Brasil, onde não existem empresas com a tradição e sofisticação como as dos EUA, os correios vêm desempenhando esse papel, a partir da rede física de distribuição espalhada por todo o país, que vem sendo utilizada pelas empresas de *e-commerce* e pelos operadores logísticos, para entregar mais de 75% das compras realizadas por meio do varejo virtual (6).

A empresa dos Correios (ECT) oferece um sistema de encomendas expressas conhecido como Sedex. Em 1999, o Sedex operou um total de 77 milhões de unidades despachadas, um volume tímido quando comparado com o das grandes empresas internacionais. O principal serviço oferecido pelo Sedex cobre todo o território nacional, entregando courier e carga parcelada até 30 kg (2).

O prazo de entrega (lead time) varia bastante, conforme os locais de origem e destino. Se a origem e o destino forem capitais de estado, o Sedex se compromete a entregar a encomenda no dia seguinte, mas sem especificar hora ou período do dia. Se a encomenda se originar numa capital e se destinar a uma cidade situada no interior do mesmo estado ou de outro estado, é necessário um dia adicional para realizar a entrega. Se os pontos de origem e de destino forem cidades localizadas no interior de estados diferentes, o prazo de entrega é de três dias. Exceção é o "Sedex VIP", que atende as principais cidades do país (Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), em

que a encomenda é entregue no mesmo dia, respeitando certo horário de postagem (2).

No início de 2001, os Correios implantaram um novo serviço, denominado e-sedex, para atender especificamente às necessidades do comércio eletrônico (2).

Mas como o comércio eletrônico constitui um dos nichos de mercado mais visados pelos prestadores de serviços logísticos, as empresas ponto com já começaram a fazer parcerias com empresas de encomendas expressas para atuar nesse segmento. É o caso, por exemplo, da Danzas Logística e da DHL, que atenderão mais de 1.100 cidades no Brasil e 85 mil localidades no mundo (2).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Como forma de se identificar algumas das variáveis que compõem a estratégia de crescimento de uma empresa líder na área de comércio eletrônico, foram levantados dados junto aos responsáveis pelos seguintes departamentos: liberações, logística, reposições, recursos humanos, transporte e tecnologia da informação.

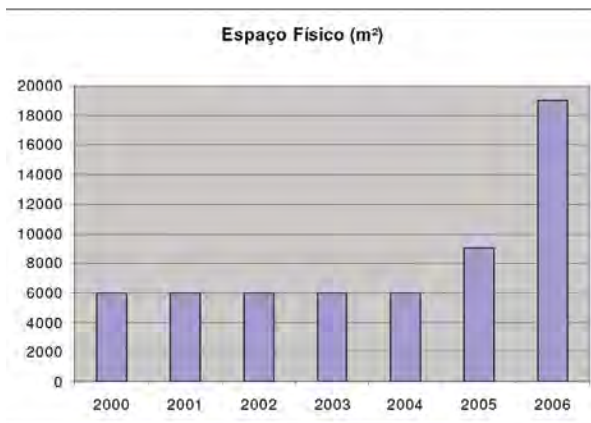
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os indicadores e gráficos, a seguir, compreendem valores entre janeiro de 2000 e julho de 2006 e foram fornecidos pelas responsáveis pelos departamentos entrevistados.



3.1 ESPAÇO FÍSICO DO CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Espaço Físico (m²)	6000	6000	6000	6000	6000	9000	19000



No início do ano de 2000, foi montado o Centro de Distribuição do Submarino, localizado na Barra Funda, bairro conhecido da cidade de São Paulo. Isto foi realizado porque se percebeu que, para se conseguir atender aos pedidos num período satisfatório para o cliente virtual, seria necessário possuir estoque dos principais produtos. Este Centro de Distribuição de 6000 m², com capacidade para armazenar um milhão de itens, era dividido com a empresa (também virtual) Officenet; mas, com o crescimento acelerado do Submarino, foi necessário que esta mudasse para outro local na metade do ano de 2005, aumentando o espaço de armazenagem do Submarino para 9000 m².

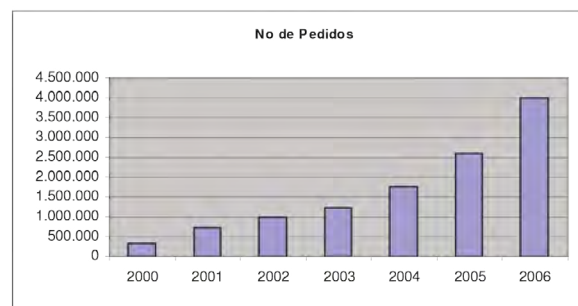
No final deste mesmo ano, verificou-se que este espaço não conseguia suportar mais a demanda de pedidos que vinha aumentando

a cada dia; neste sentido, a diretoria resolveu procurar um outro galpão que conseguisse suprir as necessidades desta empresa em expansão.

No início de 2006, efetuou-se a mudança de suas instalações para um novo Centro de Distribuição, localizado no município de Osasco, em São Paulo, agora com um espaço bem mais amplo: 19000 m².

3.2 NÚMERO DE PEDIDOS DE CLIENTES

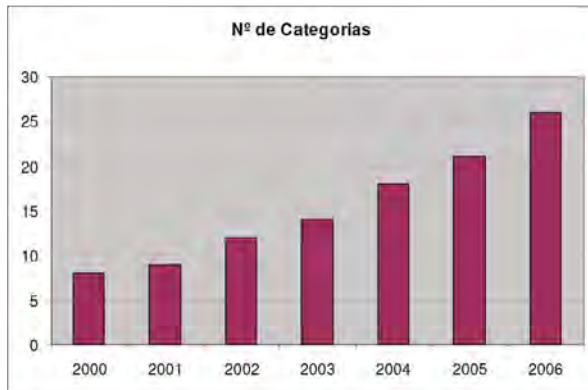
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nº de pedidos	349.548	723.246	983.390	1.220.167	1.781.634	2.593.885	4.000.000



É notório, através do indicado no gráfico anterior, que a quantidade de pedidos efetuados pelos diversos canais de comunicação do Submarino teve um crescimento considerável no decorrer dos anos de sua existência. Com certeza, a maior concentração de pedidos está nas “datas especiais”, como Dia das Mães, Dia dos Namorados, Dia dos Pais, Dia das Crianças e Natal, pois os clientes aproveitam a comodidade de comprar sem sair de casa e receber seu produto rapidamente.

3.3 NÚMERO DE CATEGORIAS

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nº de categorias	8	9	12	14	18	21	26

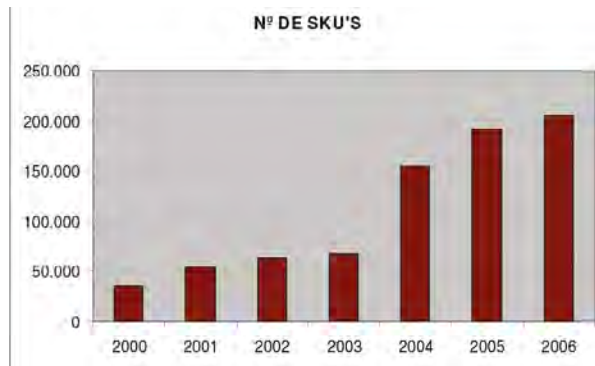


O Submarino foi estruturado, desde o início, para trabalhar com múltiplas categorias de produtos, começando com a venda de livros. Para atingir uma grande quantidade de consumidores e de diferentes gostos, foi necessário desenvolver um mix de produtos bem diversificado.

Até 2006, o Submarino atua em 26 categorias, sendo elas: Automotivos, bebês, beleza e saúde, brinquedos, CAMEBA (cama, mesa e banho), CD's, cine e foto, DVD's, eletrodomésticos, eletrônicos, eletroportáteis, esporte e lazer, ferramentas, games, informática, instrumentos musicais, jóias e relógios, livros, livros importados, moda, papelaria, perfumaria, pet shop, telefonia, utilidades domésticas, vinhos e cia.

3.4 NÚMERO DE SKU'S

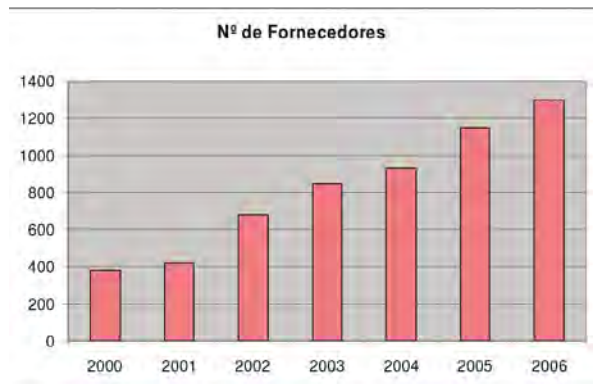
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nº de SKU's	35.000	54.234	63.027	67.223	154.150	190.824	204.664



SKU é a nomenclatura utilizada no comércio eletrônico para indicar cada item cadastrado, independente de sua categoria. Em 2006, o Submarino disponibilizou mais de 200.000 SKU's para venda. À medida que se identificava a necessidade do acréscimo de alguma categoria, conseqüentemente, a quantidade de itens também crescia, acompanhando o fluxo do mix de produtos.

3.5 NÚMERO DE FORNECEDORES

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nº Fornecedores	380	420	680	850	930	1150	1300



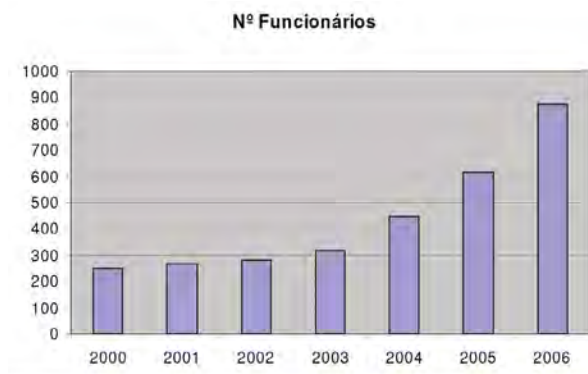


A área comercial teve muito trabalho contatando e negociando com os mais diversos fornecedores, para acompanhar o projeto do aumento de tipos diferenciados de produtos e categorias.

A maioria dos parceiros comerciais do Submarino concentra-se nas editoras e distribuidoras de livros, já que é a categoria com o maior número de itens e que contribui com, pelo menos, metade do faturamento mensal da empresa. Os outros fornecedores estão bem divididos nas demais categorias e pertencem a empresas com marcas bem conceituadas no mercado, o que faz com que os clientes encontrem produtos de qualidade e que superem suas expectativas.

3.6 NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nº Funcionários	251	268	282	317	447	616	874



É fácil entender que a mão-de-obra tenha aumentado a cada ano, já que o crescimento do Submarino é reconhecido.

Com o volume de clientes, pedidos, fornecedores, itens e espaço físico cada vez maior, são necessários mais colaboradores que dêem suporte à demanda crescente da movimentação (entrada e saída) de mercadorias, aos cuidados com a imagem da loja (o próprio site), em manter um estoque saudável, dar um ótimo atendimento aos clientes, por exemplo.

Amão-de-obra do Submarino é composta por funcionários efetivos, estagiários, temporários, e *trainees*.

3.7 TIPOS DE TRANSPORTE

A entrega dos produtos no Submarino, desde o início, é efetuada por couriers terceirizados. O principal parceiro logístico desta empresa é a ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), através dos serviços Sedex e E-Sedex, mas também opera com sete outras empresas para entrega de seus produtos em todo o território brasileiro sendo:

- Couriers
- Total Express;
- Boy Service;
- Direct.
- Transportadoras
- Ramos;
- DVA;
- Brasex;
- Imola.

Todos estes parceiros ajudam na distribuição e entrega dos produtos na casa do cliente,

dentro do prazo prometido no momento da compra.

3.8 TIPOS DE SISTEMAS

A maioria dos sistemas utilizados no Submarino foi desenvolvida internamente por pessoas especializadas. A seguir, são indicados todos os sistemas utilizados pela empresa e, através deles, dar o melhor atendimento ao consumidor final.

- **WebSite** – Site Submarino (www.submarino.com.br). A função do site é permitir que o cliente escolha o produto, coloque-o no carrinho de compras, escolha a forma de pagamento e feche o pedido, informando todos os dados necessários para a entrega e faturamento.
- **Marketing Direto** – Sistema para envio de campanhas de marketing direto por e-mail. Além da emissão de e-mails, controla o resultado das campanhas.
- **Help Desk** - Sistema para registro dos contatos com clientes.
- **Chat On-line** - Sistema de atendimento ao cliente via *chat* pela internet.
- **Data Mining** - Sistema para segmentação de clientes, baseado no perfil histórico de compras.
- **Cadastro** - Sistema de cadastramento de produtos.
- **WMS - Warehouse Management System** - Sistema de gerenciamento de produtos

dentro do estoque, com endereçamento individual de todos os itens disponíveis no Submarino.

- **Oracle ERP** – Pacote de ERP da Oracle – Oracle Applications. Sistema para processamento do pedido do cliente, desde a cobrança até o envio; para controle de reposição de estoque, do pedido ao recebimento e para gerenciamento de estoque. Também produz os relatórios e livros legais requeridos para uma operação de varejo.
- **Gestão Comercial** – Sistema para controle de reposição de estoque, backlog, precificação e consultas gerenciais.

CONCLUSÃO

Pôde-se constatar que, para as empresas conseguirem conquistar a confiança dos clientes virtuais, é de suma importância sua dedicação aos aspectos relacionados à logística e ao gerenciamento da cadeia de suprimentos (*supply chain management*). Esta dedicação corresponde a um dos maiores desafios do e-commerce, pois, mesmo uma empresa totalmente virtual para os clientes, deve ser bem “material” na hora de armazenar e gerir estoques, manusear e separar produtos, entregá-los no prazo prometido e no endereço indicado pelo cliente.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. KALAKOTA, R.; ROBINSON, M. ***E-Business***: Estratégias para alcançar sucesso no mundo digital. 2ª ed. São Paulo: Bookman, 2002.
2. NOVAES, A.G. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: Estratégia, operação e avaliação**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
3. ALBERTIN, A.L. **Comércio Eletrônico**: Modelo, aspectos e contribuições de sua aplicação. São Paulo: Atlas, 2000.
4. FLEURY, P.F. et. all. **Logística Empresarial**: A perspectiva brasileira. São Paulo: Atlas, 2000.
5. FLEURY, P.F.; MONTEIRO, F.J.R. **O Desafio Logístico do E-commerce**. Revista Tecnológica. São Paulo, nº 56, p. 34-40, 2000.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

6. <http://www.tecnologica.com.br>. Acesso em maio de 2005.

6

POLÍTICAS DE ENSINO E SUAS ESPECIFICIDADES: UM OLHAR SOBRE O ENSINO FUNDAMENTAL EM PERÍODO INTEGRAL DA EMEF “ELYDIA CARNEIRO DA ROCHA”, DISTRITO DE CRUZ DAS POSSES, MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO - SP.

Gustavo Fernandes Ambrosio¹



RESUMO

O tema deste presente artigo é uma ação política na área da educação em tempo integral, sua importância para o debate em âmbito educacional, em especial para o Brasil. Inicialmente apresento um breve histórico sócio-econômico e cultural do distrito de Cruz da Posses pertencente ao Município de Sertãozinho. Em seguida é destacada a fase de pesquisa de campo na escola em tempo integral EMEF “Elydia Carneiro da Rocha”. Concluindo, fiz algumas considerações sobre as perspectivas da parceria e das relações bilaterais entre Brasil e China.

Palavras-chave: ^{1.} Educação. ^{2.} Ensino. ^{3.} Sociedade. ^{4.} Política Educacional

1 Pós Graduação em Política e Estratégia – Universidade de São Paulo – USP. Graduação em Ciências Sociais pela FFLCH – Universidade de São Paulo – USP. Licenciatura em Ciências Sociais pela Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo – USP. Professor da Faculdade das Américas (São Paulo / SP).

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado sintético de um esforço de pesquisa empreendido no período em que realizei meus estudos de licenciatura em Ciências Sociais na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. A educação no Brasil é razão de um polêmico debate que envolve tendências e idéias diversas sobre qual é o papel da educação nos dias atuais, sobretudo, sobre o papel da escola na sociedade. Não existe aqui uma pretensa intenção de dar respostas conclusivas e nem de teorizar sobre o tema. O objetivo, presente aqui, é fazer uma reflexão crítica sobre uma experiência de uma escola de ensino fundamental, em específico, partindo de uma premissa inicial de que a educação deve ser pensada e de suas políticas públicas serem articuladas, em primeiro lugar, na esfera local – seja município, comunidade ou bairro.

Inserida em um contexto mais amplo, a escola de tempo integral é razão de um intenso e apaixonado debate envolvendo tendências a favor, e tendências contrárias a esse sistema de funcionamento da educação na escola. Não cabe aqui no presente artigo, esgotar o tema ou pretensamente tomar uma posição político-pedagógica, mas, tem por objetivo principal, fazer uma discussão teórica sobre esse acalorado debate acadêmico, embora seja necessário, buscar elementos teóricos que serão fundamentais na reflexão a ser empreendida.

Inicialmente será feita uma apresentação de dados gerais sobre a comunidade do distrito de Cruz das Poses, pertencente ao município de Sertãozinho que abrange o trabalho dessa escola a EMEF “Elydia Carneiro da Rocha”. É importante ressaltar que algumas particularidades observadas serão mencionadas e destacadas como um importante fator para as políticas públicas a serem pensadas e colocadas em prática para atender aspectos específicos, que norteiam a vida social de uma comunidade. Após essa exposição, serão apresentadas as linhas fundamentais do plano pedagógico da referida escola, além dos principais aspectos levantados, sobre o plano e a prática pedagógica, nas entrevistas com professores, diretoria e coordenação. Também será abordado o projeto EJA (Educação de Jovens e Adultos) e seus desdobramentos sociais na escola e comunidade. Em seguida, será feita uma reflexão analítica, sobre a escola estudada, tendo como escopo teórico à discussão que envolve as escolas de tempo integral. Cabe ressaltar que serão levantados alguns pontos gerais, sem fazer uma discussão mais aprofundada, dado que a experiência de pesquisa de campo fora pequena para precipitar-se em teorias. A conclusão abrangerá às percepções sobre os elementos observados no plano pedagógico, nas entrevistas e na observação participante que foi possível de ser realizada nas horas que abrangeram o estágio na escola trabalhando, em seguida, com uma conclusão sobre a



realidade e os atores observados.

1 O ESPAÇO SOCIAL

Localizado no município de Sertãozinho², o distrito de Cruz das Posses possui uma população de aproximadamente 7.000 habitantes (área urbana, sítios, chácaras, fazendas e a Usina Albertina)³. A maior parte da população trabalha na lavoura da cana-de-açúcar e uma parte no setor industrializado da produção, e a minoria no comércio, nas cidades de Sertãozinho e Ribeirão Preto. A maior concentração de oferta de trabalho ocorre entre os meses de maio a novembro, período da safra da cana. A população de migrantes nesse período gira ao entorno de 5% a 10% da população total.

No período da entressafra, ocorre uma sensível diminuição da oferta de emprego, por conseguinte da renda das famílias do distrito (como será visto adiante, esse fenômeno afeta a situação educacional de grande parcela do alunado da escola). Um exemplo claro de como que a economia da cana-de-açúcar afeta o cotidiano do distrito é de que o comércio local funciona em horário bastante sui generis: abre às 08:00 e pára de funcionar entre as 12:00 e às 14:00/15:00, para reabrir e funcionar até

aproximadamente às 20:00, para atender a população que vem chegando do trabalho nas usinas. Exatamente às 17:00 terminam das aulas das crianças na escola.

A escola fica próxima à entrada do distrito, destaca-se na paisagem que é totalmente rodeada por canaviais e mais ao longe as chaminés dos engenhos das usinas. Nos arredores da escola estão sendo construídas 196 casas em sistema de mutirão do CDHU, muitas dessas casas serão, em breve, moradias de famílias que possuem filhos na escola.

2 ANÁLISE DOCUMENTAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Este tópico tem por base fazer um breve levantamento sobre os aspectos principais que norteiam construção de referido projeto político pedagógico. Como ressalta Ilma Passos de A.

Veiga⁴ o plano deve ser entendido como o instrumento que estrutura a organização do trabalho pedagógico da escola.

Veiga destaca que o projeto pedagógico não é e não pode ser um “agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas”. Necessariamente ele deve projetar um rumo,

2 Sertãozinho é um município com população total de 94.664 – (pop. urbana 90.531; pop. rural 4.136 - 2002 - IBGE), localizado na região de Ribeirão Preto, nordeste do estado de São Paulo a 350 KM da capital. A base da sua economia é o agronegócio que envolve produção de açúcar e álcool, derivados da cana-de-açúcar, das usinas e destilarias e de 405 estabelecimentos que envolvem a setor industrializado da produção. (fonte: Prefeitura Municipal de Sertãozinho).

3 Fonte: Sub-Prefeitura de Cruz das Posses.

4 : VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-pedagógico da Escola: uma Construção Coletiva. Ed. Papyrus.



uma direção, sendo assim uma ação intencional que tem fins específicos e justificados em seu conteúdo. Com referência ao fato de ser denominado de político e pedagógico, Veiga afirma que é político no sentido mais amplo de formação dos cidadãos para a sociedade; a dimensão pedagógica trabalha com a possibilidade de concretizar esse ideal de formação, através das ações educativas e de delinear as características essenciais que cabem as escolas neste processo.

Denominado PROJETO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL - EMEF “Elydia Carneiro da Rocha”, foi apresentado de pronto e disponibilizada uma cópia pela vice-diretora. Encontra-se de posse da diretoria e da coordenação pedagógica (denominada de projetos). O documento dispõe de informações sobre a justificativa de um projeto de educação em período integral. Nota-se, com relação à estrutura da escola, a necessidade de mais funcionários (na parte administrativa), além de algumas reformulações estruturais para facilitar o andamento do trabalho burocrático. Estas carências acabam por fazer com que todos se desdobrem em várias funções, o que pode a longo prazo, provocar uma precarização das funções institucionais do corpo diretivo, de docentes e de funcionários.

A seguir, é feito um rápido diagnóstico das condições sócio-econômicas das crianças

atendidas, destacando que possuem, no geral, um “nível sócio-econômico-cultural baixo, saúde razoavelmente satisfatória”⁵. A minoria das crianças atendidas mora em casa própria e vive com os seus familiares. A maioria apresenta problemas com moradia (“mora em cômodos concentrados em um único espaço físico”). Embora seja referência constante nos depoimentos de professores e direção, outro aspecto é o histórico de problemas na estrutura familiar. O documento ressalta que Cruz das Poses é uma localidade com uma população carente, predominantemente formada por pessoas que vêm de outros estados para trabalhar na lavoura do corte de cana-de-açúcar⁶.

Estes são elementos que constituíram, na visão da escola e da Prefeitura do Município de Sertãozinho, através da Secretaria da Educação, a necessidade de adoção do período integral, visando uma melhoria na qualidade de ensino e de vida dos alunos, que anteriormente não possuíam um local para ficarem, permanecendo nas ruas.

Com referência as metas, são claramente estabelecidas, como: “diminuir em 30% a ociosidade infantil, assegurar a permanência da criança na escola, reduzindo a 0% a taxa de evasão escolar; aumentar a promoção dos alunos em 90%, fazendo uso das disciplinas da

5 In Projeto de Educação Integral - EMEF “Elydia Carneiro da Rocha”

6 Veremos mais adiante que este é um fator que influencia a situação educacional e a relação das crianças afetadas com a escola. (nota do autor)



base nacional comum -BNC, de instrumentos paradidáticos tais como, jornais, revistas, livros, computadores, TV, vídeo, karaokê; e a denominada “parte diversificada do currículo” que envolve 7 projetos:

- 1) Projeto de linguagem;
- 2) Projeto de oficina de artes;
- 3) Projeto de educação física e natação;
- 4) Projeto de matemática e o lúdico;
- 5) Projeto de ciências da natureza;
- 6) Projeto de inglês;
- 7) Projeto de informática.

Apresenta como objetivo de que esses projetos devam funcionar de maneira integrada e no horário complementar. Cada um dos projetos possui objetivos específicos a área temática, com as ações detalhadas, professor (es) responsável (eis) e sala ambiente específica. Com relação à avaliação do projeto, o documento destaca que deve ser “um processo constante que favorece o acompanhamento e o controle das ações em curso, para verificar até que ponto os objetivos foram atingidos”.

3 OS DEPOIMENTOS (DIREÇÃO, PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ALUNOS)

Em entrevista realizada com a diretora, vice-diretora e a coordenadora pedagógica, levantou-se alguns elementos principais que orientam o trabalho pedagógico com o alunado

e a relação da escola com a comunidade. No discurso ouvido existe a preocupação constante em “atender as necessidades da clientela (alunos)”; e de uma ação imediata de tirar as crianças da rua e da ociosidade, posição condizente com a verdadeira razão principal do Projeto pedagógico, como afirma Veiga, que a organização e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico da escola passa pelos seus alunos, no sentido de que eles são à razão do trabalho pedagógico escolar. Com a adoção do período integral, existe uma preocupação constante em colocar atividades lúdicas que tragam prazer para as crianças ficarem na escola⁷. Com relação à saúde e hábitos de higiene, é notada uma carência tanto dos alunos quanto dos pais, nesse sentido, o espaço da escola é utilizado para dar informar sobre doenças, hábitos alimentares, etc., um componente importante, como em todas as regiões pobres do Brasil, é que a escola se torna uma alternativa de garantia de alimentação, o que se torna para muitas crianças uma razão, por si mesma, fundamental de freqüentar as aulas.

Quando citado o aperfeiçoamento do plano pedagógico, afirmou-se que são realizados encontros semanais com todo o corpo docente, para discutir o que precisa ser trabalhado com alunos e comunidade. Os projetos são encaminhados através de um estudo da direção e coordenação, “com pesquisas com a clientela”, daí são formadas equipes de trabalho com um cronograma contendo o início e o final das atividades a serem desenvolvidas. Com



referência ao alunado, são citados os problemas cotidianos de cada aluno, como mote para elaborar os projetos a serem discutidos. É citada também, a preocupação com o envolvimento da equipe, a idéia de priorizar o trabalho em equipe.

Como observa Perrenoud a organização e o aperfeiçoamento da prática pedagógica, precisa estar orientada entre um “realismo conservador e idealismo ingênuo”⁸. Na Pedagogia existe pouca inclinação para o realismo, à prática é orientada pelo peso dos valores e mitos; corporativismo profissional; críticas em geral e falta de um escopo teórico para pensar as práticas. Este aspecto é observado na escola estudada, tanto em seu projeto político- pedagógico, quanto em seu discurso. Os projetos carregam uma concepção idealista de “fazer uma coisa que convença o aluno, que toque a alma dele. Fazer uma atividade em que ele possa estar direcionado e que transmita o aprendizado a família”.

Com relação à idéia de uma gestão mais participativa, a escola sente dificuldades de envolver a comunidade local no seu dia a dia, embora todos os projetos desenvolvidos pelos alunos sejam apresentados a comunidade em seu formato final (foram citados os projetos Água, Caminhada Ecológica a ser realizada dia 07/07 que trabalham com a realidade do meio ambiente local). Tais projetos visam

também fazer uma aproximação entre escola e comunidade.

Dois instrumentos de acompanhamento do trabalho pedagógico merecem ser mencionados. O primeiro diz respeito ao acompanhamento do nível de alfabetização de todos os alunos do ensino fundamental⁹. Mensalmente é feito um ‘levantamento’ avaliando em quatro níveis qual é o grau de aprendizagem em que cada aluno se encontra, são eles:

- pré-silábicos;
- silábicos;
- silábicos-alfabéticos; e
- alfabéticos

Outro método de acompanhamento envolve o cotidiano do docente. Além do diário de classe, os professores possuem um diário em que fazem reflexões, sugestões e questionamentos e observações variadas. A leitura de alguns cadernos proporcionou o contato com experiências diárias das mais diversas como, o comportamento ou dificuldade no aprendizado de um aluno, até desabafos sobre a falta de contato maior com os pais, com a secretária de educação, quando das visitas à escola, falta de giz, etc. Não existe um mecanismo estruturado de acompanhamento das atividades complementares programadas,

7 Por essa razão, observa-se a adoção de uma tática de envolver as crianças em atividades diferenciadas durante o período letivo (aulas de computação, aulas na biblioteca de leitura e vídeo, jogos, dança, etc).

8 In: PERRENOUD, Philippe. Práticas Pedagógicas Profissão Docente: Três Facetas. Publicações Dom Quixote (Instituto de Inovação Educacional).



embora, observa-se no discurso e em matérias que se dê muita atenção para elas.

Sobre os depoimentos de professores observa-se a preocupação que eles têm em relação ao processo de socialização e educação dos alunos. São necessários cuidados constantes para enfatizar a necessidade de cultivar bons hábitos de alimentação e higiene. Essa é uma perspectiva de ação que em um momento inicial gerou um conflito com o ethos da comunidade local. A integralidade gerava um choque de visões sobre o papel da escola, de início as famílias não aceitavam que as crianças permanecessem durante todo dia na escola, reclamavam da alimentação e do fato de as crianças terem que ficar o tempo todo na escola. Após este estranhamento imediato, elas passaram a aceitar a idéia, entretanto os professores “sentem que a educação das crianças é terceirizada pelos pais”, a escola passa a ter que assumir sozinha a educação global delas.

4 UM BREVE INTERMEZZO: O PROJETO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

O EJA é um programa de educação de jovens e adultos. Envolve todas as escolas públicas (municipais e estaduais) do município, totalizando 500 alunos, distribuídos em 21 salas de aula¹⁰. Na EMEF “Elydia Carneiro da

Rocha” este número é de 70 alunos. Todos os alunos recebem uniformes, material didático e assistem às aulas do Ensino Básico (três vezes por semana das 18:00 às 22:00, o primeiro horário envolve aula de noções de informática; e duas vezes das 19:00 às 22:00). As turmas são de 1ª a 4ª séries. A partir da 5ª série, os alunos entram para as aulas do sistema Telecurso, que são ministradas na EE Isaías José Ferreira.

Além de empregadas domésticas, pedreiros, faxineiros, etc., o público alvo abrange em grande parte cortadores de cana. Esta tem sido a relação mais estreita que a escola tem conseguido formar com os pais e a comunidade. Surgida de uma situação social de emergência, advinda de um perverso paradoxo: pois as usinas não contratam mais trabalhadores analfabetos para a lavoura da cana-de-açúcar, embora quase todas as escolas das usinas tenham sido extintas¹¹. Como a maioria dessa mão-de-obra é formada por migrantes de outras regiões e estados, que permanecem na cidade apenas no período da safra (entre maio e outubro/início de novembro), eles não possuem um espaço escolar de referência para aprenderem a ler e escrever. Nesse caso a escola tornou-se uma referência importante para tentar minimizar este grave problema social local, de uma população que vive absolutamente a margem de uma condição social mais consistente para as suas vidas.

9 Abrange 6 salas da primeira série, 6 da segunda, 5 da terceira e 5 da quarta.

10 Dados da Secretaria Municipal de Educação.

11 Na região de Sertãozinho, apenas a Usina São Francisco (Grupo Balbo) mantém a sua escola funcionando. (fonte: Secretaria Municipal da Educação)

5 A ESCOLA E O DEBATE TEÓRICO

A escola de tempo integral encontra-se inserida em uma polêmica discussão, embora exista um “incipiente referencial teórico sobre o assunto”, destacando-se apenas investigações sobre algumas iniciativas de escolaridade em período normal e complementar (PARO, FERRETTI, VIANNA e SOUZA: 1988, p.189), sobre qual é o melhor modelo de escola para a formação dos alunos. Esse controverso debate de tendências e idéias envolve opiniões diversas, inseridas em duas correntes principais: uma defende a escola em período integral como sendo o melhor arranjo institucional-pedagógico para a formação do alunado; e a outra que é contrária a este sistema como sendo a melhor alternativa.

Aos que defendem a posição contrária a este sistema, o argumento principal é de que ele é provido de um caráter essencialmente assistencialista e imperfeito, pois qual é a medida para um ensino em tempo integral de qualidade, se o Estado encontra grandes dificuldades para garantir um bom ensino parcial nas escolas? Por outro lado, a tese que defende a escola de ensino integral argumenta, em linhas gerais, que a grande demanda social da realidade brasileira, obriga que a escola, seja uma alternativa mais presente, retirando as crianças de uma condição de abandono, além de um papel de contribuição para com a diminuição da violência social.

“(…) Hoje, quando se coloca a proposta de tempo integral, as

questões sociais tendem a sobrepor-se à dimensão pedagógica. Isto acontece, por um lado, porque os problemas das classes subalternas são tantos, que as políticas públicas não dão conta de superá-los; por outro, porque a questão da pauperização, ligada à crise econômica atual, traz à tona o problema da violência e a preocupação de cuidar preventiva e/ou corretivamente dessa questão. Nesse sentido, o poder público passa a atribuir essa função à escola, gerando novas expectativas da população com relação à instituição escolar. (...)”¹²

O ponto em que ambas as correntes historicamente convergem é de que a escola, como uma instituição pública, deve preocupar-se não só com a instrução do alunado, mas com uma formação sócio-cultural mais ampla e aprofundada. Nesse caso específico, essa concepção da escola, como uma instituição que soluciona problemas sociais mais abrangentes, norteia o momento de criação da escola Elydia, no início de 2003. “Às reivindicações e pressões populares por mais instrução, o Estado responde com propostas de escola de tempo integral, na qual o propósito principal não é a divulgação do saber sistematizado, mas a solução de problemas sociais localizados além dos limites da escola e que têm natureza não propriamente pedagógica¹³”.

Ela é concebida pelo poder público



para amparar essa população de crianças, procurando ampliar essa formação sócio-cultural em uma comunidade pequena. Sua missão inicial envolve um amparo social mais amplo em uma comunidade carente, formada predominantemente por trabalhadores rurais do corte de cana e do setor industrial das usinas. Há uma outra escola de funcionamento em período integral situa-se em um bairro carente na periferia de Sertãozinho.

Diante do processo de precarização em que se encontram os aparelhos e serviços prestados pelo Estado, este acaba por utilizar a escola, como um espaço que atenda as crescentes demandas sociais em diferentes níveis, desde a formação escolar até o lazer e entretenimento das comunidades locais. As políticas públicas necessitam trabalhar com a educação de uma forma específica, entretanto não é possível tratá-la como algo à parte em um contexto social mais amplo.

CONCLUSÃO

Em relação às considerações finais faço menção a uma reflexão pessoal sobre as condições que envolvem o ensino em tempo integral, com base na experiência de estágio e na bibliografia pesquisada. Desde as viagens feitas para a escola, à experiência do contato com professores, diretores, funcionários e alunos, as aulas que eu tive oportunidade de

assistir e também minhas andanças pelo distrito ficaram algumas impressões marcantes.

A primeira é a relação da escola com as crianças. As crianças gostam da escola, claro que em diferentes níveis e interesses, desde aqueles que participam de várias atividades até os que encontram na escola uma garantia de subsistência diária (e lamentavelmente, não são poucos). Em um segundo momento, deve ser ressaltado o envolvimento do corpo docente e de funcionários para com as crianças, em um esforço físico e mental constante, caracterizando o trabalho como uma missão, com todos os sabores e dissabores que toda missão em vida pode trazer.

É necessário ressaltar que a visão do poder público, em geral, não é clara com relação à escola como uma instituição-chave para a execução das políticas públicas em educação. A escola tem sido vista, e ao mesmo tempo vítima de uma concepção geral de que ela é um repositório de várias ações sociais simultâneas. Embora ela tenha que primar pela instrução e formação geral dos cidadãos, como sua missão institucional, ela torna-se o espaço público que necessita atender demandas sociais mais gerais, tais como: alimentação, higiene, lazer, etc.; mas que são reflexo de uma situação social precária, de falta de acesso a aparelhos de lazer e de condições de subsistência.

12 (PARO, FERRETTI, VIANNA e SOUZA: 1988. p.192)

13 (PARO, FERRETTI, VIANNA e SOUZA: 1988, p.198)



Como qualquer escola pública, a Escola Elydia, atua em uma fronteira social entre a sociedade civil e a exclusão social por completo, todavia observa-se que a escola consegue trabalhar com as crianças, embora a participação da comunidade ainda seja incipiente. Com relação às particularidades observadas, é necessário ressaltar como o tempo e o processo de produção econômica, no caso o ciclo da cana-de-açúcar que envolve a produção de álcool e açúcar, este tem um papel determinante, não somente na estruturação social, criando uma massa de trabalhadores em condições precárias de vida, mas também influenciando no desempenho e desenvolvimento de parte das crianças na escola, como é o caso do tempo da safra - entre os meses de maio a novembro - que norteia a vida da comunidade. Nesse caso talvez, seria necessária a adoção de um período escolar que se adequasse a essa particularidade.

A relação entre a política e a educação necessita estar estreitamente relacionada a Real Politik, ou seja, políticas de estado que sejam programadas a longo prazo e sejam consistentes em suas metas e diretrizes. Nesse sentido, a adoção do período integral, no caso da escola Elydia, possa atingir esse nível de consistência, embora seja muito cedo para cair em conclusões precipitadas. A maior lição que podemos observar, no curto prazo, é a de que a ação local observando as especificidades das comunidades envolvidas com a escola, é a saída mais consistente para

a construção de uma escola e de seu projeto pedagógico.

Termino a presente reflexão citando algo que a minha mente não conseguirá jamais esquecer. No caminhar pelo entorno da escola, ver a terra, em sua cor vermelha, forte, marcando tudo a sua volta, do asfalto às paredes, confundindo-se até com a cor das pessoas indo e vindo, seja do trabalho nos canaviais, ou no mutirão de casas populares. O silêncio de um lugar simples e pacato rompido pelo alto volume do barulho das crianças, na escola, que se ouve ao longe. Talvez um som que traga uma mensagem de esperança, de dias novos, como parece ser a razão de vida de todo o educador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PARO, Vitor Henrique; FERRETI, Celso João; VIANNA, Cláudia Pereira e SOUZA, Denise Trento. **Escola de Tempo Integral: Desafio para o Ensino Público**. São Paulo: Editora Cortez; 1988.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas Pedagógicas Profissão Docente: Três Facetas**. Publicações Dom Quixote (Instituto de Inovação Educacional).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-pedagógico da Escola: Uma Construção Coletiva**. São Paulo: Ed. Papirus.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO. Disponível em: www.sertaozinho.sp.gov.br/

7

A RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS EM FACE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR¹

Alessandra Silva do Nascimento²

Viviane Jorge Moreira²

José Mario de Oliveira Britto²

Ana Paola Nunes Ferreira Lucato³



INTRODUÇÃO

Antes de adentrarmos à problemática do tema estudado neste artigo, necessária se faz uma análise da previsão de proteção às relações de consumo, trazida pela promulgação da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, a edição da Lei n. 8078/90, nosso tão conhecido e importante Código de Defesa do Consumidor (CDC).

A proteção de toda e qualquer relação de consumo encontra-se amparada constitucionalmente conforme preceitua o artigo 5º., inciso XXXII que dispõe:

“Art. 5º.(...)

XXXII – o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Sendo assim, o Código de Defesa do Consumidor tratou de definir quem, dentro de uma relação de consumo seria o consumidor, protegido constitucionalmente.

Em seu artigo 2º., o Código de Defesa do Consumidor define como consumidor “toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”.

No entanto, se temos um consumidor

de produtos e serviços, quem é, para a legislação em análise o fornecedor?

O art. 3º., do referido diploma legal tratou de definir esta figura, como sendo “toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.”

Verifica-se, da análise dos conceitos supra referidos que estão protegidas pelo dispositivo legal todas e quaisquer relações que envolvam a aquisição de bens e serviços pelo consumidor adquiridos direta ou indiretamente do fornecedor, para uso e destinação final, sem a prática, pelo consumidor, da intermediação.


Isto porque caso a pessoa física ou jurídica adquira para fins outros, que não sua utilização como destinatário final, a relação deixa de ser abarcada pela legislação consumerista e passa a ser protegida pelo Código Civil Brasileiro e demais legislações esparsas.

Definidos que estão os sujeitos da relação de consumo, quais sejam, consumidor e

1 Artigo desenvolvido no Programa de Iniciação Científica da Faculdade das Américas - Núcleo Direitos Humanos, Difusos e Coletivos, no 2º semestre de 2007.

2 Alunos do curso de Direito da Faculdade das Américas, São Paulo / SP.

3 Mestre em Direito – UNIMES. Pós Graduação em Processo Civil – PUC – SP. Graduação em Direito – Faculdades Metropolitanas Unidas – FUM – SP. OAB/SP 134709. Coordenadora da Comissão de Meio Ambiente Natural da OAB/SP. Professora da Faculdade das Américas (São Paulo / SP) e orientadora do Trabalho de Iniciação Científica.



fornecedor, iniciamos a análise do tema em epígrafe, através dos estudos do Título II do Código de Defesa do Consumidor, em especial os artigos 61 e seguintes, que tratam das infrações penais atreladas às relações de consumo.

A fim de restar clara a análise dos tipos penais trazidos pelo Código de Defesa do Consumidor, necessária se faz a análise dos artigos referidos sob a ótica da punição de determinados comportamentos, considerados graves, a ponto de, além da indenização civil ou das punições administrativas, também recepcionadas pelo diploma legal, se fazer necessária a extensão de sua punibilidade no campo penal.

A previsão da punibilidade, no entanto, para a legislação consumerista, tem o condão preventivo de desestimular o cometimento das infrações elencadas nos artigos do código.

Conforme nos ensina o Professor José Geraldo Brito Filomeno, integrante da comissão então constituída com o propósito de elaborar o anteprojeto do CDC, ... as penas sugeridas para os comportamentos delituosos previstos são efetivamente para os responsabilizados por fraude na venda de produtos ou prestação de serviços, sim, e não para os fornecedores de bens e serviços que agem corretamente, assim como também são passíveis de pena corporal rigorosa

os autores de crimes de homicídio, roubo, estupro, etc. (CÓDIGO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, Comentado Pelos Autores do Anteprojeto, 7a edição, Forense Universitária, revista e ampliada até 2001, p.604).

Para análise dos tipos penais descritos no Código de Defesa do Consumidor, necessária se faz a lembrança de que o próprio artigo 61 do referido diploma legal esclarece tratar-se de crimes contra as relações de consumo, não se esquecendo dos dispositivos elencados no Código Penal e legislação especial.

Para o ilustre Júlio Fabbini Mirabete, in Código Penal Comentado, Ed. Atlas, 2000, São Paulo, p.127-128, as normas previstas na Parte Geral do Código Penal e em alguns dispositivos da Parte Especial (arts. 150, §§ 3o e 4o, 327 etc.) têm caráter geral e, segundo o artigo 12, devem ser aplicadas aos fatos incriminados por essa lei especial, desde que, evidentemente, não exista disposição em sentido contrário. Como exemplo da especialidade tratada em lei própria, podemos citar a hipótese prevista na Lei 8.137/90, que define os crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo, particularmente em seu artigo 7o, que dita o elenco de tipos penais referentes a crimes contra as relações de consumo – contra os consumidores, portanto.

Ainda a título de exemplo, é possível



citar como infrações contra as relações de consumo, dentre outras, aquelas cometidas em detrimento da economia popular (Lei

1521/51), incorporações imobiliárias (Lei 4.591/64, arts. 65 e 66), as contravenções previstas na lei de locações prediais urbanas (Lei. 8.245/91) e loteamentos (Lei 6.766/79). Tenham-se ainda em conta os “crimes do colarinho branco e contra a ordem financeira”, consubstanciados, respectivamente, nas Leis nºs 7.492/86 e 4.595/64, os praticados contra os genericamente considerados “direitos do consumidor” e “abastecimento de combustíveis” (cf. Leis nºs 8.002/90 e 8.176/91), o novo Código da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96, e muitos outros, fora do Código Penal⁴.

Há possibilidade, ainda, de se fazer uma relação entre os crimes especificados na lei consumerista e o Código Penal tais como nas condutas delitivas como os crimes contra a saúde pública (arts. 267 e seguintes), apropriação indébita (art. 168), estelionato (art. 171) e fraude no comércio (art. 175).

Iniciaremos nossos apontamentos através da análise do veto ao art. 62, que com a edição da Lei 8.137/90, acabou sendo novamente recepcionado pela lei consumerista, visto sua importância. O artigo 7o, inciso IX, § único, dispõe que: Constitui crime contra as relações de consumo:

(...) Vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo; Pena – detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, ou multa. Parágrafo único – Nas hipóteses dos incisos

II, III e IX pune-se a modalidade culposa, reduzindo-se a pena e a detenção de 1/3 (um terço) ou a de multa à quinta parte.

Esta é a primeira previsão de tipo penal restaurada do texto original da lei 8078/90 e pode ainda merecer algum complemento.

É através de atos administrativos do Governo Federal que os partícipes da relação de consumo ficam cientes dos produtos contemplados por normas específicas de produção e acondicionamento, mas fica claro que independentemente de normatização pelo Governo Federal o consumidor lesado deve reclamar em juízo, pela aplicação do tipo penal ao fornecedor, sem prejuízo da indenização no campo civil.

Os demais tipos penais elencados no Código de Defesa do Consumidor também nos remontam a questão da preservação da saúde e segurança do consumidor, direitos estes preconizados em nossa Constituição Federal como componentes do piso vital mínimo para uma sadia qualidade de vida, ou seja, uma vida digna.

4 Prof. José Geraldo Brito Filomeno, na obra ut supra, pg. 613).

Sendo assim, nossos tribunais têm assim decidido, no que tange aos crimes em relações de consumo:

CRIME CONTRA A RELAÇÃO DE CONSUMO. LEI N. 8078/90 (CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CDC). Emprego na reparação de produtos, peças e componentes de reposição usados, sem autorização do consumidor. Crime previsto no art. 70 da Lei n. 8078/90. Responsabilidade do acusado, ex vi do art. 75 do mesmo diploma. Prova de autoria e aterialidade do fato que dos autos exsurge a toda evidência. Apelação improvida. Sentença confirmada. (TRF da 5ª. Região, AP. Crim. 973, RN, Rel. Juiz Francisco Falcão, julg. Em 11.4.95, DJ, 12.5.95)

CONSUMIDOR. CRIME CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO. EXPOSIÇÃO DE PRODUTO COM VALIDADE VENCIDA. Para a 1ª. Turma do Supremo Tribunal Federal o ato de expor produto com prazo de validade vencido caracteriza a conduta típica prevista no art. 7º., IX da lei 8137/90. é dispensável a ocorrência de efetivo prejuízo para a configuração do delito, posto tratar-se de crime formal e de mero perigo

presumido. (“Art. 7º., Constitui crime contra as reações de consumo... IX – vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias para o consumo”). (RHC 80.090-SP, Rel. Min. Ilmar Galvão, julg. Em 9.5.2000)

CRIME CONTRA A RELAÇÃO DE CONSUMO. SÓCIO-GERENTE. RESPONSABILIDADE PENAL. LEI 8137/90, ART. 7º., II. Responde por crime contra as relações de consumo, previsto no artigo 7º., II da lei 8137/90, o sócio-gerente de estabelecimento comercial que coloca à venda mercadoria com peso inferior ao permitido pela SUNAB, na se estendendo a responsabilidade aos demais sócios destituídos de poder gerencial. (TAMG, AP. Crim. 147.431-7, Guaxupé, Rel. Juiz Kelsen Carneiro, julg. Em 27.493).

Verifica-se, pois, da análise dos julgados acima referidos, que os crimes atrelados às relações de consumo podem, e na maioria das vezes são cometidos, em consonância com o disposto na lei 8137/90, artigo 7º.⁵, dentro da concepção de crimes contra a ordem econômica, tributária e relações de consumo, por pessoas jurídicas, sejam elas de direito público ou de direito privado.



O que se verifica, portanto, que é plenamente aplicável às pessoas jurídicas os dispositivos contidos no Código de Defesa do Consumidor e na Lei de Crimes contra a Ordem Econômica, Tributária e Relações de Consumo, tratando-se de matéria exaustivamente julgada por nossos Tribunais.

O que resta inerte, ainda, é a ausência de divulgação dos direitos e deveres inseridos no Código de Defesa do Consumidor, tal como o exige a Lei 8.078/90 (art. 4o, inc. IV). Isso alimenta a não aplicação efetiva dos referidos diplomas legais ao caso concreto, por total desconhecimento de seus direitos pelo consumidor lesado e, conseqüentemente, a perniciosa sensação de impunidade.

O que falta à sociedade brasileira, a fim de cumprirmos os preceitos constitucionais

de defesa do consumidor, da atuação de alguns fornecedores de produtos ou serviços, sejam eles, pessoas físicas ou jurídicas, é, ao nosso ver, o cumprimento de outro preceito consumerista contido no Código de Defesa do Consumidor, qual seja, o direito à informação. Se os direitos do consumidor forem disseminados, e aí, entra a parte do verdadeiro operador do direito, no sentido de multiplicar conhecimento à população, estamos certos que os preceitos supra citados serão cumpridos, dentro de um conceito maior, de dignidade, respeito e justiça social.

5 Art. 7º Constitui crime contra as relações de consumo: I - favorecer ou preferir, sem justa causa, comprador ou freguês, ressaltados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores; II - vender ou expor à venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ou que não corresponda à respectiva classificação oficial; III - misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, para vendê-los ou expô-los à venda como puros; misturar gêneros e mercadorias de qualidades desiguais para vendê-los ou expô-los à venda por preço estabelecido para os demais mais alto custo; IV - fraudar preços por meio de: a) alteração, sem modificação essencial ou de qualidade, de elementos tais como denominação, sinal externo, marca, embalagem, especificação técnica, descrição, volume, peso, pintura ou acabamento de bem ou serviço; b) divisão em partes de bem ou serviço, habitualmente oferecido à venda em conjunto; c) junção de bens ou serviços, comumente oferecidos à venda em separado; d) aviso de inclusão de insumo não empregado na produção do bem ou na prestação dos serviços; V - elevar o valor cobrado nas vendas a prazo de bens ou serviços, mediante a exigência de comissão ou de taxa de juros ilegais; VI - sonegar insumos ou bens, recusando-se a vendê-los a quem pretenda comprá-los nas condições publicamente ofertadas, ou retê-los para o fim de especulação; VII - induzir o consumidor ou usuário a erro, por via de indicação ou afirmação falsa ou enganosa sobre a natureza, qualidade do bem ou serviço, utilizando-se de qualquer meio, inclusive a veiculação ou divulgação publicitária; VIII - destruir, inutilizar ou danificar matéria-prima ou mercadoria, com o fim de provocar alta de preço, em proveito próprio ou de terceiros; IX - vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo; Pena - detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, ou multa. Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II, III e IX pune-se a modalidade culposa, reduzindo-se a pena e a detenção de 1/3 (um terço) ou a de multa à quinta parte

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carlos Ferreira de. **Os direitos dos consumidores**. Coimbra, Almedina, 1982. BITTAR, Carlos Alberto. **Direitos do Consumidor** – Código de Defesa do Consumidor. Forense Universitária, 6ª. Edição.

CALDEIRA, Mirella D'Angelo - **O Conceito de Consumidor Padrão** - artigo 2.º, caput, do Código de Defesa do Consumidor. Disponível em: www.saraivajur.com.br . Acesso em 16.4.2007

GRINOVER, Ada Pelegrini e outros. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto**. Ed. Forense Universitária. 9ª. Edição.

MIRANDA, MARIA BERNADETE - **O Direito do Consumidor Aplicado aos Dias Atuais**. Disponível em: www.saraivajur.com.br . Acesso em 16.4.2007.

NUNES, Luis Antonio Rizzatto, **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. Ed. Saraiva, 1ª. Edição.

SHARP, Ronald Jr. **Código de Defesa do Consumidor Comentado**. 3ª. Edição. Ed. Forense Universitária.

SIDOU, J. M. Othon. **Proteção do Consumidor**. RJ. Forense, 1977.

8

RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO E DO ENVOLVIMENTO DOS COLABORADORES¹

Thania Regina Ribeiro Lobo²

Alexandre Augusto Martins³



RESUMO

Os problemas que tem enfrentado o país, principalmente de ordem social, vêm chamando a atenção de muitas empresas para esse assunto tão atual. A iniciativa das organizações privadas, com ou sem a parceria do Estado para a criação de projetos sociais que visam melhorar a qualidade de vida da população e diminuir a desigualdade social, remete ao tema de destaque deste estudo, considerando-se a Responsabilidade Social como foco principal, sua importância e suas conseqüências. O objetivo central desta análise é o de verificar como deve ser trabalhada a Responsabilidade Social nas empresas para que se consiga atingir os objetivos desejados e sensibilizar o maior número possível de colaboradores. Como ponto de referência prática para o seu desenvolvimento, é tomado o Banco Bradesco – maior banco privado do país – que possui uma consistente política social em diversas ramificações: da educação ao investimento em cultura. Assim, é realizado um levantamento do envolvimento dos funcionários da organização com os projetos de cunho social que possui, além de se avaliar como esses mesmos projetos estão sendo divulgados internamente na empresa. Como se poderá constatar, os resultados alcançados atestam a significativa importância de as empresas buscarem a melhoria na qualidade de vida da sociedade em que estão inseridas. E, para que isto ocorra, é necessário que saibam reconhecer e motivar as peças-chave de todo o processo, ou seja, seus próprios colaboradores que, uma vez envolvidos e acreditando que seu trabalho pode contribuir para uma sociedade mais justa, poderão, conseqüentemente, trazer resultados mais interessantes para seus empregadores.

Palavras-Chave: ¹ Responsabilidade Social. ² Comprometimento. ³ Qualidade de Vida. ⁴ Sociedade.

1 Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração de Empresas da Faculdade das Américas como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Administração no primeiro semestre de 2007.

2 Aluna do curso de Administração de Empresas da Faculdade das Américas, São Paulo / SP.

3 Professor da Faculdade das Américas (São Paulo / SP) e orientador do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

INTRODUÇÃO

O tema Responsabilidade Social vem obtendo um considerável destaque no meio corporativo e na mídia como um todo. Independente de sua vertente, o mais importante é que as pessoas, a sociedade e, principalmente, as organizações, estão voltando a atenção para a realidade do país e percebendo que todos devem responder, em maior ou menor grau, pela tentativa de melhoria de sua comunidade, de seu entorno, do meio ambiente, enfim, de tudo que as cerca, sendo este pensamento um tanto diferente daquele que prevalecia no passado, no qual se julgava ser apenas o Estado a entidade que deveria zelar pelo bem-estar público.

A tamanha pobreza existente, o racismo, as pessoas sem condições básicas de vida, sem acesso à leitura, ao esporte, à educação, à inclusão digital, e, privadas de tantos fatores (que para poucos são tidos como básicos), acaba por despertar o espírito gregário de colaboração mútua para que, pelo menos em parte, essa situação possa ser revertida.

Em outras palavras, chega até mesmo a ser contraditório: por um lado, empresas buscam profissionais cada vez mais qualificados no mercado de trabalho e, por outro, o que se vê são milhões de cidadãos que não conseguem ao menos ingressar em uma universidade, fato esse que atualmente tornou-se um requisito fundamental para participar da concorrência já tão acirrada no mercado profissional.

Está mudando a visão das empresas e das

pessoas, que passam a crer que não adianta mais um país para poucos privilegiados, onde só uma minoria de classe alta pode ter acesso a uma vida digna. A oportunidade deve ser igualitária para todos. A possibilidade de poder ingressar numa trajetória acadêmica, buscando alcançar uma posição elevada em uma empresa, um cargo de alto escalão, não deve ser regalia de alguns poucos, mas, sim, uma oportunidade que deve ser dada a todos os que têm vontade e interesse em crescer.

Tudo indica que agora cada vez mais se torna imprescindível a participação da sociedade e das empresas na busca de um país mais justo, com menos desigualdade social. E para que esse objetivo seja alcançado, muitas ações devem ser tomadas, como a conscientização da população pelo bem-estar mútuo, o fomento ao desenvolvimento social, os investimentos em educação e moradia, por exemplo.

Este estudo sobre Responsabilidade Social tem o intuito de apresentar o tema àqueles que ainda não o conhecem de maneira um pouco mais profunda, conscientizando-os da importância de suas atitudes e ações realizadas no presente e seus reflexos no futuro. Sabe-se que as crianças de hoje serão os adultos de amanhã, e espera-se que os dias vindouros dessas crianças sejam melhores, com uma sociedade mais justa, mais evoluída, com miséria e desigualdade minimizadas. Para que isto aconteça, deve-se começar a agir desde agora, providenciando para que, daqui a alguns



anos, se possa perceber o quanto se conseguiu realizar em ações para um país melhor.

Assim sendo, um ponto-chave para que este estudo seja considerado bem-sucedido é o de verificar como deve ser trabalhada a Responsabilidade Social nas empresas para que se consiga atingir os objetivos desejados e sensibilizar o maior número possível de colaboradores para que, com o seu engajamento e comprometimento, se possam alcançar resultados positivos para ambas as partes: primeiramente ganha a sociedade por meio de projetos sérios e de qualidade a ela oferecidos. Em segundo, ganham as próprias empresas, pois seus funcionários, mais comprometidos com suas causas, tenderão a reverter sua motivação em resultados ainda mais positivos.

Para que se mantenha a ética e a transparência das ações de Responsabilidade Social pregadas pelas empresas, é preciso que se constate se seus funcionários são por elas envolvidos ou agem de forma socialmente responsável. Além disso, é interessante também que se verifique se as ações de marketing social aplicadas por organização são efetivas, atuando internamente e não só voltadas ao mercado (já que o comprometimento deve partir das próprias organizações).


1 REFERENCIAL TEÓRICO

A Responsabilidade Social decorre do estudo das sociedades (ou sociologia), e seus conceitos já eram aplicados há centenas de

anos, porém, sem formalidade, sem nenhuma lei ou algo imposto para que as pessoas a praticassem, pensando em um possível retorno social. Ela era feita de forma espontânea, sem se prever seu benefício futuro.

Segundo Duarte (1986), Jesus Cristo era um exemplo de alguém que, mesmo sem estudo acadêmico, procurava levar até as pessoas, por meio de sua prática incansável, as idéias que hoje são entendidas como ações de Responsabilidade Social como o amor, a caridade, o desprendimento de bens materiais.

Historicamente, de acordo com estudos realizados por especialistas, não existe uma data precisa que represente o surgimento de estudos voltados ao tema Responsabilidade Social. Um marco da história é a Revolução Francesa em 1789, onde se deu o fim de uma gestão autoritária, que não se importava com os direitos dos cidadãos e com as questões sociais. Esse marco tem sido adotado por muitos como um referencial em termos de aplicação da Responsabilidade Social. Prova disso é que, em 1789, na França, foi publicada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, através da Liga das Nações, atualizada posteriormente em 1795. Depois disso, passaram-se quase 200 anos e até então não havia sido criada nenhuma lei ou algo formal que tivesse um conhecimento mundial, que todos pudessem ter acesso e se basear para garantir seus direitos e o respeito da sociedade, que protegesse o cidadão e sua dignidade.



Em 1948, foi então criada através da Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ao término da 2ª Guerra Mundial, em 1945, a ONU criou este texto unificado globalmente, o que já vinha se fazendo necessário há muito tempo.

No Brasil, a partir de 1930, a previdência social teve um impulso considerável. O governo Getúlio Vargas tomou várias iniciativas, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A LBA (Legião Brasileira de Assistência), primeira instituição reconhecida por lei criada em 1942 e, logo após, foram fundados o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), o SESI (Serviço Social de Indústria) e o SESC (Serviço Social do Comércio). Esses exemplos, ainda que merecedores de atenção, apontam para a preocupação ainda modesta do Estado em tomar atitudes de cunho social em diversas linhas de atuação.

Na Década de 1990, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, moveu a Campanha Contra a Fome e a Miséria pela Vida, estimulando ações pelo Brasil inteiro. A partir de 1998, o trabalho voluntário teve grande repercussão e começou a ser praticado em várias regiões do país, sendo criada a Lei do Voluntariado, de número 9.608, onde se considera o serviço uma atividade não-remunerada e sem vínculos empregatícios.

Hoje em dia, o conceito de Responsabilidade Social vem alcançando maior espaço nas organizações e, com isso, surge a idéia de

Gestão Social, voltada para o gerenciamento e para a prática nas empresas de ações de cunho social. Como já há muito tempo tornou-se praticamente impossível o gerenciamento somente do Estado em possibilitar uma garantia de qualidade de vida minimamente decente, faz-se necessário que esta responsabilidade seja dividida com o setor privado, através de parcerias com a sociedade e com as empresas.

Este trabalho em conjunto pode verter benefícios para ambas as partes. As organizações, que visam aumentar a qualidade de vida da sociedade na qual estão inseridas, estão garantindo o desenvolvimento do cidadão e de suas gerações futuras, passando a ser reconhecidas como “Organizações Inteligentes” e eficazes, em virtude dos benefícios que trazem para a sociedade e para elas próprias. O Estado, por sua vez, acaba por ter suas ações multiplicadas e profissionalizadas pelas organizações, cuja visão de trabalho é, em muitos casos, mais eficiente e voltada para resultados, o que apóia o crescimento geral da sociedade.

Pode-se dizer que hoje se vive em uma sociedade onde todos possuem interesses. As empresas têm os seus, que podem ser os de gerar lucros, de proporcionar um retorno aos investimentos de seus acionistas, de gerar empregos, de contribuir para a comunidade em que se encontram. Os indivíduos têm interesses individuais e interesses comuns e precisam da sociedade, necessitam uns dos outros para



garantir que seus interesses aconteçam.

“Na identificidade da vontade universal e da particular, coincidem o dever e o direito, e, no plano moral, o ser humano tem deveres à medida que tem direitos, e direitos à medida que tem deveres. Como cidadãos, os indivíduos particulares são pessoas que têm como um fim o seu próprio interesse; como esse somente é realizável através do universal, que aparece como meio, tal fim só poderá ser alcançado quando os indivíduos determinam a sua vontade, e se a sua ação estiver de acordo com o interesse geral. É o princípio da complementariedade” (SIMIONATO, 2004, p.59)

No que tange à estrutura organizacional, é quase impossível que os interesses individuais sejam atingidos em sua totalidade. É indispensável em uma empresa que não só seu alto escalão tenha interesses de cunho social, mas, também, seus funcionários, pois a empresa, para se manter, precisa do trabalho e da consciência social de todos.

A Lei nº 6.404/1976 que determina os direitos e deveres das organizações no Brasil deixa explícito nos artigos 115 a 117 e 153 a 157, que “o acionista deve exercer o direito de voto no interesse da companhia e deve usar o poder de controle com o fim de fazer a companhia realizar o seu objetivo e cumprir sua função social, e tem deveres e responsabilidades para

com os demais acionistas da empresa, os que nela trabalham e para com a comunidade em que atua, cujos direitos e interesses deve lealmente respeitar e atender”.

Portanto, as organizações e seus acionistas devem ter consciência do papel que exercem tanto interna quanto externamente, de que modo podem colaborar e, principalmente, estarem comprometidos com esse papel. As empresas devem ter valores sociais firmados em suas raízes, presentes em sua cultura organizacional, e mais que tudo, o alto escalão administrativo tem a obrigação de permanecer consciente da responsabilidade social e dos reflexos de suas ações no meio em que se inserem.

Segundo Zarpelon (2006), responsabilidade social é aquela assumida diante da sociedade, garantindo melhor qualidade de vida aos cidadãos, gerando empregos e, conseqüentemente, crescimento e desenvolvimento da comunidade, agindo de forma justa, cobrando e pagando valores justos. Percebe-se que este conceito vai muito além dos interesses individuais ou de uma minoria, e passa a ser parte de interesses e valores coletivos – pois atinge a todos.

“A responsabilidade social vem sendo assunto de interesse de muitas empresas. Começa a haver a percepção de que uma sociedade empobrecida, com renda mal distribuída, violenta, como a nossa, não é uma sociedade



propícia para os negócios. Henri Ford, quando aumentou o salário de seus funcionários, queria ter uma sociedade que pudesse comprar seus carros e também pudesse ser mais justa. Os empresários começam a perceber (mas ainda em pouco grau) que uma sociedade deteriorada ameaça os próprios negócios e que não adianta demitir os funcionários, pois não terão quem compre, não terão uma sociedade justa” (GRAJEW, 2001, p. 56).

Mas afinal de contas, o que vem a ser a Responsabilidade Social propriamente dita? Seu conceito pode ser entendido de diferentes maneiras, representando, dentre outros, uma obrigação legal, um comportamento responsável no sentido ético, uma contribuição caridosa, ou, apenas, a intenção de ser socialmente consciente. Para Orchis (2002), a Responsabilidade Social refere-se à ética como base das ações com todos os públicos com os quais a organização pode interagir, ou seja, os seus stakeholders (clientes, funcionários, fornecedores, acionistas, governo, sociedade, meio ambiente).

Já para Ashley (2002), a Responsabilidade Social pode ser vista como toda e qualquer ação que venha a contribuir com a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Um compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, representado através

de ações e atitudes que tragam algo de positivo para qualquer comunidade, demonstrando uma postura coerente da organização e sua prestação de contas para com ela.

Seja qual for sua correta – ou mais propícia – definição, é fundamental que se tenha claro que as práticas de ações que se referem à Responsabilidade Social sob o ponto de vista empresarial, têm posto abaixo as barreiras e os limites das empresas, que não mais voltam suas atitudes somente para os interesses internos e dos acionistas, passando agora e mais do que nunca envolvendo as obrigações morais ditadas pela ética social. As organizações devem ter claro para si e para seus empregados, o conceito de Responsabilidade Social, buscando ter consciência sobre os resultados de suas atividades na sociedade e no meio ambiente, e dos impactos positivos do seu trabalho na sociedade.

Tão evidente está o tema no ambiente corporativo de hoje, que métodos de mensuração das ações de cunho social passaram a ser estabelecidos com o intuito de se estipular critérios de análise que pudessem vir a comparar diferentes ações de empresas distintas. Assim, torna-se fundamental que se tenham fatores tangíveis nas empresas e que estes forneçam condições para dimensionar os efeitos de suas ações ou projetos sociais por meio de análises específicas, possibilitando aos gestores tomar decisões com base em informações concretas.



No Brasil, existem indicadores para auxiliar as empresas na aplicabilidade da responsabilidade social. Segundo Gomes (2004), a equipe do Instituto Ethos e os consultores Jose Edson Bacellar e Paulo Zuffo, com a contribuição da Fundação Dom Cabral, elaboraram parâmetros ou indicadores de responsabilidade social, no ano de 2000. Contudo, existem outros indicadores de ordem global criados no Brasil. Esses parâmetros abrangem temas como clientes, fornecedores, governo, sociedade, meio ambiente, transparência nos negócios, e através de indicadores relacionados a cada um destes temas, é possível avaliar o grau de envolvimento que possui determinada empresa com relação à responsabilidade social.

Zarpelon (2006, p.97) ressalta que “uma medida de desempenho ou indicador pode ser utilizada para tomar decisões, controlar processos, descobrir qual deles necessita de melhoria e quais são os pontos fortes que devem ser enfatizados, comparar o desempenho historicamente, avaliar o desempenho, demonstrar tendências, reduzir custos, traçar estratégias, realizar projeções, entre outros”.

Ainda segundo Zarpelon (2006), alguns indicadores sociais consistentes, podem ser: índice de analfabetismo, renda per capita, índice de desemprego, custo de vida, PIB, expectativa de vida, taxa de mortalidade infantil, índice de desenvolvimento público, dentre outros. É possível levantar e mensurar tais indicadores nos institutos e órgãos que adotam múltiplos tipos de referências de desenvolvimento social,


como a Bovespa, o UNICEF, o IBGE, Dow Jones, entre outros.

Segundo Orchis (2002), a prática da Responsabilidade Social de forma correta pode melhorar o desempenho e a sustentabilidade da empresa a médio e longo prazo, proporcionando valor agregado à imagem corporativa da empresa; motivação do público interno; posição influente nas decisões de compras; vantagem competitiva e melhoria do clima organizacional.

Finalmente, algumas vantagens das empresas que participam das práticas de Responsabilidade Social, de acordo com Melo Neto e Fróes (2001, p. 125): “o fortalecimento da marca e imagem da organização; a diferenciação perante aos concorrentes; a geração de mídia espontânea; a fidelização de clientes; a segurança patrimonial e dos funcionários; a atração e retenção de talentos profissionais; a proteção contra ação negativa de funcionários; a menor ocorrência de controles e auditorias de órgãos externos; a atração de investidores e deduções fiscais”.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Tem-se que o objetivo deste estudo, como já citado, é o de verificar como deve ser trabalhada a Responsabilidade Social nas empresas para que se consiga atingir os objetivos desejados e sensibilizar o maior número possível de colaboradores. Para tanto, valeu-se de dois tipos de pesquisa: o exploratório e o descritivo. Exploratório porque o assunto pesquisado foi abordado



de uma maneira ampla, através da revisão bibliográfica existente sobre assuntos relacionados ao tema, como fonte de informação. Descritivo, por sua vez, devido à pesquisa de campo que foi aplicada entre os colaboradores da organização Bradesco.

O universo da pesquisa de campo foram os colaboradores da Bradesco Corretora, de diferentes departamentos, perfazendo um total de 25 cooperadores. Este número foi possível devido à facilidade de acesso a determinados departamentos, e por possuírem maior liberdade com a autora do estudo para responder com sinceridade e transparência ao questionário. Os sujeitos da pesquisa, assim, foram os colaboradores dos setores de custódia, processos e cadastro, por serem os mais indicados para responderem às questões propostas.

O período de aplicação da referida pesquisa foi ao longo da primeira quinzena do mês de Março de 2007. Quanto ao tratamento das informações, tem-se que os dados coletados foram distribuídos em uma planilha eletrônica no aplicativo Microsoft Excel, somando-se a quantidade de respostas de cada alternativa, gerando uma média em percentual relativo ao total de entrevistados.

Tem-se também que a pesquisa foi direcionada de forma a abordar diversos fatores apresentados ao longo do trabalho, procurando dar-lhes, com isso, mais credibilidade, alicerçando-os em bases reais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa permitiu inferir que os colaboradores se interessam pelo assunto em questão e acreditam que a empresa deva possuir projetos de Responsabilidade Social, já que estes proporcionam à organização Bradesco uma imagem positiva no mercado e grande satisfação por parte dos stakeholders. Os funcionários julgam fundamental a iniciativa privada das práticas de Responsabilidade Social, e reconhecem que estas trazem grandes benefícios para a sociedade, promovendo o crescimento e o desenvolvimento do país nas áreas social e cultural, através da criação de oportunidades de trabalho, acesso à educação, ao esporte e à cultura.

Além disso, os colaboradores acreditam que o investimento das empresas em ações sociais pode colaborar para manter sua sobrevivência no mercado. Portanto, é interessante que se valham de seus projetos sociais também como uma estratégia de marketing – desde que não exagerada ou exclusivamente com esse fim, o que pode descaracterizar todo o processo.

Contudo, faz-se capital que a divulgação dos projetos de Responsabilidade Social seja também trabalhada internamente na organização Bradesco, de forma a levar o conhecimento até os funcionários, por meio de palestras e treinamentos, além de outras formas de exposição e de incentivo aos



colaboradores. A cultura de Responsabilidade Social deve estar inserida dentro do ambiente corporativo, de forma a incentivar que os funcionários tenham, eles também, atitudes socialmente comprometidos.

“Somente podem chamar de colaboradores, em vez de funcionários, as organizações que buscam entender os anseios, as necessidades e as motivações dos seus funcionários, para que estes venham a desempenhar um novo papel, observado através do prisma de colaboradores ou parceiros de negócios” (ZARPELON, 2006).

Acreditar no potencial de cada colaborador, reconhecê-los e motivá-los são fatores essenciais para que o Banco Bradesco consiga cumprir seu papel social não só na comunidade em que está inserido, mas, também, em seu ambiente interno de trabalho.

CONCLUSÃO

As organizações que almejam um diferencial no mercado buscam cada vez mais novas estratégias para conquistar novos clientes, visando cada vez mais ao envolvimento da sociedade em suas estratégias. As tendências apontam que uma ótima alternativa para isso é a diferenciação, sendo a responsabilidade social a que está em maior evidência.

As organizações devem buscar a melhoria para a qualidade de vida da sociedade, sendo que desta forma estarão ao mesmo tempo investindo em seu próprio benefício e desenvolvimento, pois a sinergia surgida a partir daí pode aproximar público e empresa de forma mais concreta e efetiva, em uma verdadeira relação “ganha-ganha”.

Diversas pesquisas já realizadas comprovam que a sociedade procura empresas que possam fornecer algo em troca para ela. Portanto, o que é desenvolvido para a melhoria da sociedade pode ser utilizado como uma ferramenta de marketing. As organizações devem desenvolver o seu marketing social e mostrar todos os investimentos aplicados em certificações, normas, implantações de sistemas de gerenciamentos ambientais e de resíduos, por exemplo. Essas atitudes geram uma imagem positiva da empresa perante o seu público e a sociedade.

Conseguir envolver os colaboradores da organização e comprometê-los com o papel social é o novo desafio proposto e fundamental para o sucesso de qualquer estratégia. Para que isto ocorra, é necessário que as organizações tenham consciência em reconhecer e motivar quem é a peça-chave de todo este processo, ou seja, seus próprios colaboradores.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

DUARTE, G. Damasceno e DIAS, José Maria. **Responsabilidade Social**. Rio de Janeiro: Atlas, 1986.

GRAJEW, O. **Responsabilidade Social nas Empresas**. São Paulo: Atlas, 2001.

MELO NETO, Francisco Paulo de.; FROES, César. **Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

ORCHIS, Marcelo A. **Responsabilidade Social das Empresas: A contribuição das universidades**. São Paulo: Peirópolis: 2002.

ZARPELON, Marcio Ivanor. **Gestão e Responsabilidade Social: NBR 16001/ SA 8000—implantação e prática**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

REFERÊNCIAS DIGITAIS

BALANÇO SOCIAL, disponível em: <www.balancosocial.org.br> (consultado em Dezembro de 2006).

BRADESCO, disponível em: <www.bradesco.com.br> (consultado em Dezembro de 2006). FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E SOCIAL, disponível em: <www.fides.org.br> (consultado em 10/01/07).

INSTITUTO ETHOS, disponível em: <www.ethos.org.br> (consultado em 15/10/06).

9

COMO INCLUIR O AUTISTA NA ESCOLA

Jessica Lopes de Souza Santos

In memoriam

Nestor José Guerra



INTRODUÇÃO

A luta pela garantia de direitos ganhou reforço com a questão da inclusão social. A Declaração de Salamanca, promulgada em junho de 1994, desencadeou um movimento mundial pela inclusão dos chamados deficientes. “Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluir todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais” diz o item 3 do referido documento. A partir daí a questão da inclusão, até então despercebida, ganha força na sociedade, pelo menos em termos teóricos e legais.

O objetivo deste trabalho é apontar alguns caminhos técnicos para a inserção de autistas na Escola. Estamos cientes que sem uma compreensão psicológica e clínica desta síndrome e, por outro lado, sem uma compreensão antropológica e ética da questão, a técnica em nada contribuirá. Some-se a isso a concepção pedagógica que adotamos, tendo em vista que a definição da criança como centro do processo de aprendizagem é fundamental. Trata-se de uma deficiência que requer conhecimentos e cuidados especiais, visto que na maioria das vezes a abordagem é dificultada pela comunicação que é quase impossível.

Desenvolveremos num primeiro momento um histórico da questão. Procuraremos fazer um breve histórico da descoberta científica da deficiência, bem como sua abordagem pedagógica e a evolução dos estudos até nossos dias. Em seguida procederemos a uma descrição conceitual para que possamos definir autismo e as práticas pedagógicas desenvolvidas para lidar com essa condição. Por fim, abordaremos a questão do ponto de vista da inclusão escolar. Daremos destaque a duas técnicas pedagógicas que se tornaram comprovadamente eficazes na inclusão e na educação dos autistas.

Hoje temos fácil acesso às informações, mesmo assim muitas são as dúvidas sobre o que é autismo, seus sintomas, como alfabetizar um autista em escola regular e como o professor e a escola podem incluí-lo. Durante a produção desse artigo aprendemos um pouco mais sobre o que é autismo

e como um docente pode alfabetizar um autista através de métodos como o TEACH ou o software OA (Objeto Aprendizagem). Até mesmo se pode criar um novo método de interação e comunicação entre professor/aluno/professor. Todos nós possuímos habilidades e podemos utilizá-las em benefício da saúde e do aprendizado do autista.

1. AUTISMO: PRIMEIROS ESTUDOS

O termo “autista” foi introduzido na psiquiatria por Plouller, em 1906; porém foi em 1911 que

Bleuler difundiu esse termo para descrever a esquizofrenia com um quadro diferenciado, pois, no caso do autismo, apresentava limitação das relações humanas e com o mundo exterior, como se o autista vivesse numa “redoma de vidro”.

Foi Leo Kanner, um médico austríaco que, após observar onze crianças, escreveu o artigo “Os transtornos autistas do contato afetivo” (1943). [...] Ele identifica como traço fundamental do autismo “a incapacidade para relacionar-se normalmente com as pessoas e as situações”. (KANNER, Leo 1943, p.20 apud Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial Universidade Federal do Ceará, 2010, p.11).

A classificação de Transtornos de Desenvolvimento Global apresenta outros transtornos ou síndromes com alguns sintomas semelhantes ou parecidos com o Autismo, o que facilita a confusão na observação docente ou no diagnóstico médico prévio, segundo o Manual de diagnóstico e estatística de transtornos mentais (DSM.IV), apud Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial Universidade Federal do Ceará, (2010, p.15).

As características principais do autismo são: prejuízo no desenvolvimento da interação social e da comunicação. Pode haver atraso ou ausência do desenvolvimento da linguagem. Naqueles que a possuem, pode haver uso estereotipado ou repetitivo ou uma linguagem idiossincrática. Repertório restrito de interesses e atividades. Interesse por rotinas ou rituais não

funcionais.

Manifesta-se normalmente antes dos três anos e o diagnóstico diferencial revela o prejuízo no funcionamento em pelo menos uma das três áreas: interação social; linguagem para comunicação social e jogos simbólicos ou imaginativos.

Existem vários transtornos ligados ao autismo:

A Síndrome de Rett – Manifesta-se no desenvolvimento de múltiplos déficits específicos após um período de funcionamento normal nos primeiros meses de vida. Desaceleração do crescimento do perímetro cefálico. Perda das habilidades voluntárias das mãos adquiridas anteriormente, e posterior desenvolvimento de movimentos estereotipados semelhantes a lavar ou torcer as mãos. O interesse social diminui após os primeiros anos de manifestação do quadro, embora possa se desenvolver mais tarde. Prejuízo severo do desenvolvimento da linguagem expressiva ou receptiva.

Revela-se após os primeiros seis a doze meses de vida. Prejuízos funcionais do desenvolvimento dos seis meses aos primeiros anos de vida.

Diagnóstico diferencial: presença de crises convulsivas. Desaceleração do crescimento do perímetro cefálico.

Transtorno de Asperger – Suas características principais são: prejuízo persistente na interação social. Desenvolvimento de padrões restritos e repetitivos de



comportamento, interesses e atividades.

Idade de manifestação: tem início mais tardio que o Autismo ou é percebido mais tarde, entre três e cinco anos. Atrasos motores ou falta de destreza motora podem ser percebidos antes dos seis anos.

Diagnóstico diferencial: diferentemente do autismo, podem não existir atrasos clinicamente significativos no desenvolvimento cognitivo, na linguagem, nas habilidades de autoajuda apropriadas à idade, no comportamento adaptativo, à exceção da interação social, e na curiosidade pelo ambiente na infância.

Transtorno Desintegrativo da Infância

– Suas características principais são: regressão pronunciada em múltiplas áreas do funcionamento após um desenvolvimento normal **constituído** de comunicação verbal e não verbal, relacionamentos sociais, jogos, comportamento adaptativo apropriado para a idade. Perdas clinicamente significativas das habilidades adquiridas em pelo menos duas áreas: linguagem expressiva ou receptiva, habilidades sociais ou comportamento adaptativo, controle intestinal ou vesical, jogos ou habilidades motoras.

Apresentam déficits sociais e comunicativos e aspectos comportamentais geralmente observados no Autismo.

Idade de manifestação: após os dois anos e antes dos dez anos de idade.

Diagnóstico diferencial: o transtorno não é melhor explicado pelo Autismo ou Esquizofrenia.

A palavra autismo vem do grego “autós”, que significa “em si mesmo”. Já que é assim que se comporta um autista, ausente do que ocorre ao seu redor.

Logo, podemos dizer que Autismo é o estado mental que faz a pessoa tornar-se alheia ou indiferente a tudo e ter a atenção voltada para si mesma e seus pensamentos.

Na medicina trata-se de uma síndrome infantil que impossibilita o desenvolvimento cognitivo para estabelecer um contato verbal e afetivo com o próximo. Causa movimentos restritos e repetitivos.

Autismo é um Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD), atualmente também conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA), causado por uma alteração cerebral, que compromete o desenvolvimento psiconeurológico, afetando assim a capacidade de se comunicar, compreender, socializar, podendo tornar a pessoa agressiva ou não, comprometendo assim o seu convívio social: de forma geral autistas apresentam déficits sociais e comunicativos e aspectos comportamentais geralmente observados no Autismo.

2. A CLASSIFICAÇÃO DO AUTISMO

Pela Childhood Autism Rating Scale (CARS), que significa, em nosso idioma: Escala de Classificação de Autismo na Infância, o Autismo possui quatro graus de classificação.

Sem evidência de dificuldade ou anormalidade: No relacionamento interpessoal



o comportamento da criança é apropriado à sua idade. Pode ser observada alguma timidez, inquietação ou prejuízo, mas não é atípico quando comparado à outra criança. Quanto à imitação, a criança imita sons, palavras e movimentos apropriados para seu nível de desenvolvimento. A resposta emocional demonstra sintonia com a expressão facial, postura corporal e modos. A criança se move com a mesma facilidade, agilidade e coordenação que outra da mesma idade. Demonstra interesse adequado por brinquedos e outros objetos relativos a seu nível de desenvolvimento, há uso funcional dos brinquedos. Apesar de a criança notar e comentar sobre as mudanças da rotina, aceita isso sem grandes distúrbios. O uso do olhar é normal para a idade. Utiliza a visão junto com outros sentidos para explorar os objetos. A audição, paladar, tato e olfato são utilizados para explorar novos objetos de acordo com a idade. Quando sente dor decorrente de alguma batida, queda ou machucados, a criança expressa seu desconforto, mas sem uma reação desmedida. Quanto ao nervosismo e medo seu comportamento é apropriado à situação e à idade da criança, como sua comunicação verbal e não verbal. Sobre as atividades, são próprias para a situação e idade, se comparada com outras. A criança não apresenta nenhuma característica de autismo.

Grau leve de anormalidade: A criança evita olhar nos olhos dos adultos e os evita, mostra dificuldade quando é forçada a algo, é extremamente tímida, não é sociável com

um adulto como é com uma criança da mesma idade, fica agarrada aos familiares mais que as crianças da mesma idade. Imita comportamentos simples, como bater palmas, por exemplo, e palavras isoladas, às vezes frases curtas após um certo tempo de atraso. Pode apresentar movimentos desajeitados, repetitivos, coordenação motora pobre. Tem que ser lembrada de olhar o que está fazendo ou sobre o uso de materiais, pois se confunde facilmente. A criança apresenta menos interesse em brinquedos ou os utiliza de forma inapropriada. Ao ter a rotina modificada continua com a mesma atividade ou uso de materiais, porém pode apresentar agitação que é facilmente controlada. Pode se interessar mais em ficar olhando para espelhos ou luzes, ou ficar olhando para o “nada” e evitar o olhar pode ocorrer. Pode haver falta de respostas a certos sons, como uma hiper-reação, a reação pode ser atrasada e por isso ser necessário a repetição, mas também pode ter uma reação inesperada aos sons estranhos a ela. Continua a levar objetos na boca, mesmo os não comestíveis. A criança pode ignorar ou reagir de forma exagerada a um beliscão ou outra dor leve. De vez em quando a criança demonstra medo e nervosismo que é levemente inapropriado (para mais ou menos) quando comparado a outras de mesma idade.

Apesar de haver atraso na fala, ela é significativa. A comunicação não verbal é imatura, não sendo capaz de demonstrar ou apontar com precisão o que quer numa



situação. Pode haver uma leve inquietação ou lentidão de movimentos, geralmente consegue-se encorajá-la a manter o nível da atividade. Apresenta um atraso global em todas as áreas de forma equitativa. A criança apresenta somente alguns sintomas de grau leve de autismo.

Grau moderado – A criança às vezes apresenta isolamento, é preciso ser persistente para chamar sua atenção e ocorre um contato mínimo por iniciativa da criança. A criança só imita, e às vezes só com insistência e auxílio de um adulto. Há presenças definitivas de sinais inapropriados na forma e quantidade de respostas emocionais. As reações podem ser inibidas ou exageradas, mas também podem não estar relacionadas com a situação. Pode fazer caretas, rir ou ficar estática. O comportamento pode ser estranho, pode apresentar peculiar postura dos dedos e corpo, autoagressão, balançar-se, rodar ou contorcer-se, movimentos serpentiformes de dedos ou andar na ponta dos pés. Há pouco interesse em brinquedos ou o uso é disfuncional, podendo ocorrer interesse numa parte insignificante do brinquedo, ficar fascinado com o reflexo de luz do brinquedo ou preferir um ponto de excluir os demais; esse comportamento pode ser parcialmente ou temporariamente modificado. Apresenta dificuldade em aceitar mudanças na rotina, podendo ficar raivosa ou triste, sendo difícil acalmá-la. Nesse grau a criança também deve ser lembrada a olhar o que está fazendo e olhar para o espaço de uma forma vaga,

mas evita o olhar, olha para objetos de uma forma peculiar e coloca o objeto bem próximo aos olhos como se apresentasse déficit visual. Quanto a respostas aos sons, isso pode variar, ignorando nas primeiras vezes, se assustando com sons do cotidiano e tampando os ouvidos. Pode ocorrer um grau moderado de tocar, cheirar, lamber objetos ou pessoas e completa falta de resposta a dor de grau moderado, assim como sub ou hiper-reação. A criança apresenta um pouco mais ou menos medo se comparada as outras crianças da mesma idade ou menor, porém é de fator desconhecido esse medo apresentado e é difícil acalmá-la. Geralmente, a criança não consegue expressar suas necessidades e desejos de forma não verbal, como também compreender a comunicação não verbal do próximo. É inquieta e tem dificuldade de ficar quieta, pode apresentar excesso de energia e com isso ter dificuldade de dormir à noite, como pode não gostar de jogos que exijam exercício físico. Pega na mão do adulto o levando até o objeto desejado, mas é incapaz de mostrar através de gestos o objeto que deseja. Essa criança não apresenta o mesmo desenvolvimento cognitivo que as outras da mesma idade, porém algumas áreas intelectuais funcionam à beira do normal. A criança apresenta um grau moderado de autismo.

Grau severo de autismo – a criança se isola por completo, não percebe o que o adulto está fazendo, não responde às iniciativas de um adulto e não toma iniciativa, somente iniciativas



com tentativas mais intensas para obter uma atenção. Raramente ou nunca ocorre a imitação de sons ou movimentos, mesmo com auxílio e persistência do adulto. As respostas emocionais raramente são apropriadas para a situação, pode ocorrer uma variação emocional em curto espaço de tempo, mesmo sem alterar a atividade ou o ambiente. Movimentos frequentes e intensos (como no grau anterior) são sinais de comprometimento severo do corpo, mesmo com trabalho de modificação comportamental ou a envolvendo em atividades. Pode ocorrer falta de interesse ou uso disfuncional de um brinquedo ou objeto, mas quando está ocupada com a atividade inadequada desse brinquedo ou objeto é difícil distraí-la ou modificar esse uso. Apresenta reações graves quando ocorre mudança na rotina e se é forçada a mudar a rotina fica extremamente irritada/raivosa, não coopera e talvez faça birra. Há uma persistente recusa em olhar para pessoas ou certos objetos. Ocorre uma sub ou hiper-reatividade aos sons, de uma forma extrema, independentemente do som. Há um comportamento de cheirar, colocar na boca, ou pegar objetos pela sensação em si, sem o objetivo de explorá-lo. Pode haver uma falta total de resposta à dor assim como uma hiper-reação a algo que é só levemente desconfortável. Apresenta medo sem razão aparente, como pode não apresentar medo/sentido de autoconservação à rua, ao trânsito, etc. Não ocorre fala significativa, há gritos, sons que lembram animais ou complexos à fala humana. Utiliza de gestos que são

aparentemente sem significado, demonstra não ter conhecimento do significado de gestos ou expressões faciais de terceiros. Demonstra os níveis de atividades em seu extremo: hiper ou hipo. Apesar de possuir o desenvolvimento cognitivo afetado, pode haver um funcionamento acima do normal em algumas áreas, tendo assim habilidades não usuais presentes, como, por exemplo, facilidade com números e enigmas.

Apesar de o Autismo ter sido introduzido na psiquiatria em 1906, como vimos anteriormente, foi somente em 1993 que foi incluído na Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde como um transtorno invasivo do desenvolvimento.

Como vimos, existem três graus de autismo, que pode ser leve, moderado e severo e quando ocorre agressividade excessiva ou distúrbio comportamental (como no grau severo e às vezes no grau moderado), é administrada medicação para o seu controle, evitando, assim, que a criança se machuque ou machuque o próximo, possibilitando o seu convívio social.

É comum crianças nascerem com Transtorno do Espectro Autista, segundo a estatística do CDC (Center of Diseases Control and Prevention), órgão norte-americano, nasce uma criança com TEA a cada 110.

Habilidades

Apesar de o autismo comprometer a comunicação e interação, colocando em risco o desenvolvimento cognitivo e a integração



social da criança, muitos autistas possuem habilidades únicas, como memorização, enigmas, musicalidade entre outros.

Pode-se utilizar de um dos métodos alternativos citados anteriormente para descobrir uma ou mais habilidades. Pois, se levarmos em conta que a inteligência é múltipla e que suas categorias incluem várias habilidades, conforme o comprovou Gardner e também outros estudiosos (Antunes, 1999; Wolman, 2001; Gelb, 2003; Albrecht, 2006; Buzan, 2005; Edwards, 2005; Gazzaniga

& Heatherton, 2005; Ba3llestero-Alvarez, 2004), então abrem-se múltiplas possibilidades de interagir com o autista. Segundo estes autores, temos as seguintes inteligências:

Lógico-Matemática: habilidade de usar raciocínio e números efetivamente.

Verbal-Linguística: habilidade no uso da palavra oral e/ou escrita.

Corporal-Cinestésica: habilidade do uso do corpo todo para expressar ideias e sentimentos.

Musical: habilidade para ritmo, melodia, harmonia e tom da música.

Interpessoal: habilidade de perceber e compreender o interior de outras pessoas.

Intrapessoal: habilidade de perceber e compreender o interior de si mesmo.

Visuo-Espacial: habilidade de perceber e usar o mundo visual e espacialmente.

Naturalista: habilidade de reconhecer e usar produtivamente a flora e a fauna.

Pictográfica: habilidade de entender e expressar ideias e sentimentos por meio de desenhos. Entre outras.

Considerando que ninguém é desprovido habilidades, basta o professor, com a ajuda da família e da gestão escolar, procurar saber qual a habilidade que esse aluno possui, e utilizá-la como meio de comunicação e interação para atender às suas necessidades, devendo sempre respeitar o seu tempo de aprendizagem.

Segundo Vandercook, Fleetham, Sinclair e Tettie (1988):

Nas salas de aula integradas, todas as crianças enriquecem-se por terem a oportunidade de aprender umas com as outras, desenvolvem-se para cuidar umas das outras e conquistam as atitudes, as habilidades e os valores necessários para nossas comunidades apoiarem a inclusão de todos os cidadãos.

Com isso, as crianças irão aprender desde novas a exercerem a cidadania e a criar um ambiente sem preconceitos, possibilitando a construção relativamente autônoma do futuro, modificando o meio em que vivem.

Com um projeto pedagógico e uma gestão bem estruturada para a inclusão e inserção do autista, pode-se permitir que ele adquira:

Autonomia: onde preservando sua dignidade tenha domínio sobre o meio em que vive, sendo

capaz de decidir por si mesmo como atingir seus objetivos.

Independência: dependendo de como e quantas forem as informações passadas ao aluno, para que o mesmo construa o seu conhecimento de forma autônoma, ele poderá tomar as decisões sem depender de ninguém.

Empoderamento: esse aluno, tendo suas limitações respeitadas, sendo utilizada de suas habilidades para a construção de conhecimento, ele irá se empoderar da sua vida e suas escolhas, já que, segundo Roger (1978), “Com frequência acontece que a sociedade – família, instituições, profissionais, etc.

– não tem consciência de que a pessoa com deficiência também possui esse poder pessoal.”

“É bom ter em mente que, normalmente, as crianças, à medida que vão se desenvolvendo, vão aprendendo a estruturar seu ambiente, enquanto que as crianças autistas e com distúrbios difusos necessitam de uma estrutura externa para otimizar uma situação de aprendizagem”. (in Gauderer, 1993).

Quando comparamos o que preconiza a legislação, as teorias a respeito da inclusão em geral e da inclusão do autista em particular, percebemos que a distância é enorme. Pesquisa por nós realizada junto a escolas da rede pública de ensino revelam que a inclusão não ocorre de fato. Depoimentos de mães de alunos, de funcionários e de professores e a observação direta do cotidiano escolar mostram que os autistas podem até ir para a escola, mas

lá não são incluídos.

Muitas vezes os que melhor acolhem essas crianças são aqueles que supostamente têm menos preparo para isso, como as merendeiras, por exemplo.

Uma coordenadora contou que na escola que ela coordena há um aluno autista. Logo que ele foi inserido na escola, começou a apresentar problemas toda vez que tocava o sinal. A mãe desse aluno chegou a comentar com ela que ele reclamava de dor no ouvido devido ao barulho. Então a coordenadora resolveu “apresentar” o sinal para ele. Da seguinte forma: uns minutos antes de dar o sinal, a coordenadora busca o aluno e leva-o até a campainha, na primeira vez ele estranhou porque ela pediu que ele desse o sinal. Como isso passou a fazer parte da rotina dele, logo esse problema foi solucionado. A professora responsável pela alfabetização dele, não o diferencia dos outros alunos quanto à mediação do conhecimento, ela apenas faz adequações necessárias para ele.

3. A INCLUSÃO DO AUTISTA NA ESCOLA

A alfabetização de um autista é uma tarefa relativamente complexa, pois é uma situação em que normalmente não há comunicação verbal e, quando ocorre, a criança repete o que lhe foi dito, vive em constante movimento ou extrema passividade, apresenta ainda problemas de atenção e concentração, falta de interação com outras pessoas e dificuldade na mudança ou



quebra de rotina. Para facilitar o processo foi desenvolvido um programa que permite uma melhor socialização e aprendizagem pelos autistas. O Método TEACCH (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits relacionados com a Comunicação), foi desenvolvido pelo professor de psiquiatria e psicologia de nacionalidade alemã Éric Schopler no início da década de 70.

Esse método trabalha a partir da psicolinguística, defende que as imagens visuais são meio de comunicação, permite que na terapia comportamental o professor manipule o ambiente para que comportamentos indesejados não ocorram ou sejam amenizados e a terapia psicopedagógica onde irá trabalhar a linguagem receptiva e expressiva possa ser desenvolvida.

São utilizados estímulos visuais, corporais e audiocinestésicos visuais para buscar uma comunicação verbal ou alternativa.

O sistema de trabalho é programado e ensinado ao professor passo a passo, já que a criança autista responde mais a atividade dirigida do que a livre e é mais estimulada ao visual do que auditivo.

De acordo com TEACCH, a criança adquire uma rotina diária e repetitiva no momento que chega à escola. Ao chegar a criança é recebida por um profissional que a acolhe e a direciona até o professor. Na sala de aula, o professor também efetua o acolhimento, e através de comunicação verbal ou não verbal

ou através de gestos estimula - o a guardar o material escolar. O ambiente da sala de aula deve ser organizado de forma agradável, com espaço físico para formar grupos quando a atividade exigir e de uma maneira que possua um número de carteiras igual à quantidade de alunos, para que assim o autista associe mais facilmente através da visão e veja um sentido de pertinência quanto ao espaço e à quantidade.

Na sequência a professora registra na lousa a rotina do dia. Exemplo: Entrada, música (devem ser curtas e de fácil memorização), leitura pela professora (a história deve ser criada pela própria professora, de uma forma lógica como o caminho que ela faz de casa até a escola. Desenha objetos e cenas contidos na história. Deve se falar do clima, vegetação e sobre a própria escola). Estimular o aluno a lavar as mãos antes da refeição e a adquirir habilidades com talheres, copos, no contexto escolar quanto à alimentação. Recreação (estimular o desenvolvimento psicomotor através de atividades lúdicas, jogos de regras simples).

Na saída, o aluno é estimulado a guardar seus pertences e material, a ajudar a arrumar a sala. A professora se despede dele.

Mesmo que ele não cumpra todo o roteiro, não tem problema, pois aos poucos ele vai entender que se trata de uma rotina diária o que irá estimular o seu desenvolvimento.

O método TEACCH possibilita, através de uma avaliação denominada PEP-R (Perfil



Psicoeducacional Revisado), determinar seus pontos fortes (quais as suas habilidades) e suas dificuldades, facilitando o desenvolvimento de um projeto pedagógico direcionado, proporcionando um resultado satisfatório no que diz respeito à integração do aluno.

Conforme dizem Grandin (1996, 1998) e Sacks (1995, apud Ribeiro, 2003), “grande parte delas são “pensadores visuais”. As crianças autistas processam informações por imagens e não por grafemas e sons.

Por isso para alfabetizá-las de uma forma que sejam letradas (pois de nada adiantará conseguirem falar, escrever ou ler se não conseguirem interpretar esses atos), tem que ser de uma forma mais lúdica. Pode-se utilizar de estímulos visuais (como fotos, imagens, desenhos), estímulos corporais (gestos, movimentos corporais) e estímulos audiocinestésicos visuais (sons, movimentos associados às fotos, músicas), para que, com isso, se crie uma linguagem entre professor/aluno, aluno/professor e aluno/alunos e se incentive o desenvolvimento da linguagem verbal.

É um método que pode ser utilizado e adaptado para que ocorra o acolhimento e alfabetização de um autista. A professora pode confeccionar cartões ilustrativos para orientar sobre como realizar uma atividade específica e

até mesmo para comunicação, por exemplo, para ir ao banheiro, se está feliz ou triste, onde passou o fim de semana, etc.

4. MÉTODO INTERDISCIPLINAR

Uma forma que pode ser eficaz de alfabetizar um autista é através de softwares, como jogos educativos, por exemplo. Podemos utilizar o software Objetivo de Aprendizagem (OA), cujo objetivo é contribuir para o ensino de pessoas com autismo, auxiliando no seu processo de conhecimento e comunicação com o mundo exterior. Esse software apresenta não apenas conteúdos escolares, como também apresenta a vida em sociedade em geral.

O OA procura contextualizar o que pretende ensinar ao aluno. Segundo FREIRE (1993, p. 11 *apud* Rede Interativa Virtual de Educação, 2015) “a leitura de mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente.”

Passamos a conhecer o mundo primeiro pelo visual e não com palavras ditas ou lidas, com isso devemos apresentar o mundo ao autista da forma que ele consiga entender, através da visão e estimular a fala.

Tendo em vista que o autismo dificulta a relação entre situações, o OA possibilita avanços ao apresentar novos elementos ao contexto de mundo para o autista. Esse programa permite inserir vídeos, imagens e sons, facilitando assim ao aluno um contato mais interativo.

Características do OA Alfabetização para pessoas com Autismo:



O Foco é alfabetizar crianças com autismo, sem desconsiderar o conhecimento prévio do aluno e de uma forma que ele possa chegar ao processo de leitura e escrita.

A proposta é trabalhar através da realidade do aluno autista, para depois trabalhar com a generalização, para que assim atinja um mínimo de conhecimento do mundo.

As telas do OA são baseadas em fotos com imagens reais, para que o aluno tenha contato com um material próximo à realidade. Apresenta três ambientes que são ao mesmo tempo contextuais à realidade do aluno, como também apresentam desafios a serem superados. As atividades são baseadas na rotina diária: casa, escola e sítio. No sítio são trabalhados conceitos e elementos (animais) que fazem parte do conhecimento e que são atrativos para as crianças em geral.

O Banco de Dados armazena informações pessoais do usuário. Permite que o professor insira fotos relacionadas ao dia a dia do aluno, dessa forma o aluno poderá comparar e/ou associar seus dados com os fornecidos pelo OA.

Objetivo das Atividades é expandir o conhecimento por meio de contato com ambientes similares ao do aluno autista. A seleção de ambientes e imagens podem se associar a dias de semana (casa e escola) e fim de semana (sítio).

Esse software permite que os pais de um autista o utilizem para estimular o aprendizado o

aprendizado em casa. Para isso será necessário um computador com internet e o plug-in do Adobe Flash Player 8 ou superior instalado no computador. Será necessário entrar no site do Rived para instalar o OA e na sequência efetuar o cadastro.

O autista pode não conseguir trabalhar sozinho, precisando assim do auxílio de um adulto. Se o autista demonstrar dificuldade em reconhecer algum objeto, pode trabalhar junto figuras, recortes ou cartões visuais. Poderão se feitas adaptações de acordo com o contexto social em que o aluno vive, aproximando-se o máximo possível da sua realidade para que a aprendizagem se torne significativa.

O professor deve sempre estimular a imaginação do autista e sua criatividade.

Quanto à avaliação, deve ser diária e contínua, o professor irá observar o progresso do aluno não apenas no contexto educacional, como também de interação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aluta pela garantia de direitos travada a partir da Segunda Guerra Mundial e consubstanciada numa série de leis de âmbito internacional e nacional provocou profundas mudanças na forma de viver, de conviver e de educar. Hoje

não se admite mais que formalmente qualquer pessoa, com qualquer deficiência, seja considerada menos pessoa que qualquer outra.

Para garantir esses direitos estão sendo



criadas múltiplas estratégias, inventados novos recursos e novos comportamentos em especial em parte das escolas. É nelas que se verificam os maiores e mais rápidos avanços, tanto da parte dos considerados “normais”, quanto dos deficientes.

Nosso trabalho pretende contribuir com a reflexão e com a apresentação de propostas a respeito de uma deficiência específica: o autismo. A quase total incapacidade de comunicação do autista faz com que o seu processo de inclusão seja dificultado.

Conforme argumentamos, o autista não é um deficiente como outro. Ele tem uma série de especificidades que precisam ser conhecidas para poder desenvolver um acompanhamento à altura do conhecimento que se exige na escola.

O autista não se comunica verbalmente, cabe ao docente utilizar de métodos visuais para criar um meio de comunicação. Porém, isso sozinho não basta, o docente tem que acolher esse aluno de uma forma diferenciada em relação aos outros alunos, tem que obter informações para alfabetizar e, além disso, criar um laço com esse aluno. O docente tem que se adequar à situação do aluno e não o aluno se adequar ao docente ou à sala de aula, o que é válido para toda a escola. O professor pode e deve contar com o auxílio da família e de toda a gestão escolar para proporcionar ao aluno autista um bom ambiente, procurar eliminar as dificuldades de locomoção e apresentar as regras. Ele não irá adquirir os conhecimentos no

mesmo tempo que os demais, porém, se lhe for apresentada uma rotina, sempre lembrando-o através de cartões ou desenhos, ele aos poucos irá entender e compreender como funciona a sociedade escolar, o que irá prepará-lo para a sociedade como um todo.



REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Fonseca. **LDB: Passo a Passo**. 4ª ed. Avercamp. São Paulo: 2010.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à Psicologia**. Tradução Peres, Lenke. 3ª ed. Pearson. São Paulo: 2001.

RAMOS, Rossana. **Passos para a Inclusão**. 4ª ed. Cortez. São Paulo: 2008. SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão – Construindo uma Sociedade para todos**. 7ª ed. WVA. Rio de Janeiro: 2006.

STAINBACK, Susan, William. **Inclusão – Um guia para educadores**. Tradução Lopes, Magda França. Artmed. Porto Alegre, 1999. Reimpressão 2008.

SITES

MELO, Joaquiem; NASCIMENTO, Ana Maria. **“Autismo no Amazonas”**. www.autismoamazonas.com/p/diagnostico.html Acessado em 03/01/2015.

COSTA, Fernanda Pereira. **“A inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho”**.

www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_%20leitura&artigo_

[id=12085](http://www.autismobh.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2:car-escala-de-classificacao-de-autismo-na-infancia&catid=7:avaliacao-e-diagnostico&Itemid=15) Acessado em 07/04/2015 www.autismobh.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2:car-escala-de-classificacao-de-autismo-na-infancia&catid=7:avaliacao-e-diagnostico&Itemid=15 Acessado no dia

10/05/2015 conceito.de/autismo Acessado no dia 10/05/2015.

JUNIOR, Paiva. **“Brasil é destaque no Dia Mundial do Autismo, 2 de Abril”**. <http://corautista.org/brasil-destaque-no-mundiial-do-autimos.html> Acessado no dia 10/05/2015.

FILHO, José Ferreira Belisário; CUNHA, Patrícia. **“A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar – Transtornos Globais de Desenvolvimento”** portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task Acessado no dia 12/03/2015.

FILMES

Meu nome é Rádio. Direção: Michel Tollin. Produção: Michel Tollin e Brian Robbins. Norte-americano. Tollins/Robbins Prods e Revolution Studios, 2003.

Rose Red – A casa adormecida. Direção: Craig R. Baxley. Produção: Stephen King. Norte-americano. Warner bros. 2002.

Código para o Inferno. Direção: Harold Becker. Produção: Brian Gazer e Karen Kehela. Norte-americano. Universal Pictures e Imagine Entertainment. 1998.

